

TEORIAeDEBATE

Revista da Fundação Perseu Abramo - Edição Especial - Abril 2024

RADIOGRAFIA DO
GOLPE DE 1964

1964 - 2024

60 ANOS DO GOLPE CIVIL-MILITAR

ALBERTO CANTALICE - ELEONORA MENICUCCI - EMILIANO JOSÉ - FERNANDA ESTIMA - FREI CHICO - HENRIQUE NUNES
HILDEGARD ANGEL - IVO LEB AUSPIN - JAMES N. GREEN - JOSÉ DIRCEU - LUIZ EDUARDO GREENHALG - MARILENA CHAUI
MATILDE RIBEIRO - MARLY VIANNA - MILTON TEMER - PAULO OKAMOTTO - PEDRO ESTEVAM DA ROCHA POMAR
RAUL PONT - RUI FALCÃO - TARSO GENRO - VALTER POMAR - WALNICE NOGUEIRA GALVÃO

TEORIAeDEBATE

A revista Teoria e Debate foi criada pelo Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, em 1987, e passou a ser editada pela Fundação Perseu Abramo dez anos depois, reafirmando seu caráter nacional, verificado praticamente desde as primeiras edições. Depois de ingressar na versão digital, apresenta essa primeira edição especial impressa.

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Eleonora Menicucci (presidenta), Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello, Vladimir de Paula Brito

EQUIPE TÉCNICA

Equipe de Comunicação da Fundação Perseu Abramo

Fernanda Estima (editora da Teoria e Debate)

Equipe da Editora FPA

Rogério Chaves (coordenador), Raquel Costa, Angélica Ramaciotti e Claudia Andreoti

Centro Sérgio Buarque de Holanda

Vanessa Nadotti (coordenadora), Sarkis Alves, Guido Alvarenga, Irani Dias Menezes, Juliana Tomoe Sakai, Rafael Vieira Valente, Suzi Alves, Laura Finesso Chalegre, Yasmim Chan de Lima, Bruno de Oliveira Santos, Luís Henrique Toledo Nunes

Projeto gráfico e diagramação

Daiane Pettine

Foto da capa

Tanques em frente ao Congresso Nacional (1964).

Crédito: Agência Senado

Poema quarta capa

TEMPONOITE - Pedro Tierra

Gráfica

BMF Gráfica e Editora

Tiragem

5.000 exemplares

Abril de 2024

A LUTA CONTINUA

Não é simples fazer com que a História seja a luz que ilumina nosso caminhar. Nem sempre a História foi levada à sério, a ponto de ao ser compreendida e analisada, para que não sejam cometidos novamente erros do passado. Erros são inerentes à nossa existência, estamos todos e todas passíveis de cometê-los. Porém, se não refletirmos nossas ações a partir das experiências históricas vividas corremos de fato o risco de fazer prevalecer os mesmos equívocos de outrora.

Para que nossa jornada neste planeta não seja um amontado de erros repetidos, nós precisamos da História, que apontará o que foi feito, seja bom ou ruim. Sem ela caminharíamos tropeçadamente desviando de erros antigos, sem avançar na construção de um mundo real para todos e todas, um mundo real que respeite o diferente, o oposto, o contraditório, a democracia.

Nós lutamos todos os dias para que o mundo real seja, de fato, justo e digno para toda humanidade. Em vários momentos históricos, muitos de nós estivemos embrenhados nas variadas lutas que nos levarão à uma existência respeitosa e de prosperidade. Lutamos e continuaremos a lutar, por isso nos agarramos com força às experiências passadas, ao sofrimento passado, às lutas que se iniciaram e nunca tiveram fim.

Neste sentido, esta edição especial de abril de 2024 da revista *Teoria e Debate* uniu forças de muitas áreas da Fundação Perseu Abramo (FPA) para realizar esse feito: uma edição impressa, pesada de informações e relatos sobre um período do Brasil que não foi superado e que, por isso, lutamos para que nunca volte a acontecer: o golpe militar de 1964.

Agradecemos a cada autor e autora que cedeu seu tempo e sua história para que pudéssemos preencher as páginas desta edição. Sem a contribuição amorosa deste companheiros e companheiras, não seria possível deixar registrado o que acreditamos: ditadura nunca mais!

Agradecemos especialmente a toda equipe do Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH), coordenado por Vanessa Nadotti e a equipe Sarkis Alves, Guido Alvarenga, Irani Dias Menezes, Juliana Tomoe Sakai, Rafael Vieira Valente, Suzi Alves, Laura Finesso Chalegre, Yasmim Chan de Lima, Bruno de Oliveira Santos, Luís Henrique Toledo Nunes, sem esse trabalho incansável não teríamos tantas imagens representativas nesta produção.

Sem a ação direta do nosso diretor, Alberto Cantalice, seria impossível garantir a quantidade de artigos que foram encomendados. Rogério Chaves, Raquel Costa, Angélica Ramaciotti e Claudia Andreoti, da nossa gloriosa equipe da Editora FPA, foram os responsáveis por nos garantir textos revisados e uma impressão primorosa. Aos nossos colegas da Comunicação da FPA, sem os quais a gente também não conseguiria fazer tantas coisas ao mesmo tempo, nosso agradecimento também por encamparem essa batalha histórica.

Revista Teoria e Debate

Nunca Mais!

MORTOS E DESAparecidos



Flávio Roberto Gonçalves



José Yvonildo Soares



Janete Maria N. Fariello



Sérgio Cordeiro



Cláudio de Oliveira Castro



Flávio Costa



Stela de Almeida Assis



Wilson de Carvalho Mendes



Manoel de Jesus Beltrão



Renato Roberto P. Caspary



Roberto Roberto Filho



Romário Oliveira Teles



Paulo Roberto Ramos



Romário Soares



Manoel Antonio Dias Beltrão



Maurício Cordeiro



André Cordeiro



Gilberto Orlando Maia



Carlos Castanho



Carlos Alberto de Freitas



José Ignacio Muracciole Filho



Edgar Augusto Duarte



Maria Tereza Pires de Silva



Fernando Sales Cruz



Humberto Bezerra Junior



Joaquim Oliveira Feres



Maria Lúcia Lemos



Wilson Feres Filho



Antonio Luciferson B. Ribeiro



Antonio Carlos W. Diniz



José Milton Belloni



Stela de Almeida Castro



José Carlos Melo Machado



Luis Eduardo Pinheiro Martins



Eduardo Carlos Filho



Lucile Maria Lopez Moraes



Nelson Luiz Pinheiro Diniz



José Carlos Pinheiro Diniz



Álvaro Caldeira de Brito



Lúcia Augusta Galvão

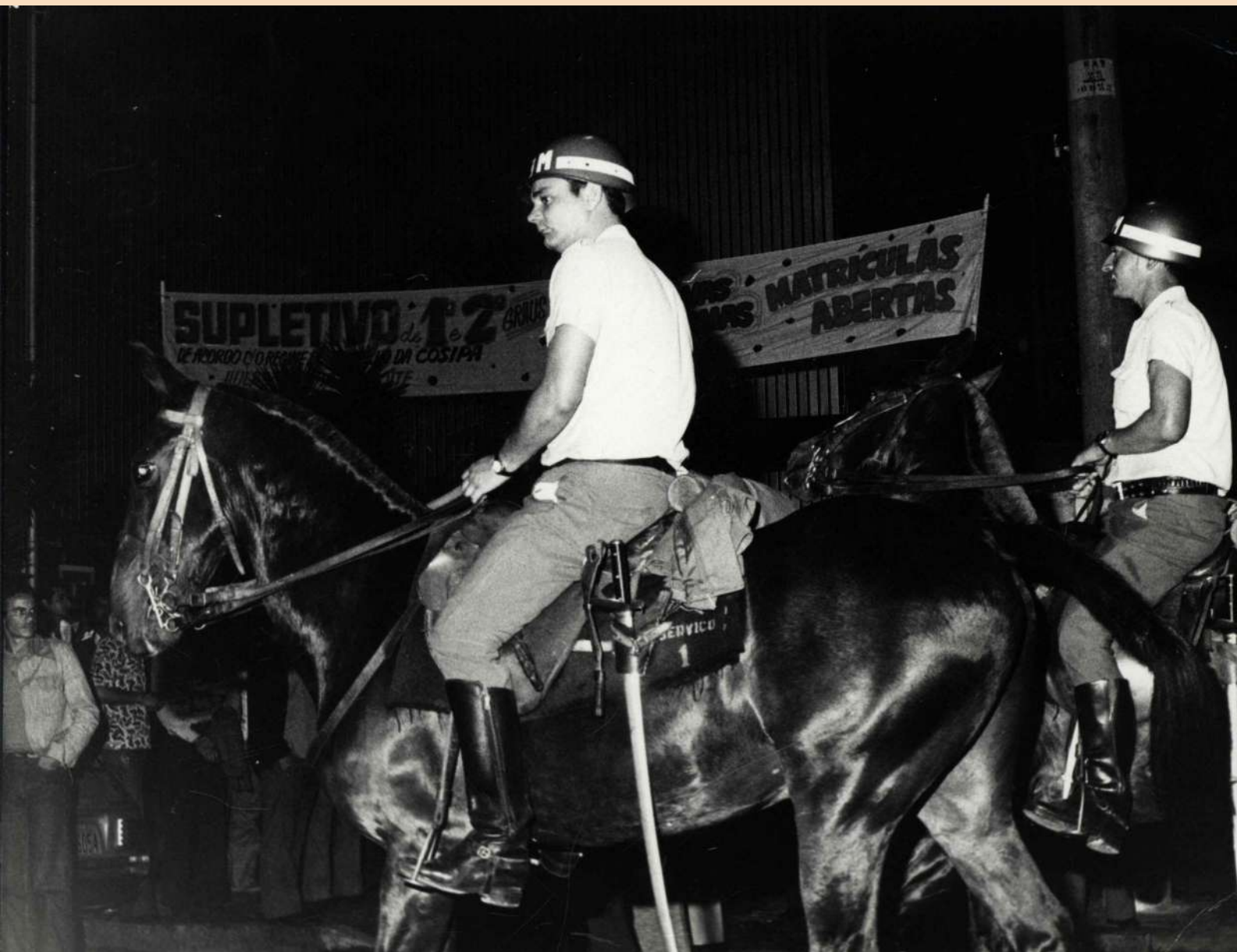


Derivaldo José de Carvalho



José Eduardo Moraes

1989-Grupo Tortura Nunca Mais - São Paulo



▲ Última assembleia dos petroleiros em greve de Santos-SP, em data desconhecida
Crédito: Araquém Alcântara. Acervo CSBH/FPA.

6	82
60 anos do golpe militar: democracia e liberdade serão sempre inegociáveis Paulo Okamoto	Perseguição e repressão contra o sindicalismo durante a ditadura militar Frei Chico
10	89
O despertar para a política Fernanda Estima	Mortos e desaparecidos do PCB: uma história social do mal Luiz Carlos Prestes, o inimigo número 1 da ditadura Marly Vianna
16	102
A principal lição de 1964: É fundamental submeter os militares ao poder civil José Dirceu	Recordar é viver - Termo de Depoimento Luiz Eduardo Greenhalg
26	108
Um lugar chamado Maria Antônia Marilena Chaui	A Igreja Católica e a ditadura empresarial-militar de 1964-1985 Ivo Lebauspin
40	114
Para nunca esquecer: Memórias do golpe de 1964 Rui Falcão	Censura: As estratégias do dribble Walnice Nogueira Galvão
44	122
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer: Os perigos e as descobertas vivenciadas pela população negra durante a ditadura militar Matilde Ribeiro	O golpe de 1964 e os partidos políticos Raul Pont
56	125
Um operário na resistência: a década que transformou Lula numa ideia Henrique Nunes	1964. Sim, havia um esquema militar capaz de evitar o golpe Milton Temer
62	128
Olhar o passado para construir o futuro Eleonora Menicucci	Crônica de duas mortes anunciadas, dois Carlos: Marighella e Lamarca Emiliano José
64	132
60 Anos do golpe contra a declaração dos direitos humanos Tarso Genro	Frente Democrática contra o golpe Alberto Cantalice
70	136
Memória do Brasil, 60 anos de História concretada Hildegard Angel	As lutas do movimento LGBTQIA+ e a ditadura militar James Green
74	142
A queda Marcados para Morrer Pedro Pomar	1964: Os Estados Unidos e o golpismo Valter Pomar

ÍNDICE

60 ANOS DO GOLPE MILITAR

DEMOCRACIA E LIBERDADE SERÃO SEMPRE INEGOCIÁVEIS

PAULO OKAMOTTO

Uma das missões da revista *Teoria e Debate* (TD), desde a sua criação em 1987, é traduzir para os seus leitores e leitoras temas considerados complexos e que estão sempre sujeitos a interpretações parciais ou equivocadas.

A tarefa nem sempre é fácil, já que propor novas reflexões sobre fatos consumados nos obriga a pesquisar, checar informações e dar voz a quem testemunhou *in loco* tais acontecimentos.

É por isso que a TD não se limita a relatar o passado. Há, também, a preocupação de mostrar, a partir do que já aconteceu, como chegamos até aqui e para onde iremos no futuro.

Desta vez não foi diferente. Nas páginas a seguir, você terá em mãos um vasto material sobre uma das passagens mais tristes e marcantes da história do país: o golpe ocorrido em 1º de abril de 1964.

Com o zelo editorial de sempre, todos os textos são norteados pela premissa de que é preciso recordar o período para que ele jamais se repita.

A partir do marco de 60 anos do início da ditadura militar (1964-1985), todos os artigos desta edição abordam um recorte específico, em especial os escritos por quem sentiu na pele os horrores do regime.

Nomes como os de José Dirceu, Matilde Ribeiro, Frei Chico e Eleonora Menicucci nos mostram como é importante preservar a memória, mas principalmente como usá-la para jamais deixar que a Democracia do país volte a ficar sob ameaça.

Ainda que algumas das mudanças ocorridas durante aqueles 21 anos, principalmente no campo da industrialização, sejam usadas pela extrema-direita para validar o período, é indispensável insistir: democracia e liberdade serão sempre inegociáveis.



▲ Crédito: Autoria desconhecida. Acervo CSBH/FPA

A maioria do povo sabe disso. E, ao eleger Lula (PT) pela terceira vez, deixou evidente a sua insatisfação com o projeto autoritário de Jair Bolsonaro, que tem como herói o coronel Ustra, o responsável pelo setor de torturas do DOI-Codi.

A ditadura militar nunca promoveu milagres. Pelo contrário. A saúde pública era precária, com mortalidade infantil nas alturas, e mais de 80% da população sem acesso a atendimento universal e gratuito; as escolas tinham grade curricular adaptada para exaltar tanto o regime quanto símbolos nacionais hoje questionados; o salário mínimo caiu pela metade em duas décadas; e mesmo com aumento do Produto Interno Bruto (PIB), a pobreza e a concentração de renda bateram recorde.

Fatos como estes, que interferiam na vida de pessoas comuns, muitas delas avessas à política, também precisam ser lembrados. Assim como a trajetória de quem, de um jeito ou de outro, enfrentou o regime militar.

Portanto, enquanto houver quem defenda aqueles tempos sombrios, também haverá luta para que a verdade prevaleça.

E cabe a nós, da Fundação Perseu Abramo (FPA), contribuir para que você se informe e esteja preparado ou preparada para participar ativamente das transformações em curso.

Boa leitura!

Paulo Okamoto é presidente da Fundação Perseu Abramo





▲ Posse do presidente Costa e Silva em 15.03.1967
Foto: Arquivo/Agência Senado

Cutis Cabelos Bigode Olhos Estatura Marcas = SANDRA =	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	
	Ficha n.º	
	Nome: = <u>DILMA VANA ROUSSEFF LINHARES</u> =	
	Data: 19-2-70	Vulgo: <u>vide verso</u>
	Prontuário Delegacia n.º = <u>76.346</u> =	
	Prontuário Geral n.º	
Atividade:		
Filiação	Pai: PEDRO ROUSSEFF	
	Mãe: DILMA ROUSSEFF	
Idade: 22	anos. Nascido em 14	de DEZEMBRO de 1 947 Sexo: FEMININO
Nacionalidade: BRASILEIRA	Natural de	BELO HORIZONTE= MG
Estado civil: CASADA	Profissão:	ESTUDANTE
Ordenado: NCr\$	Local de trabalho:	
Residência: PRAIA DO SUARÃO = SANTOS		
É sindicalizado? Sindicato e locais que costuma frequentar:		
S. G. - S.S.P. - Mod. 67		

▲ Foto do Prontuário de Dilma da Secretaria de Segurança Pública de SP.
 Crédito: Arquivo Deops

Pereira dos Santos e Glauber Rocha, do teatro popular de Oduvaldo Vianna Filho e Dias Gomes, da poesia de João Cabral de Mello Neto e Geir Campos. O Centro Popular de Cultura, o CPC da UNE, ainda era a esquina onde todos se encontravam.

A Polop tinha pelo menos um militante de peso no Cólegio Estadual Central, o professor de Matemática Badih Melhem, mas de acordo com a memória de amigos da jovem Dilma naquela época, ela já conhecia Guido Rocha, o primeiro líder da organização, quando chegou à escola. Na sua turma, fez amizade rapidamente com Sônia Lacerda e Marina Gontijo, militante da AP. Outro dirigente da Polop em Belo Horizonte era Beto Soares de Freitas, que apresentou a Dilma o primeiro texto de Karl Marx, um capítulo de *O Capital*. Naquela época, a Polop era responsável pelo jornal *Política Operária*, vendido nas bancas.

Foi também em 1964 que Dilma ficou amiga de Márcio Guedes, um adolescente de olhos claros e cabelos cacheados, que morava com a família no Edifício Levy, no centro de Belo Horizonte. Ele tinha o apelido de Marcinho "Godard", por conta do seu fascínio pelo diretor francês de cinema Jean-Luc Godard, um dos líderes da Nouvelle Vague. Dilma e ele se conheceram na pensão da Odete, na Rua Curitiba, quase esquina com a Avenida

Amazonas, que servia feijoada aos sábados e era um "aparelho" da Polop.

Marcinho era metido a poeta e gostava de música e da vida boêmia. Em entrevista ao *Correio Braziliense*, em 2011, ele relembrou aquele tempo: "Passei a frequentar reuniões dos militantes políticos e comecei a sacar que havia algo além dos anos dourados e das festas todos os dias". Marcinho estava dividido entre dois mundos: "Havia a turma mais politizada da Dilma e uma outra, de músicos, que me foi apresentada pelo Bituca". O amigo Bituca é Milton Nascimento. Ele poderia ter embarcado no sonho da política. Mas a arte o fez experimentar outro sonho. Márcio se tornaria um dos grandes poetas e letristas da MPB nos próximos anos.

Naquele período de sonhos, contudo, a barra era pesada — como Dilma gosta de repetir. E a ditadura militar já havia mostrado a que veio nos primeiros momentos daquele março e abril de 1964, quando cassou, prendeu e colocou uma turma em alerta. "Castelo Branco vai sair, mas o próximo presidente da República será muito pior". A avaliação foi feita por Dilma aos colegas de classe sobre o provável recrudescimento da ditadura no Brasil.

“Ela era a nossa analista. Sempre nos mantinha informados sobre o andamento da política nacional”, lembrou o empresário Lindolfo Paoliello, em entrevista 2010, quando a amiga se elegeu presidenta da República.

Amigos daquela época lembraram em 2010 que Dilma sempre teve uma postura discreta no Estadual Central. Não costumava subir em caixotes para fazer discursos, mas era considerada uma competente articuladora. “Dilma era do comitê político da Polop e uma das supervisoras dos secundaristas”, relatou à revista *IstoÉ* o psicólogo Ageu Heringer Lisboa. “Dilma não era sisuda, nos valorizava e nos tratava de igual para igual. O nosso compromisso de lutar por um mundo mais justo era visceral”, disse.

Os horrores da Guerra do Vietnã e a glorificação da Revolução Cubana funcionaram como grandes aglutinadores da juventude. A moçada da Polop vivia promovendo sessões de cinema alternativo, passeatas e comícios-relâmpago para escancarar os problemas do mundo.

Dirigente da Polop em Minas, Guido Rocha havia sido preso ainda em 1964 com outros 13 militantes da organização no Rio de Janeiro, ao participarem de uma tentativa de organizar uma resistência armada à ditadura militar, cujos planos foram descobertos por agentes policiais infiltrados ainda na fase preparatória. Muitos foram detidos e torturados. Além de Guido Rocha, outro dirigente político da organização caiu ali. Era o jornalista Cláudio Galeno, que viria a se tornar o primeiro marido de Dilma.

Depois de deixar a prisão, de volta a Belo Horizonte em 1965, Galeno viu na pensão da Odete, frequentada por Marcinho e Dilma, a possibilidade de uma célula revolucionária. Além de Dilma, havia outras amigas, todas secundaristas, vestidas com a blusa branca, gravata verde e saia cinza do Colégio Estadual.





Em cada reunião de análise de conjuntura, as discussões iam descambando para música, cinema novo ou as obras de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir. Como a organização queria ampliar sua base, as reuniões foram se desenrolando e, em algum momento, Dilma começou a namorar Galeno, com quem se casaria e passaria para a clandestinidade alguns poucos anos depois.

Respirava-se cultura de tal jeito que a própria Dilma também teve seu momento de cineasta. Ela participou de um roteiro coletivo com militantes da Polop: Galeno, Guido Rocha, Eid Ribeiro (futuro diretor de teatro) e o estudante secundarista José Aníbal Peres de Pontes (futuro senador pelo PSDB de São Paulo). O roteiro foi desenvolvido por Galeno a partir de uma notícia de jornal: um acidente de ônibus numa ponte sobre o rio Paracatu. Os corpos de dezenas de passageiros foram resgatados das águas do rio – menos um, o do remador Giordano Righetti. A mãe passou dois anos buscando em vão pelo filho e relatos de aparições do misterioso afogado começaram a surgir nas duas margens do rio, às vezes simultâneos e sempre impressionantes. O filme nunca chegou a ser concluído, apesar de ter sido rodado.

Mas, para além do envolvimento em cultura, era a política que motivava Dilma e outros jovens da organização. Na época, a principal atividade da Polop era imprimir material considerado subversivo pelas autoridades, tudo para formar novos quadros, e mobilizar os Trabalhadores. Para os quadros politizados, Beto Freitas encaixava artigos na revista *Mosaico*, publicação oficial do diretório estudantil da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Para as massas, Guido Rocha e o jornalista Regis Gonçalves faziam o jornal *O Piquete*, que circulava clandestinamente entre operários da Mannesmann, da Belgo-Mineira e de outras fábricas da cidade-industrial. Dilma cuidava da impressão clandestina de *O Piquete*.

Mas a agitação cultural era fundamental. Em 1965, Galeno valeu-se de contatos no Rio para levar a Belo Horizonte o show Opinião, que fazia sucesso com as músicas de João do Vale (“Carcará, pega, mata e come/Carcará, mais coragem do que homem”) e dos sambas engajados de Zé Ketí (“Podem me prender, podem me bater/ Podem até deixar-me sem comer/ Que eu não mudo de opinião/ Daqui do morro eu não saio, não”).



▲ Foto oficial da presidente Dilma Rousseff feita no Palácio do Alvorada no dia 9 de janeiro de 2011 pelo fotógrafo oficial [Roberto Stuckert Filho]

Com sua paciência e dedicação, Galeno conseguiu uma data para apresentações no Teatro Francisco Nunes. Como a estrela Maria Bethânia não iria, o título do show mudou para *Carcará – Em defesa da Música Popular Brasileira*. Guido desenhou o cartaz e os militantes venderam todos os ingressos. No teatro lotado (mais de 1.500 lugares) nem todo o público sabia que era um show “de finanças” da Polop, mas a polícia desconfiou e um agente infiltrado fez um minucioso relatório daquela “atividade subversiva” para a Secretaria de Segurança.

Reza a lenda – resgatada por Ricardo Amaral no livro *A vida quer é coragem*, que ao fim da primeira apresentação, um fã carregou João do Vale para o boteco mais próximo, de onde só sairiam no dia seguinte. Sob o risco de ter de devolver os ingressos, Carlinhos improvisou a segunda sessão com Zé Ketí, reforçado por Pascoal Meirelles na bateria e, no violão, o tal Bituca, o amigo do Marcinho Godard. Aquela foi a primeira apresentação de Milton Nascimento no palco. Cantou Morro Velho e Canção do sal, futuros sucessos, e garantiu a renda da noite, que a Polop usou para comprar um mimeógrafo.

Entre 1965 e 1967, quando a barra pesada levou Dilma e Galeno a caírem na clandestinidade, a ditadura já estava levando o país para o seu pior momento, com a brutalidade que culminaria com a edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. O famigerado AI-5 inauguraria o período mais sombrio da ditadura, instauraria de fato um período de terror absoluto. O “golpe dentro do golpe” seria o

resultado final de um processo de arbítrio e cerceamento. Entre 1965 e 1967, quando a barra pesada levou Dilma e Galeno a caírem na clandestinidade, a ditadura já estava levando o país para o seu pior momento, com a brutalidade que culminaria com a edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. O famigerado AI-5 inauguraria o período mais sombrio da ditadura, instauraria de fato um período de terror absoluto. O “golpe dentro do golpe” seria o resultado final de um processo de arbítrio e cerceamento da liberdade e dos direitos civis.

O ano de 1968 ficaria marcado pela história do Brasil e do mundo pelas grandes mobilizações populares. O movimento estudantil havia escalado as manifestações contra o regime a partir de março, que acabaria com o assassinato do estudante Edson Luis de Lima Souto pela polícia em um protesto realizado no Rio de Janeiro. Além dos estudantes, a ditadura teve de lidar ainda com a oposição do movimento operário, engajara-se mais e mais contra a ditadura pelas perdas impostas pela política de arrocho adotada pelo regime a partir de 1964. Houve grandes mobilizações de trabalhadores em Contagem (Minas Gerais) e Osasco (São Paulo). •

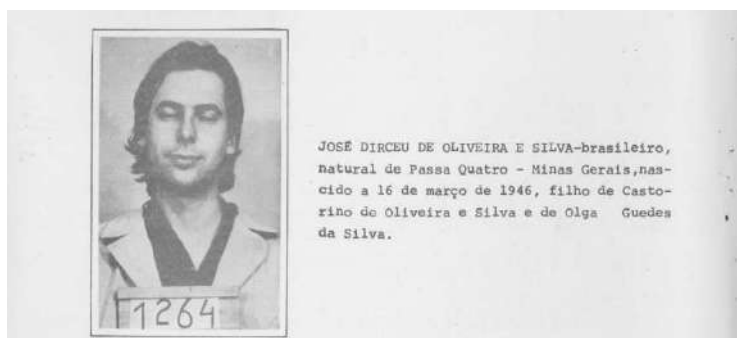
Fernanda Estíma é jornalista e editora da revista Teoria e Debate

A PRINCIPAL LIÇÃO DE 1964

É fundamental submeter os militares ao poder civil

JOSÉ DIRCEU

Os recentes acontecimentos nos indicam a urgência de uma repactuação constitucional sobre as Forças Armadas, mais do que nunca necessárias no mundo em que vivemos. Problemas complexos e que demandam soluções urgentes, como a crise climática, a transição energética, as mudanças geopolíticas e as guerras contínuas desde o 11 de setembro de 2001, exigem que uma potência como o Brasil tenha Forças Armadas capazes de defender nossa integridade e soberania, nosso povo, nossa democracia, nosso território, nossa riqueza natural e nosso patrimônio material construído durante séculos.



▲ Relatório com fotografia 3x4, pose lateral, de José Dirceu
crédito: Memórias Reveladas, Arquivo Nacional.

Não podemos mais analisar o golpe de 64 apenas pelas suas causas, consequências e duração: nada menos que 21 anos, 24 anos se tomamos a Constituição de 1988 como marco da volta da democracia.

Os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023 e a construção de um golpe civil-militar, como em 1964, agora sob o comando e orientação de Jair Bolsonaro e de parte importante do Alto Comando das Forças Armadas com apoio de centenas de oficiais superiores em todo país, nos obrigam, antes de mais nada, a analisar a responsabilidade das Forças Armadas nessa nova tentativa golpista. Tentativa abortada pela total falta de condições políticas internas e em nível internacional, e não porque os comandos militares e civis golpistas recuaram, como podemos constatar pelos resultados da Operação Tempus Veritatis e pela invasão e destruição das sedes dos três poderes da República.

O fracasso ocorreu graças à pronta reação dos três poderes e à falta de apoio na mídia, opinião pública, maioria do empresariado, classes médias e sociedade civil organizada. Foi isso que colocou freio à forte mobilização das bases bolsonaristas em frente aos quartéis, com evidente apoio dos respectivos comandos militares, de setores importantes do agronegócio, de parlamentares e governadores dos partidos bolsonaristas. A vinda para Brasília de milhares de apoiadores de Bolsonaro só foi possível pela omissão do governador do Distrito Federal, pelo financiamento e recrutamento por setores do agronegócio e parlamentares de direita, via redes sociais ou em frente aos quartéis.

Como foi possível, depois de 30 anos da promulgação da Constituição de 1988, que, de novo, militares e as próprias Forças Armadas fossem protagonistas de uma tentativa de golpe militar? A resposta exige uma retrospectiva histórica. Nossas Forças Armadas têm um histórico de participação política e partidária, origem do golpe de 1964 que é continuidade bem-sucedida das tentativas de golpe de 1950, 1955 e 1961. Nossa república nasceu de um golpe de Estado militar, e os militares foram agentes políticos determinantes no governo do marechal Deodoro sucedido pelo marechal Floriano Peixoto, que era seu vice, período conhecido como República da Espada quando houve a fracassada Revolta da Armada em 1893 com apoio da maioria dos oficiais. Durante os anos da República Velha, do café com leite, quando as oligarquias de Minas e São Paulo se revezavam no poder, os militares, agora os tenentes, foram a vanguarda da luta contra os governos que se sucediam, controlados pelos proprietários de terras. Ou seja, nossa aristocracia rural conservadora, herdeira da monarquia e da escravidão, que a Lei das Terras de 1850 consagrou como a detentora do principal fator de produção daqueles tempos – a terra e seus latifúndios.

O tenentismo era a força política da mudança, enquanto a classe trabalhadora não se constituía como força política e social. Tinha uma doutrina e uma causa - levantou-se em 1922 na revolta dos 18 do Forte de Copacabana, onde se destacaria o tenente da artilharia Eduardo Gomes, único sobrevivente; depois, encabeçou a Revolução Paulista de 1924 quando os tenentes tomaram a capital que foi bombardeada pelas tropas federais, levando à retirada das forças rebeldes do major Miguel Costa para o interior de São Paulo e, depois, para o Paraná onde se encontraria, mais tarde, com Luis Carlos Prestes que se levantara no Rio Grande do Sul. O encontro das duas colunas rebeldes deu origem à guerra de movimentos guerrilheiros que se consagrou

na nossa história como Coluna Prestes, o mais importante movimento tenentista do Brasil. Uma façanha militar que percorreu o país de 1924 a 1927, liderado por Prestes, o Cavaleiro da Esperança, mas que não foi capaz de se transformar em um movimento político vitorioso.

Veio a Revolução de 1930 que se constituiu como governo provisório revolucionário sob o comando de Getúlio Vargas. O alto comando militar velho e fiel aliado das oligarquias viu os ex-tenentes, antes expulsos e degradados, comandarem a revolução vitoriosa. Duas lideranças se destacam: Eduardo Gomes, que viria a ser brigadeiro da Aeronáutica, e Juarez Távora, depois general do Exército.

▼ Posse do presidente Costa e Silva em 15.03.1967
Crédito: Arquivo/Agência Senado



Principal força do Estado Novo

Os militares e os tenentes já oficiais superiores e muitos interventores em estados e ministros serão a principal força política durante os anos Vargas, de 1930 até a Constituinte de 1934, quando foi eleito presidente da República. Eles, que se dividiram na guerra civil de 1932 entre apoiar a secessão paulista constitucionalista ou o governo federal e a República federativa, voltariam a se dividir em 1935, quando da insurreição militar comunista e, mais uma vez, em 1937, frente ao golpe de Estado que instituiu o Estado Novo neofascista. O Estado Novo só foi possível pelo apoio integral do Estado Maior do Exército - os militares tornaram-se sócios de Vargas. Mas a lua de mel acabaria em 1945, quando os mesmos militares atuam para depor Vargas, animados com a derrota nazifascista na II GM e a crescente hegemonia norte-americana que influenciou parte da cúpula militar que serviu na Itália, na FEB, como veremos no golpe militar de 1964.

Vamos recordar que Vargas, para apoiar os aliados e enviar a FEB para a Itália, negociou Volta Redonda e Paulo Afonso, a energia e o aço, a CSN e a Chesf, sem o que não haveria indústria e progresso tecnológico no Brasil. Em sua volta à Presidência da República, em eleições livres e democráticas, fundou as bases do Brasil moderno, com a Petrobras e a Eletrobras, o BNDE, a Camex e a Sumoc.

A linha divisória entre as principais correntes políticas do país dos anos 1950 passou a ser, do lado progressista, o varguismo, o trabalhismo, o nacionalismo, a industrialização, a reforma agrária, o papel do Estado brasileiro e, do lado conservador, a defesa dos interesses agrários e do alinhamento com os Estados Unidos. Os conservadores, reunidos na UDN e em parte no PSD, com forte presença nas Forças Armadas, já estavam contaminados pela doutrina da guerra fria e pelo anticomunismo, que ganhou corpo a partir do levante de 1935.

Quem sucede a Vargas é o general Eurico Gaspar Dutra, chefe do Estado Maior do Exército durante o Estado Novo, parte das forças legalistas que combateram a revolução de 1930 e com atuação na repressão ao tenentismo. No Estado Novo, promoveu expurgos nas Forças Armadas e aceitou com resistência a entrada do Brasil na II GM ao lado dos aliados, mas foi o responsável por organizar a FEB. Dutra, com apoio de Vargas, derrotou o brigadeiro Eduardo Gomes, que mais tarde, na volta de Vargas em 1950, iniciaria sua carreira golpista, questionando sua vitória nas eleições presidenciais por não obter maioria absoluta dos votos, o que não era exigido pela Constituição de 1946. O governo Dutra foi liberal, pró-Estados Unidos, antioperário e repressivo, dilapidou as reservas em dólares do país constituídas na guerra, aliou-se à UDN, cassou os mandatos dos parlamentares comunistas e tornou o PCB ilegal, reduziu os investimentos públicos e impôs um arrocho salarial.

Histórico de golpes

A vida política institucional de nosso país, a partir da volta de Getúlio Vargas ao governo em 1950, é uma repetição metódica da tentativa das forças conservadoras reunidas na UDN, com apoio da embaixada dos Estados Unidos, de impedir, pela força e ditadura militar, a retomada do projeto nacional de desenvolvimento. Basta comparar o governo Dutra com o de Vargas, para se ter clara a disputa entre dois caminhos para o Brasil. Um dependente, outro soberano.

Não deram trégua a Vargas. Submeteram seu governo a uma oposição implacável e, com apoio militar, o depuseram. Mas não esperavam seu suicídio, sua Carta Testamento e o verdadeiro levante popular e comoção nacional por sua morte. Não conseguiram impor a ditadura e tiveram que aceitar o processo eleitoral democrático que levou JK à vitória, derrotando Juarez Távora que se opunha abertamente às políticas nacionalistas. Mas não se conformaram com os resultados e tentaram um golpe militar que fracassou pela reação de parte do Estado Maior do Exército e da liderança do general Lott, que depois seria candidato das forças nacionalistas e progressistas em 1960, derrotado por Jânio Quadros apoiado pela UDN.

JK ainda teve que passar por dois levantes de oficiais da Aeronáutica, Jacareacanga e Aragarças, aos quais anistuiu. A mesma sorte não teve Jango Goulart que era seu vice e foi reeleito com Jânio Quadros, em partidos e coalizões antagônicas. Com a renúncia de Jânio em 21 de agosto de 1961, no primeiro ano de mandato, de novo a coalizão conservadora e os militares criaram uma junta militar, proibiram Jango de voltar ao país -- ele estava em viagem oficial à China -- e se preparavam para governar quando Brizola levantou o povo gaúcho contra o golpe. Ele armou a população civil, conquistou o apoio da Brigada Militar e de parte do III Exército e mobilizou o país pelo rádio na "Rede da Legalidade", obrigando a Junta Militar a aceitar a posse de Jango. Para engolir Jango, as forças conservadoras impuseram o parlamentarismo ao país, que seria derrotado nas urnas em 1963.

Os golpistas, com forte penetração e apoio nas Forças Armadas, não desistiram e desestabilizaram o governo Jango e suas reformas de base, condição para um crescimento com distribuição de renda e retomada da industrialização. As reformas tinham apoio popular e sindical, do PTB e do PCB, dos nacionalistas e democratas, mas enfrentavam resistência e boicote dos conservadores, inclusive ao Plano Trienal de Celso Furtado para enfrentar a dívida externa e a inflação, herdadas de JK, reduzir a dependência das importações com o aumento da produção de energia e aço, indústria de caminhões e automóveis, investir no campo educacional e científico-tecnológico e combater desequilíbrios regionais.

O crescimento da mobilização popular nas cidades e no campo, as desapropriações para reforma agrária e as nacionalizações nos setores petrolíferos e de energia radicalizaram a oposição udenista, que tinha o apoio da grande mídia da época, da igreja católica e das classes médias conservadoras que acusavam Jango de comunista. Com a crise dentro das Forças Armadas, acirrada pelas demandas dos cabos e sargentos por direitos políticos, criaram-se as condições para os golpistas voltarem à cena.

É emblemático que o apelo à disciplina e ordem nas Forças Armadas e ao anticomunismo tenham sido a razão para o golpe. Ao participar abertamente da política partidária e do golpe, com apoio de uma potência estrangeira, os comandantes militares nada mais fizeram do que romper com a disciplina, a hierarquia e a legalidade que juraram honrar e obedecer.

Em 1964, os militares expurgaram rapidamente as forças de todo e qualquer opositor ao golpe e à política de aliança estratégica com os Estados Unidos. Entre 1964 e 1970, 1.487 militares foram punidos: 53 oficiais generais, 274 oficiais superiores, 111 oficiais intermediários, 113 oficiais subalternos e 936 cabos, sargentos e soldados, marinheiros e taifeiros. Os opositores foram perseguidos e punidos, muitos sofreram tortura e outros tantos foram assassinados.

Com o golpe, os militares realizaram o objetivo que perseguiam desde 1950, a partir do núcleo duro que criou a Escola Superior de Guerra. Para levar à frente seu projeto, estabeleceram sua própria legalidade com os atos institucionais e se autolegitimaram no poder por 24 anos.

O povo não pegou em armas para enfrentar a ditadura, mas não assistiu passivo ao golpe. Na primeira eleição pós-golpe, em 1965, os candidatos governistas perderam. Daí o ato institucional número 2 que acabou com as eleições diretas e livres, com os partidos políticos e com a liberdade de organização e expressão. Mesmo com novos partidos e sistema bipartidário, a oposição venceria as eleições em 1974, 1978 e 1982, abrindo caminho para a Campanha das Diretas que criou as condições para a derrota da ditadura em seu próprio colégio eleitoral, um mero ratificador da verdadeira eleição realizada nos quartéis pelo colégio de generais, almirantes e brigadeiros, não sem contradições, disputas e tentativas de golpe como foi o de Sylvio Frota.





▲ Tanques em frente ao Congresso Nacional (1964).
Crédito: Agência Senado

Só mais um capítulo

Mudaram as forças armadas e os militares depois do fim da ditadura e da promulgação da Constituição de 1988? Creio que não, e a prova veio com o governo Bolsonaro. Mas as raízes da manutenção do espírito golpista estão na anistia aos crimes da ditadura e a não responsabilização civil, penal e militar dos golpistas de 1964 e seus sucessores, da impunidade dos torturadores e assassinos e da ilusão da volta dos militares aos quartéis sem uma reforma das Forças Armadas.

Sem ter que se submeter ao poder civil, como nas constituições anteriores, o poder militar ganhou musculatura com a dúbia redação dos artigos 142 e 143 da nossa Constituição, que deram aos militares a função de garantia dos poderes e, por iniciativa de qualquer um destes, da lei e da ordem. Esse foi um erro gravíssimo do texto constitucional, agravado pela não aprovação da vedação a militares de ocupar cargo ou emprego público civil permanente sob pena de ida para a reserva.

O que assistimos, depois de quatro vitórias do PT e aliados, foi a paulatina e permanente volta dos militares à política. Em governos anteriores e mesmo nos do PT, já surgiram questões que expunham essa contradição entre o poder civil e militar, entre o comandante e chefe das Forças Armadas e o comando militar. Ela se manifestou, mais uma vez, na implementação do Ministério da Defesa, na criação do GSI, nas GLOs, na política das promoções e no conteúdo do ensino nas escolas militares, na Comissão da Verdade e reparação das vítimas da ditadura, como bem expôs, após o golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff, o chefe do GSI no governo Temer, general da reserva Sérgio Etchegoyen.

Hoje, não restam dúvidas da intervenção explícita dos militares na vida política institucional do país a partir do tuíte do general Vilas Boas dando uma ordem, uma voz de comando ao Supremo Tribunal Federal para que não concedesse, ao então ex-presidente Lula, um HC que tinha por direito líquido e certo. Esse mesmo general foi peça fundamental na elaboração de um plano de governo para 2030 por meio de um instituto que criou.

A candidatura e a campanha de Bolsonaro foram apoiadas e sustentadas por dentro do Exército e das Forças Armadas, por grupos de oficiais que, com sua vitória, foram aos milhares para seu governo, inclusive membros do Estado Maior do Exército. Seu governo foi um governo civil- militar e toda sua conspiração para dar um golpe de Estado ou impedir o processo eleitoral contou com a anuência e cumplicidade de comandos militares, inclusive de comandantes do Exército e da Aeronáutica.

Essa afirmação está baseada em fatos, nos autos da operação “Tempus Veritatis” ou no X do general Vilas Boas. Caberá agora, assim espero, à Justiça, Polícia Federal, PGR e ao STF fazer aquilo que não fizemos no passado: punir exemplarmente aqueles que atentaram contra a Constituição, sejam civis ou militares.

As lições de 1964 são muitas. Mas, certamente, se destaca a do papel dos militares e sua necessária submissão ao poder civil. Os recentes acontecimentos nos indicam a urgência de uma repactuação constitucional sobre as Forças Armadas, mais do que nunca necessárias no mundo em que vivemos. Problemas complexos e que demandam soluções urgentes como a crise climática, a transição energética, as mudanças geopolíticas e as guerras contínuas, desde o 11 de setembro de 2001, exigem que uma potência como o Brasil tenha Forças Armadas capazes de defender nossa integridade e soberania, nosso povo, nosso território, nosso patrimônio material construído durante séculos, nossa riqueza natural, nossa cultura e democracia.

O debate sobre o papel das Forças Armadas deve ser público, para além do Parlamento, e deve ser feito dentro da necessária revisão da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, além do Livro Branco de Defesa.

É bom lembrar que os militares se transformaram num grupamento da sociedade com muitos privilégios em relação à população civil, e alguns deles terão que ser revistos. Do ponto de vista salarial e aposentadoria, não têm nada a reclamar. Bolsonaro foi generoso em matéria salarial, o que não aconteceu com os investimentos e principais planos de modernização das Forças Armadas. Ele deu várias vantagens e privilégios aos militares, escondidos em inúmeros penduricalhos, diferentes auxílios financeiros, gerando excrescências como os supersalários, que existem em outras carreiras como no MPF.

Os militares são os únicos servidores públicos com aposentadoria integral, sem limite de idade e com paridade com os da ativa. Na reforma da previdência, o tempo de serviço passou de 30 para 35 anos, mas, em contrapartida, ganharam um Adicional de Compensação de Disponibilidade Militar, um senhor aumento do soldo. Os militares


contribuem com 7% a 9% para a previdência, apenas. Os gastos com inativos militares foram de 32,2 bilhões de reais em 2023 e as filhas maiores de militares, de pais que faleceram ou ingressaram nas Forças Armadas até 2000, continuam com direito à pensão.

Apesar da urgência dos investimentos, as Forças Armadas gastam 85% de seu orçamento com a folha de pagamentos e apenas 5% em investimentos em 2023, o que não acontece em nenhum outro país comparável ao Brasil. Qualquer reivindicação de maiores gastos militares – por exemplo, a proposta de 2% do PIB – deve, necessariamente, estar vinculada a investimentos. No PAC, estão previstos 52,8 bilhões de reais em investimentos militares nos programas prioritários e estratégicos de cada arma.



▲ Assembleia contra a careca organizada pelo Movimento Contra o Custo de Vida, na zona sul de São Paulo. São Paulo/SP, 29/10/1978. Crédito: Autoria desconhecida. Acervo CSBH/FPA.

A TORTURA E A CONSTITUINTE



▼ Cartaz do evento "A tortura e a Constituinte" realizado na Pontifícia Universidade Católica (PUC). São Paulo/SP, 03/09/[198-]. Acervo: CSBH/FPA.

CONVIDADOS

HELIO BICUDO **MARCIO THOMAS BASTOS**
LUIS ANTONIO FLEURY **OTÁVIO LEITÃO DA SILVEIRA**
JOSÉ CARLOS DIAS **MARCO ANTONIO BARBOSA**
LUIZ EDUARDO GREENHALGH **PAULO SERGIO PINHEIRO**

PROMOÇÃO: CENTRO "SANTO DIAS" DIREITOS HUMANOS ARQUIDIOCESE - SP
INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS DA PUC - SP

LOCAL - PUC SÃO PAULO SALA 239 - 2º ANDAR
DIA 03 DE SETEMBRO ÀS 19:00 HS

Elio Bicudo

Não temos nada contra as Forças Armadas em si. Mas é necessário por um fim à sua natureza ambígua e sua vocação para o poder político, para assumir a direção do país, incompatível com sua própria essência, o dever de servir e obedecer ao poder civil, à hierarquia e à disciplina. Respeitar a Constituição significa rejeitar qualquer papel político para as Forças Armadas e respeito absoluto às leis e ao estatuto e regulamento disciplinar de cada arma.

Precisamos de Forças Armadas dedicadas à sua missão constitucional e obedientes ao poder civil, profissionais, equipadas com a mais moderna tecnologia, disposta no território nacional segundo a nova realidade geopolítica sul-americana e mundial, onde o papel do oceano Pacífico também deve ser considerado diante das novas rotas para a China, a questão migratória e do narcotráfico. E precisamos de uma indústria de defesa que nos dê, na medida do possível, independência tecnológica e de fornecimento de equipamentos, apoio ao projeto espacial brasileiro, ao programa de submarinos, à modernização da Aeronáutica e das forças terrestres e seus programas, como o sistema integrado de monitoramento de fronteira.

A realidade internacional, as guerras contínuas desde o Afeganistão, o novo papel da Otan como aliada militar dos Estados Unidos desde a intervenção militar na Sérvia e, depois, no Iraque, Líbia, Síria e agora Ucrânia e no Oriente Médio exigem do Brasil uma política externa e de defesa nacional que garanta nossa soberania, defenda os interesses nacionais e não se submeta a alianças que não respondem à premissa do interesse nacional e geopolítico brasileiro. Mais do que nunca, precisamos defender uma nova governança mundial sob a égide da lei e do direito internacional, conforme os princípios de nossa lei maior, independência nacional, solução pacífica dos conflitos, autodeterminação e não intervenção, igualdade entre Estados, cooperação entre os povos para progresso da humanidade, reafirmando nosso repúdio ao terrorismo e racismo e a prevalência dos direitos humanos.

Há um novo equilíbrio geopolítico no mundo com a ascensão da China, da Rússia, da Índia, da Turquia, do Irã e, agora, da Indonésia e Nigéria. É nesse contexto que surgem os Brics, do qual somos fundadores, permitindo aprofundar nossas relações com a China, com a África, onde está parte de nossas raízes, com o Oriente Médio e os demais países do nosso entorno geopolítico, a América do Sul.

Alianças internacionais devem sempre ser guiadas pelo nosso interesse nacional. Nenhum país tem futuro, nos dias de hoje, sem independência e soberania, ainda mais numa transição tecnológica e geopolítica que encurta o tempo dos países e povos para realizar sua soberania alimentar, energética e tecnológica, seu desenvolvimento econômico.

Há muitas outras lições do golpe de 1964. Também essencial é a defesa intransigente da democracia, da liberdade de organização e expressão e dos direitos individuais e coletivos, sociais e políticos garantidos pela nossa Constituição. Mas nossa institucionalidade viveu e vive momentos críticos com relação ao equilíbrio entre os poderes independentes e harmônicos, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário e sua institucionalidade como República Federativa e Presidencialista.

A disputa política atual revela a tendência que sempre ressurgiu em momentos de mudança social e econômica – a de retirar da soberania popular, do voto universal, a eleição dos chefes dos executivos, começando pelo presidente, com o objetivo de impedir que as forças populares e progressistas comandem o país desde a Presidência da República. Com o pretexto de discutir os limites da forma como é eleito o Parlamento e sua relação com o Executivo e Judiciário, os que querem limitar o voto popular apresentam propostas de semipresidencialismo ou, de novo, parlamentarismo, já duas vezes derrotado em consulta popular. Com urgência, precisamos reformar o sistema político-eleitoral e institucional vigente. Tema para outro artigo. •

José Dirceu foi presidente do PT, deputado Federal, ministro chefe da Casa Civil no 1º Lula. Foi ainda presidente da UEE nos anos de chumbo.

UM LUGAR CHAMADO MARIA ANTÔNIA

MARILENA CHAUI

CONFIDENCIAL

Na pequena sala 7, no primeiro andar, a aula é pontuada pelo tilintar do marcador quando, lá fora, o cobrador registra as passagens pagas ou avisa o motorneiro para prosseguir caminho. ligando a consolação e a angélica, o bonde atravessa a maria antônia. quem subiu lá pelos lados da biblioteca municipal, desce em frente à faculdade.

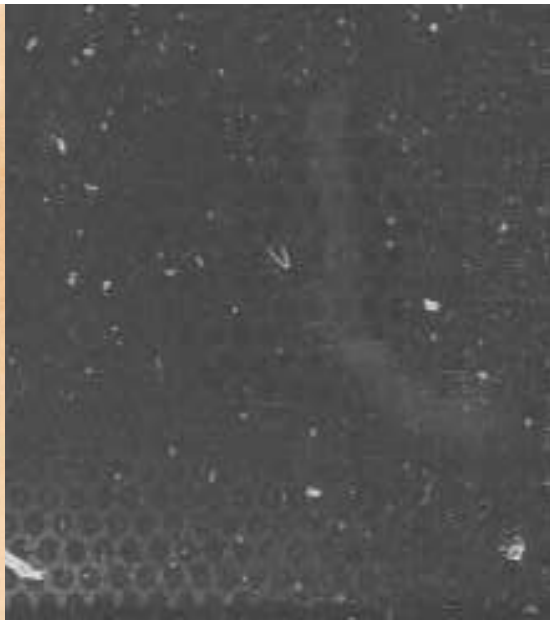
Colunas greco-romanas sustentam a fachada avarandada. no hall de entrada, painéis com as fotografias dos primeiros professores e formandos da faculdade de filosofia, ciências e letras. um pequeno lance de escada. O saguão: um balcão, o livro e o relógio de ponto, um telefone e uma instituição: dona Floripes, desde sempre e para sempre na recepção. Cadeiras circundam o saguão, encostadas às paredes, sob os amplos vitrôs. Professores, estudantes e funcionários transitam, conversam, esperam pelo momento de entrar em classe, quando soar a campainha, acionada pelo “seo” zé miguel. comentam-se notícias de jornal, o último filme, um comício, as disputas estudantis no grêmio. ensaia-se perante os colegas o seminário, trocam-se livros, bibliografias, notas de aula, enquanto professores passam pela saleta da correspondência, entregando e recebendo cartas, livros, revistas. à direita e à esquerda, salas de aula: sobre um pequeno tablado, a cátedra (modesta mesa, cadeira de espaldar alto), mesas onde se instalam os alunos, dois a dois. O tratamento de professores e estudantes é cerimonioso – senhor, senhora (nunca, porém, o “Vossa Excelência” do largo de São Francisco).

À esquerda de quem entra, a escada branca, corrimão de ferro. Subindo, no primeiro andar, à direita, a secretaria, onde reina o “seo” Miranda. Corredores para onde se abrem as salas de aula. Na maior delas, conferencistas estrangeiros ou outros convidados são ouvidos. Nela é ministrado o curso de Didática

Geral para todos os licenciados da faculdade. O velho professor de Pedagogia explica o princípio do terceiro excluído: “Ou é cadeira ou é banco, não há terceiro termo”. Lá do fundo, o gaiato, aluno de Filosofia, replica: “E o banquinho?” No segundo andar, salas de professores, bibliotecas dos departamentos, a sala dos fundos onde, quando for chegado o tempo, serão ministrados cursos de pós-graduação de Filosofia e Ciências Sociais. No terceiro andar, diretoria, reitoria, secretaria geral, salão nobre onde se reúne a Congregação, defendem-se teses, ministram-se aulas inaugurais. No último andar, sala de estar, cafezinho dos professores e funcionários, jardim.

De volta ao saguão, descendo a escada, almoxarifado, centros estudantis. Um pátio. À direita, biblioteca central. Em frente. Grêmio e restaurante. Pelo interior do Grêmio, um lance de escada conduz ao prédio vizinho, instalação das Exatas e das Letras. Prosseguindo pelo pátio, mais à esquerda Economia e Administração, instalação moderna, porta da frente abrindo para a Dr. Vila Nova.

Em torno, livrarias, repúblicas de estudantes, o Bar do Zé, o Querência (depois, Científico), o Bar Sem Nome, a imponência protestante do Mackenzie nos seus tijolinhos...” e o vento levou”. A guerra ainda estava circunscrita aos torneios esportivos, o Mackenzie cedendo o auditório para ciclos de conferências da Filosofia, um deles aberto por Caio Prado Jr. ... Numa ponta, a Vila Buarque com seus palacetes, na outra, a Consolação: cursinho do Grêmio (na Martinico Prado), Redondo, Arena, Estádio. Que acontecimento, o primeiro número do *Jornal da Tarde*, lido ainda quente das prensas, tão intelectual. Avenida São Luís, Barba-Azul, Pari Bar, ponto de encontro das celebridades, dos professores estrangeiros. cinemas. Praça da República. Ipiranga-esquina-da-avenida-São-João. Salada Paulista, Bar do Jeca. Lá longe, o filé do Moraes, depois da



sessão da meia-noite, dedicada aos filmes “de arte”.

- Mas, afinal, quem é essa tal de Maria Antônia de quem vocês não param de falar?
- Não é *quem*, é *quê*.
- Não é uma pessoa?
- Era uma rua, lá em São Paulo. Foi um tempo, sabe? Já faz tempo.

(Diálogo do exílio, inverno dum ano dos anos 1970.)

Começavam os anos 1960. Na Biblioteca Municipal, o grupo dos *Desajustados da Vida*, beatniks existencialistas, sentenciava: “Deus está morto. Vimos seu enterro. Oficiado por Sartre que O lançou ao Sena”. No final da década, numa exposição do Exército, no saguão dos Diários Associados, um cartaz: *Sartre e Marcuse conduzem ao vício*.

Sartre veio. Simone também. Cuba. Polêmicas inflamadas sobre a pretensão de conciliar marxismo e existencialismo, oficialmente definido pela esquerda como ideologia pequeno-burguesa decadente. Todo mundo lá, ouvindo e discutindo: o pessoal das Exatas, das Ciências Sociais, da Filosofia, médicos, advogados, jornalistas, direita, esquerda, franco-atiradores. Como lá estiveram todos quando, durante um mês, Foucault apresentou *Les Mots et les Choses*, ainda inédito. Chegara a hora e a vez do estruturalismo, das discontinuidades e das rupturas epistemológicas, do “discurso” e das “leituras”, das cesuras. “Não tem história no que esse cidadão faz. Já nem parece o autor da *História da Loucura*.

Foram-se Braudel e Soboul?” Escândalo epistêmico que prosseguiria para tormento de muitos quando os livros de Althusser despejaram a maquinaria do althusserismo, ousando ser estruturalista e marxista. Querelas de antanho, quando os debates giravam em torno da cientificidade, finalmente indubitável, do materialismo histórico e dialético, pondo cobro aos humanismos vários, separando de vez ideologia e ciência. Seminários para ler rigorosamente *O Capital* – historiadores, sociólogos, filósofos, literatos, economistas, físicos, matemáticos. Gente da faculdade, que não iria sucumbir à “moda Althusser”. Hegel os protegia. Ou, no comentário galhofeiro de alguém: “Setz, Gesetz e Re-Gesetz”.



▲ Manifestantes carregam estudante morto a tiro durante o confronto
Crédito: Arquivo Público do Estado de São Paulo

De tocaia, no saguão, os rapazes do recém-criado departamento de Psicologia estão à cata de quem aceite submeter-se aos testes, demonstrando haver uma ciência psicológica. “O teste é objetivo, sabe? Puramente científico. Não vamos invadir sua intimidade. Olhe, nem precisa dar seu nome.” O pessoal das Exatas sorria. A turma da Filosofia tecia sabidas considerações sobre os limites epistemológicos da psicologia, deixando por conta do grupo de Ciências Sociais a crítica da falta de rigor nos questionários e nas “medidas”. Todo mundo encontrava um jeito safadinho de escapular dos testes, dos quais, afinal, o que se tinha era medo mesmo. Sabe-se lá o que revelariam? O gosto pela psicanálise viria só um pouco depois. Por enquanto, ainda era um “grosseiro biologismo positivista”, apesar de os antropólogos lidarem com as estruturas elementares do parentesco. “São uns funcionalistas,” Dixit.

No Rio, tempos do ISEB. Na Maria Antônia, os sociólogos explicavam a diferença conceitual e política entre as expressões “país atrasado” e “país subdesenvolvido” (ainda não chegara o momento do “país em vias de desenvolvimento” nem do “país dependente”). Desenvolvimento desigual e combinado, ainda não, mas quase chegando lá. Debatia-se o projeto (a palavra correspondia, para fins de localização no universo pensante, ao uso que, mais tarde, seria feito do termo “leitura”, esquecidos, os que a usavam, de sua origem existencialista pequeno-burguesa decadente). Coisas do tempo da revolução democrático-burguesa, do Há ou não um pensamento brasileiro? É preciso criá-lo, se não existir. Qual é o caráter nacional brasileiro? Quem é o *povo no Brasil*? Artigos na *Revista Brasileira* e no Suplemento Literário do *Estado*. No curso de Ética e Política os alunos de Filosofia, História e Ciências Sociais enfrentavam a dissertação: “Quais os problemas éticos de um indivíduo de um

País subdesenvolvido?” E a menina do CPC entoava o “Big Ben”, repetindo o refrão: “subdesenvolvido, subdesenvolvido, subdesenvolvido”. Discutia-se Brecht e Lukács, enquanto, no Grêmio, acirravam-se as disputas entre as chapas da direita, do PC, da Polop, da JUC. “Ela é corajosa mesmo. Sabia que os pais dela são do PC e ela é da Polop?” “Não diga! Menina de fibra.” A revolução se faz por etapas? É aceitável a aliança de classes? O pessoal das Exatas, às voltas com a questão abissal: há ou não uma dialética da natureza?

E vieram *Gimba*, *Eles não Usam Black-tie*, *A Semente*. O Grêmio apinhado: Gianfrancesco Guarnieri debate a última peça. “É isso mesmo”, declara convicta a estudante de longos cabelos flamejantes, “aquela mulher só conhece o amor pequeno-burguês, pegajoso, contrarrevolucionário”. Pronta e zangada, a réplica de um professor: “Que bobagem é essa de amor pequeno-burguês? Qual o amor que não é pegajoso? Que tolice é essa de amor contrarrevolucionário?” O que era o amor? Extasiados, víamos sessões seguidas de *Hiroshima, mon Amour*. Nouvelle vague. Cinema italiano, *La Dolce Vita* é um filme cristão. “Não é, não.” “Ora, o que você pensa que é o peixe no final do filme?” Kurosawa. Cinema-novo. Na Bienal, em companhia de Vlado Herzog, reverentes, acompanhávamos a projeção de *Outubro* e de *O Encouraçado Potemkin*. Depois viriam *Oito e Meio* e *O Ano Passado em Marienbad*. O Arena inventava o sistema do Coringa. O Oficina encenava *Os Pequenos Burgueses*. Um dia, que nemsonhávamos possível, pois contrariava a marcha da história, uma outra marcha nos faria ver *Terra em Transe*, nós que havíamos visto *Rio 40 Graus*... O Tuca ganharia o prêmio do Festival de Nancy com *Morte e Vida Severina* e, alguns anos depois, no tecido de uma outra história impossível, o Tusp

arrancaria aplausos, no mesmo lugar, com *Os Fuzis da Senhora Carrar*, dirigido por Flávio Império, atores seus indo protagonizar *Os Herdeiros de um mundo que não viria*. Estavam por vir as polêmicas em torno de Godard, os festivais da MPB, as canções de protesto desalojando o intimismo da bossa nova. Mas, ainda não. Seria depois. Um pouco muito depois.

O cerimonial das defesas de tese. Salão nobre abarrotado. As becas negras engalanadas nas cores das diferentes escolas e disciplinas. As pesquisas concluídas, atestando que o propósito da fundação – criar pesquisadores de “alto nível” – se cumpria, malgrado a férrea oposição das Grandes Escolas à Maria Antônia.

Entre a recíproca emulação de grupos autorreferidos, confiantes em sua excelência, e os ressentimentos nascidos de disputas e discriminações; em meio ao despotismo da cátedra e à louca competição por ela desencadeada, destroçando impiedosamente vidas, carreiras e esperanças tanto quanto estimulando o florescer de outras; laica, livre-pensadora, racista, machista, mesquinha e fecunda, ciosa de sua autonomia e liberdade, conflituosa, distribuidora de privilégios contestáveis e, no entanto, malgrado injustiças, também capaz de reconhecimento pelas obras que fazia nascer, a Maria Antônia se preparava, na gestão de Ulhoa Cintra, para sua primeira reforma universitária. Sob sua orientação, almejava-se criar verdadeiramente uma universidade em sentido pleno e não mero nome para um conglomerado de escolas rivais. O sinal de partida fora dado pelo “baixo clero”. De um lado, a criação da Associação dos Assistentes (de onde nasceria, anos depois, a Adusp), e de outro, a célebre greve “do terço”: reivindicação da representação estudantil de um terço nos órgãos colegiados, até então restritos a professores. “É o comunismo! É o comunismo chegando!”, bradavam horrorizados os conservadores naquele ano de 1963. Viriam à forra em 1964.





▲ Foto: Hiroto Yoshioka/Acervo Centro Universitário Maria Antonia – PRCEU USP

— Gente! O Jânio renunciou!
— Impossível! De onde você tirou isso?
— Acabou de dar na rádio, agorinha mesmo.
— Mas, por quê?
— Ele disse que foi pressionado por forças ocultas.
— Foi o Lacerda, pessoal. Foi coisa do Lacerda, vocês vão ver.
— E agora? Com o Jango na China, ainda por cima. É golpe, na certa.
— Já estão dizendo que não vão empossá-lo.
— Mandaram que ele voltasse imediatamente.
— Que nada, parece que mandaram dizer pra ele ficar por lá até as coisas ficarem claras por aqui.
— A rádio está dizendo que o Jango vem vindo.

Interrompidas as aulas, abandonados os livros, esquecidos no balcão o cafezinho e na mesa o chope, subindo a Consolação, descendo a Vila Buarque, partindo do centro da cidade, pequena multidão se apinha na Maria Antônia, falando, gesticulando, discutindo. Pequenos grupos cochicham enquanto outros iniciam quase-comícios no saguão da faculdade. Suposições correm o risco de virar certezas e certezas desmoronam em indagações sem resposta.

Parlamentarismo. Plebiscito. Presidencialismo. Reformas de Base. Plano Trienal. Movimento de Educação Popular. “Abaixo o imperialismo!” Ligas Camponesas. “Senta a pua!” Greve dos cem mil. “Brasil, Urgente”. AP. Revolta dos sargentos e marinheiros. Sobe ministério, cai ministério. “Os magnos interesses da Nação.” Operação Popeye. Operação Brother Sam.

— A marcha com Deus vem vindo! Tem gente que não acaba mais!

Os estandartes da TFP tremulam ao ritmo da ladainha.

— O Adhemar e dona Leonor estão na frente, puxando o terço da família-que-reza-unida.

— Escutem! O Adhemar está invocando a “adorável criatura”.

— A Igreja em peso! Estão cantando: “Salva a Mãe de Deus e Nossa senhora/ sem pecado concebida... Protegei os vossos filhos; ó Mãe terna e compadecida/ Protegei a nossa gente, ó Senhora Aparecida...”.

— Invadiram a casa do professor Schenberg. Foi preso de pijama. Destruíram quadros, a biblioteca. Rasgaram a Enciclopédia Britânica dizendo que era comunista.

“O professor de Filosofia acredita em Deus? As meninas da Filosofia praticam o amor livre?”

— Estão interrogando o professor Cruz Costa. Mandaram que cantasse o Hino Nacional para provar que não é comunista. Ele disse que só cantaria se o coronel cantasse primeiro.

Desistiram.

“O professor sabe se meu nome estava na lista dos que iam para o paredão?”

— Um delegado de Rio Claro apostou que prenderia um professor. Prendeu o professor Raw, só para ganhar a aposta. Prenderam o professor Kér também.

— Estão instalando IPMs. Dizem que vão expulsar estudantes. E Fernando Henrique, Florestan, Fidelino de Figueiredo. Muita gente. Querem acabar com a Maria Antônia.

— Está correndo um abaixo-assinado na Câmara dos Deputados para liquidar o curso de Ciências Sociais porque é subversivo. Que Gama e Silva está mancomunado com o Dops. A coisa está saindo daqui de dentro mesmo. É a tal Comissão Geral de Investigação. “Há um grandioso trabalho à frente da Comissão Geral de Investigação.”

— Leram o artigo do Paulo Duarte? Incrível! Duma coragem.

Duma dignidade. Diz que há dedo-duro em toda parte, que são professores fazendo o serviço sujo. Uma vergonha.

— Disseram que vão “limpar” as bibliotecas, tirar os livros imorais. Como no Paraná, quando rasgaram Eça de Queirós.

Anoitece, nos primeiros dias de abril. Golpeada, a Maria Antônia procura conservar o ritmo. Aulas. Debates inflamados na Congregação e no Conselho Universitário. Gente no saguão, nas calçadas. Correria: “Vão invadir a faculdade!” Alguns guardam as janelas, outros vigiam a rua e o pátio. Professores, alunos, funcionários fecham as portas e nelas se apoiam para protegê-las. Ruído de carros e botas. Inútil guarnição desprotegida: portas e janelas são arrombadas aos pontapés. Estilhaçados vidros e madeirames. Salas de aulas invadidas, professores, alunos e funcionários revistados, alguns expulsos, outros presos, enviados ao Dops para interrogatório. Livros destruídos, papéis rasgados e espalhados pelo chão, máquinas de escrever destroçadas a pancadas. O vandalismo que arrombara o edifício começa, agora, o arrombamento de vidas, ideias, carreiras e consciências. Tem início o expurgo, fundado em denúncias anônimas, calúnias, delação, rancores dos medíocres aspirando pelos cargos aos quais não poderiam chegar senão pela força e pela ignomínia. O medo cimenta as relações. Sob vigilância, ideias são censuradas, programas alterados, cursos cancelados. Na reunião da SBPC, prisões. Vai-se abrindo a trilha dos anos vindouros: o exílio. Está institucionalizada a sanha do terrorismo cultural. Mas era véspera, ainda.

Todavia, quão cheia de presságios para quem, com os olhos turvados de hoje, lê o que o olhar incrédulo de ontem não houvera de enxergar: “o setor estudantil é um daqueles que a Revolução (sic) não logrou ainda introduzir o seu processo de saneamento”. Mais uma vez o *Estadão* soava as trombetas do “bravo matutino”; no início do século, contra a “toxina negra” que conspurcava a pura raça bandeirante; em outubro de 1964, contra estudantes “exóticos” e seus irresponsáveis professores.

Ato Institucional nº 2.

Eleições indiretas para a presidência da República, extinção dos partidos políticos, direito de cassação de mandatos parlamentares. Fora dado “o golpe dentro do golpe”.

- Fecharam o Congresso!
- Tem golpista querendo criar uma Frente Ampla. Coisa do Lacerda, já se sabe. Dizem que o Adhemar está se ralando de medo porque vão mexer na corrupção...

Lá na cidade, a Maria Antônia não morrera. Antes de sua agonia final, houve 1968.

“O governo chegou à conclusão de que a agitação estudantil que se observa neste momento tem inspiração comunista e alcance subversivo e vai agir em consequência.”

Marechal Castelo Branco, abril de 1966.

**Vem, vamos embora,
que esperar não é saber.
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer.**
Vandrê.

Música de protesto, literatura empenhada. *Terra em Transe*. Doutrina da Segurança Nacional.

O Arena emite sua *Opinião e Canta Zumbi*. Artistas comem cru o coração do cantor de televisão que acaba de morrer – o Oficina entra na *Roda Viva* e acende *O Rei da Vela*. Não há como calar *Quarup*. Sob luz ofuscante, range o carro de boi de *Vidas Secas*. Vem vindo o



▲ A Batalha da Maria Antônia, em 1968, entre estudantes da USP e do Mackenzie. Foto: Hiroto Yoshioka/Acervo Centro Universitário Maria Antônia – PRCEU USP

Nordeste de *Os Fuzis* — “Rui Guerra filma a miséria como uma aberração. Tira força dessa distância”. Invasão do Pop. País absurdo da Tropicália — “que coisa é essa de botar guitarra elétrica? Importação sem imaginação”. “Que nada. Não entendeu que é o choque do tradicional e do moderno? Estão escrachando o mau gosto nacional”. Irreverentes dadaístas: “O monumento é de papel crepom e prata... Carmem Miranda da, da”. Pelas ruas, “o povo unido jamais será vencido”, pois “povo organizado derruba a ditadura”. Latino-americanidade, paradoxo de um nacionalismo continental — *Soy loco por ti America*, cambalache. Lá vem vindo o *Pasquim*.

No Rio, *Revista Civilização Brasileira*. Na Maria Antônia, “Teoria e Prática”, nossa “New Left Review”. — Tentativa de “Aparte”.

- No fundo, essa produção cultural não está adiante de seu público.
- Emulação de palco e plateia intelectualizados. Classe média. Weimar?

Terminam os IPMs com estudantes e professores absolvidos, mas muitos já estão a caminho do longo exílio. São inaugurados os cursos de pós-graduação. Na pequena escadaria da varanda da Maria Antônia, os “excedentes” acampados.

Exigem as vagas a que têm direito, aprovados que foram nos vestibulares. Às pressas, a ditadura procura satisfazer à classe média que lhe dera apoio: a reforma universitária está na ordem do dia, ameaçando o ensino público e gratuito (cobrança de anuidades, taxas, criação de “fundações”), tentando transformar as universidades em empresas e modificando os vestibulares. Incauto em sua onipotência, o Conselho Federal de Educação deixa cair a bomba: relatório de Mr. Atcon e Acordo MEC-Usaid. “Abaixo a ditadura! Viva a liberdade! Fora, fora MEC-Usaid”, replicam os estudantes.

— A polícia reprimiu a manifestação da Universidade de Brasília, contra o embaixador americano. A “linha dura” está ganhando a parada.

Ganhara. Maio de 1968:

Relatório Meira Matos propondo que o governo ajude a organizar os estudantes da “maioria democrática” em diretórios que neutralizassem a ação nefasta da “minoridade esquerdista e instruída”. Respondia às manifestações estudantis de abril. Na Maria Antônia explode o Relatório Ferri. Não é esta a reforma almejada.

Abrir vagas, ampliar o corpo docente, aumentar verbas e recursos, criar cursos básicos para integração de toda universidade, pôr um fim na tirania da cátedra, instaurar os departamentos com seus colegiados. “Fora com a universidade elitista e de classe!” Universidade crítica. Livre, aberta. Essa a reforma que apaixonadamente se discute dia e noite, na Maria Antônia ocupada.

“Sexta-feira Sangrenta”. Vinte e oito mortos. Enlutada, caminha a Passeata dos Cem Mil. Choram estudantes e professores, no Rio. E no Brasil.

Da lágrima ao grito: “A forma das últimas manifestações é condizente com a concepção da revolução brasileira, através de um longo processo de luta armada, que vá acumulando forças até a tomada do poder político”, declara a UEE de São Paulo. Na Maria Antônia, a polêmica: “luta política” ou “luta específica”? Mobilização reivindicatória ou violência revolucionária?

Guerrilha urbana. Guerrilha no campo. Foco ou partido? A guerrilha é o agente revolucionário ou apenas o braço armado da revolução? A revolução deve partir do campo ou da cidade? “Viva Guevara!... Um, dois, muitos Vietnãs.”

▼ À esquerda, a Rua Maria Antônia durante a batalha de 1968; à direita, em 2018 / Créditos: Hiroto Yoshioka
Créditos: Acervo Centro Universitário Maria Antônia / Pedro Vittorio



Debray. Mao. “A revolução cultural não virá depois da revolução, mas se fará ao mesmo tempo que ela.” Expropriação. Aparelho. Um novo léxico para uma nova estratégia. Ou seria uma tática?

— Tá uma confusão danada! O diretor, o Erwin, sabe?, viu casais dormindo na diretoria, enrolados na bandeira do Brasil! Tá fulo de raiva.

Liberação sexual. Sim, as meninas e os meninos da Maria Antônia praticam o “amor livre”, coronel. Não, a maioria não “praticava amor livre” nos anos 50, capitão. “Virgindade dá câncer”, pipocam os muros pichados. Sim, “é proibido proibir”. Pensar e viver, subitamente reconciliados numa ética libertária, fazem da Maria Antônia espaço livre de uma experiência revolucionária: suas paredes, vitrais da sociedade, ganham transparência para receber a luz vinda de longe e emitir lampejos do que imaginara ser o

possível cumprindo a marcha do tempo. Começa a campanha pela representação paritária dos estudantes. “É o fim do mundo! Querem acabar com o princípio da hierarquia e da autoridade. O que esses fedelhos estão pensando?” Democracia direta. O departamento de Filosofia é o primeiro a tornar-se paritário, dirigido por um professor e uma aluna. “Abaixo a repressão/ Mais pão e mais feijão.”

A imprensa reage, bradando contra o caos, a anarquia, a imoralidade dos costumes. Ordem! Ordem!, esbraveja, em nome da Pátria conspurcada. É preciso acabar com a subversão. “Sartre e Marcuse conduzem ao vício”. A imaginação no poder? Stultifera Navis! Família e Propriedade ameaçadas. É preciso por um cobro nessa loucura comunista. Libertinos. Devassos.



“Sejamos realistas: peçamos o impossível”.

Outubro de 1968. Domingo, dia 3. Fervilha a Universidade Crítica: seminários, mesas-redondas, conferências, grupos de trabalho analisam os caminhos abertos pela guerrilha, inventam-se “codinomes”, em segredo passa-se “o ponto”. Isolada por guarnições militares que ocupam suas duas pontas, a Maria Antônia está inundada de sol e pelos acordes da *Internacional*. Será a luta final. Mas não aquela que libertaria os filhos da terra...

Ruído de carros pesados, cães a latir, estrépito de botas pelo calçamento, sirenes, gritos, palavras de ordem, comandos.

- Estão vindo! O Exército e a polícia estão chegando!
- Atenção! Cada qual procure um lugar para defender a faculdade. Rápido, rápido.
- Olhem, olhem! Estão subindo na torre e nos telhados do Mackenzie! O CCC os chamou para lá! Vão metralhar, gente, vão metralhar!
- Estão jogando bombas. Depressa, coquetel molotov aqui, depressa.
- Mas temos poucos. Ninguém pensou que iriam ser necessários.
- Pedras, pessoal, jogar pedras.
- A Esther Ferraz abriu o Mackenzie pra Oban! Veio ajudar o CCC! Olhem, olhem! Tão chegando aos montes!
- Estão metralhando! Tem um morto! Tem um morto!

- Mataram um estudante!
- Mataram um!
- Mataram...
- Fogo! A Maria Antônia está pegando fogo! Água, pessoal, água, pelo amor de Deus!
- Fogo, fogo! A faculdade pegou fogo! Todo mundo tem que sair. Não pode haver mais mortos.

Sob gritos furiosos e fogo cerrado – incêndio de um lado, metralhadoras e bombas, de outro – é esvaziada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Seus ocupantes, submetidos ao “corredor polonês”, são lançados em camburões, rumo ao DOI-Codi, ao Dops e à Oban. Quem dera a ordem? O governador Abreu Sodré garante ter recebido a ordem de invasão do ministro Gama e Silva, mas recusando-se a cumpri-la. O reitor, Mário Ferri, por seu turno, assegura ter-se recusado a obedecer à ordem do governador. Talvez tenha sido uma ação voluntária e espontânea das “forças da ordem”, sem carecer de ordens, sob a ordem do Partido da Ordem?

12 de outubro de 1968: presos os participantes do 30° Congresso da UNE. Dissolvida e posta na ilegalidade. Ainda viria o 477.

Dezembro. Sexta-feira, 13: Ato Institucional nº 5.

20 de dezembro de 1968 e 29 de abril de 1969: decretos presidenciais aposentando professores.

Há erros: docentes de outras universidades aposentados como membros da USP; outros são aposentados sem que sequer fossem professores. Caça às bruxas no meio estudantil. Prisões, torturas, mortes, desaparecimentos, exílio. Clandestinidade. Perseguição dos “suspeitos”. Campeia a delação.

- Por que Bento e Giannotti?
- Por que aceitaram a paritária?
- Não se sabe. O decreto não dá motivos. Não há acusação. Portanto, não há defesa.
- Leram o *Diário Oficial*? Dois colegas depuseram contra a Emília Viotti. Disseram que espalhava ideias prejudiciais para a juventude.
- Por causa das propostas para a reforma universitária?
- Que nada! Pretexto. Rancores. Uma patifaria.

Imenso FEBEAPA. Mas o horror estanca o riso. O grotesco faz sangrar. O bonde já não atravessa a Maria Antônia, indo da Consolação à Angélica.

1969 – 1984

De longe em longe, um edifício. Desiguais, aqui um grande, ali um pequeno. Há palácios em estilo mussoliniano (omitido o balcão da Piazza Venezia). Acolá, uma arrojada criação arquitetônica, lançada na leveza do espaço. Há sóbrios e pesados quadrados, há retângulos, medrosamente agarrados ao solo. Esqueletos dos prédios da residência estudantil, roídos pelo tempo, pela incúria e pelo medo da subversão. Há barracos pré-fabricados, sem acústica e sem isolamento térmico – no verão, corpos e mentes entorpecidos pelo calor; no inverno, gente encolhidinha a tiritar; quando chove, o telhado é um bumbo dissonante, as águas inundam salas de aula e bibliotecas. Umidade e mofo, nuns, secura quebradiça, noutros.

Largos vãos cortam os ares, mas as salas de aula são exíguas. Raros os que possuem centros de vivência para estudantes, professores e funcionários. Quando os possuem, estão sabiamente segregados, evitando o “perigoso” contato das três categorias.

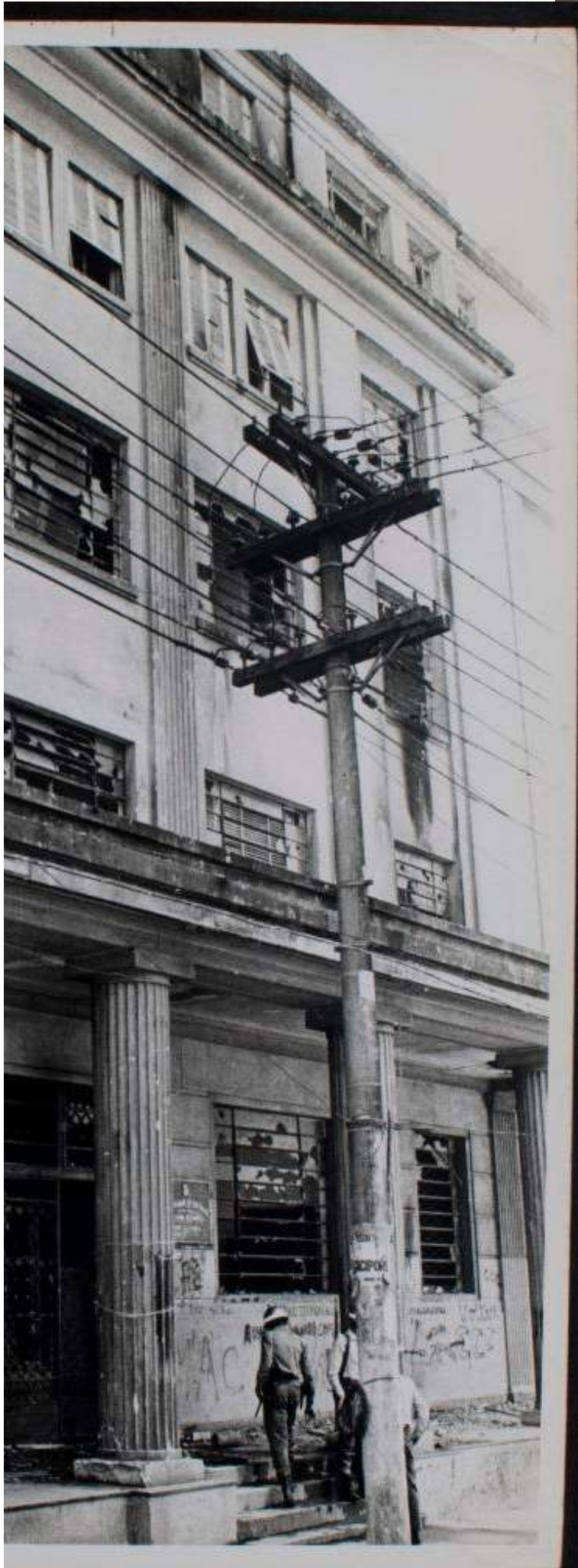
Geometricamente racional, topologicamente significativo, o espaço, dividido em feudos dos senhores gerentes, se reparte como se sob a ação de um demiurgo ensandecido, Gênio Maligno a dispor as construções e as ruas encurvadas numa obra devida “mais ao acaso do que à vontade de homens usando da razão”. Entre uma escola e outra, terrenos vagos onde o olhar poderia encontrar repouso, se fizessem paisagem em vez de desolação. Avenidas desembocam em praças circulares, curva atrás de curva. “Me disseram que é de propósito. Para diminuir a velocidade dos automóveis que poderão ser alcançados por carros pesados do Exército ou da polícia, em caso de subversão e fuga”. Cada país tem o Haussman que merece.

O isolamento é a regra. Cada unidade, centrada em si mesma, nada sabe do que vai pelas outras. A informação não circula, as ideias não se comunicam. Sem a bela recolhida quietude do claustro, sem o vívido burburinho da cidade, uma favela habitada por pequenos funcionários, num extremo, a Escola de Polícia, na entrada, agora cercada de grades e portões, ergue-se o *campus* universitário: poucos transeuntes, muitos carros e muitas motos, de quando em vez, um ônibus. Nele não há lazer nem relação com o mundo circundante. Apressadas, as pessoas o atravessam rumo ao trabalho, uma divindade taylorista tendo tomado todas as precauções para que aí reine o ritmo de uma empresa. Mas diabretes interferem nessa racionalidade operosa: a agitação não ultrapassa a barreira dos sísifos da burocracia. “Antigamente, universitários se encontravam nas catedrais. A gente se encontra no saguão do Banespa”. A ética calvinista, tardia como o capitalismo nacional, invade o campus (ou seria o *pastus*?) para impor-lhe a faina dos predestinados. Tempo é dinheiro; não seja tolo fazendo pesquisas demoradas. “Produza, produza!”

Desfeita a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A modernização, identificada com a eficácia produtivista e com a divisão administrativa dos conhecimentos, além de proteger-se contra o surgimento do coletivo, fragmentou a antiga faculdade em institutos, escolas e numa Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Esta última, continuamente ameaçada de nova fragmentação para atender aos desejos de mando de alguns.

Expulsos como criminosos da Maria Antônia, professores, estudantes e funcionários da nova faculdade são lançados em barracos (exceção para História e Geografia, que haviam conseguido um prédio próprio). Porém, se as instalações são precárias para os recém-chegados, compartilham com os demais a experiência do mundo vigiado. Em todo o campus, telefones "grampeados"; em algumas salas (de aula, de congregações, de conselhos departamentais, de secretárias), microfones ocultos, à escuta de nosso pavor. Policiais transformados em professores, funcionários e estudantes, ou professores, estudantes e funcionários transformados em policiais, transitam em toda parte. Todo dia, a terrível expectativa: "Virá? Não virá? Onde está?" Todo dia, o alarme: "Vão invadir o campus!" Todo dia, a indesejada notícia: "Prenderam".





Decisões emanam de autoridades desconhecidas. “Senhor Antonio Candido: O que consta é que em algum lugar da universidade, mas não pertencendo à universidade, estão instalados agentes de segurança... Oficialmente, esses agentes não existem, portanto, é lógico que seja negada a sua existência oficialmente. O que se diz, e há indícios disso, é que há na universidade uma comissão chamada “comissão especial”. É formada de professores da universidade... O que se diz é o seguinte: quando essa comissão recebe os processos, ela os encaminha aos agentes de segurança... sem nenhum despacho escrito, de modo que não fica vestígio nenhum.” Cassações brancas. Expulsão de alunos. Processos engastados. “Olhe, você está me vendo, mas lembre-se: não existo”.

Fala-se pouco e o pouco que se fala é cifrado. Medo da própria sombra. Solidários na dispersão. Isolados, temerosos, controlados, vigiados. “Senhor Alberto Goldman: É um trabalho policial?” “Senhor Antônio Guimarães Ferri: É um trabalho policial”. “Senhor Alberto Goldman: Então existe uma espécie de uma triagem policial sobre os professores ou...” “Senhor Antônio Guimarães Ferri: eu não diria policial, mas profissional”.

◀ FFCL em Outubro de 1968 após o confronto da batalha da Maria Antônia
Crédito: Arquivo Público do Estado de São Paulo



▲ Manifestantes carregam estudante morto a tiro durante o confronto
Crédito: Arquivo Público do Estado de São Paulo

— Bem, professora, não posso lhe dizer o que está segurando o processo de contratação desse professor. Confidencialmente, só lhe digo que sabem que ele andou no Congresso de Ibiúna. Ingênuo. Lambari, não peixe graúdo, que esse soube fugir, não é? A senhora sabe... Mas apareça para um cafezinho, a senhora é tão... hã... simpática.

O processo de contratação de um jovem professor encontra-se bloqueado há meses, sem explicação. Ninguém sabe coisa alguma, mas todos guardam reservado ar conspiratório. Paranoicos, nós?

— Escute professor, vejo que o senhor está com jeito de gente honesta. Nem barbudo ou cabeludo o senhor é! Só que nada posso fazer. Foi um mal-entendido que o trouxe aqui, sabe? É. O senhor não me viu nem me falou. Esta sala não existe. Nem eu, professor.

Sobre o silêncio e o medo, entre 1969 e 1984, ergue-se a universidade modernizada, onde se fará dos conselhos departamentais e interdepartamentais, das congregações, das comissões, do Conselho Universitário, da administração, uma intrincada rede de poder burocrático fortemente centralizado, em nome da “eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país”, graças a um “repertório de soluções realistas e de medidas operacionais que permitem racionalizar a organização das atividades universitárias, conferindo-lhes maior eficiência e produtividade”. Cidadela da ordem, inculta e estúpida, parece habitada por uma seleção de futebol vitalícia, o goleiro de hoje sendo o centroavante de amanhã, à espera do momento em que jogará nas pontas, depois de haver sido o capitão do time. Dada a idade propecta, quem sabe lhe farão presente duma lasquinha do que restou da Jules Rimet. Só não nos peçam para servirmos de torcida.

No entanto, se acreditarmos que o saber é interrogação, interpretação conceitual e invenção do novo a partir do material bruto oferecido pela experiência imediata, acreditaremos que o saber, mergulhado na história cultural, social e política, dotado de autorreflexão que lhe faz constituir também uma temporalidade interna, é trabalho a pensar o ainda não-pensado, a dizer o ainda não-proferido, a fazer o ainda não-realizado. Se assim for, resta uma esperança de criação, de invenção de caminhos, de perda de certezas e de recusa do existente pela liberdade do

possível. Neste lapso de tempo em que nos é dado respirar, que também nos seja dado pensar, dizer e fazer uma outra universidade onde a alegria das descobertas, o trabalhar dos conflitos, a acolhida do que, em nosso tempo, pede para ser efetuado deem sentido e recebam sentido à busca da emancipação, nossa e alheia.

Para isso lutaram bravamente os estudantes e muitos professores, no correr sombrio dos anos 1970.

**“Que a resistência
não tenha sido vã.” ●**

Marilena Chauí é filósofa pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Titular em História da Filosofia Moderna pela Universidade de São Paulo (1986). Fundadora do Partido dos Trabalhadores (PT), foi Secretária de Cultura do Município de São Paulo durante o governo da prefeita Luiza Erundina (eleita pelo PT, em 1988). Autora de dezenas de livros, lançou pela Fundação Perseu Abramo: Brasil - Mito fundador e sociedade autoritária (2000), Cidadania cultural (2006; 2021), Simulacro e poder (2006).

**Este texto foi originalmente publicado no Folhetim de 22 de janeiro de 1984. Depois foi publicado no livro Maria Antonia: uma rua na contramão, organizado por Maria Cecília Loschiavo dos Santos. São Paulo: Nobel, 1988.*

PARA NUNCA ESQUECER

Memórias do golpe de 1964

RUI FALCÃO

31 de março de 1964. Desde o começo da manhã, os boletins noticiosos das emissoras de rádio agitavam os moradores da Casa do Estudante da Faculdade de Direito do XI de Agosto. A efervescência tomava conta de todos os andares; idas e vindas dos estudantes, nos elevadores e pelas escadas, checavam informações sobre um anunciado deslocamento de tropas militares.

No salão de reuniões, na sobreloja, estudantes ligados ao PCB, à AP e independentes, inquietos, alimentavam expectativas. Eram boatos? Se não, era o temido golpe em andamento. Haveria resistência? Começou a greve geral, convocada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)?

A Casa do Estudante, também conhecida como “Ninho das Águias”, abrigava estudantes do interior de São Paulo e de outros estados do país. Mudando para lá em 1963, convivi com Arno Preiss e João Leonardo da Silva Rocha, militantes da ALN assassinados pela ditadura; com os advogados Adolfo Mariano da Costa e Gilberto Santana, que me recrutaram para o PCB entre outros. Por lá, também passou o malfalado Michel Temer.

Na manhã de 1º de abril, todos os presságios se confirmaram. Com uma investida precipitada, o general Olímpio “Vaca Fardada” Mourão Filho, comandante da 4ª Divisão de Infantaria de Juiz de Fora, seguiu impávido até o Rio de Janeiro, sem contratempos, obrigando o presidente da República a voar, às pressas, para o Rio Grande do Sul.

O general Amaury Krueel, comandante do II Exército e compadre de Jango, presumido legalista, mudou de lado em troca de um polpudo “soldo”. Nem mesmo funcionou o famoso dispositivo militar do general Assis Brasil. Confiante nele, o presidente João Goulart dissera dias antes: “Se o golpe vier, será esmagado”, afastando nosso ceticismo diante das movimentações da direita organizada. Como diria Guimarães Rosa, “faltou vontade de ter coragem”.

..

Mas a direita não brinca em serviço: o Congresso logo decretou a vacância da Presidência, mesmo com Jango ainda no país, e nomeou o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco para completar o mandato até janeiro de 1966.

Em 9 de abril, o Ato Institucional nº 1 cassou mais de uma centena de cidadãos, que tiveram os direitos políticos suspensos por dez anos. Milhares foram

presos, torturados ou exilados. E seguiram-se 21 anos de uma ditadura cruel e sanguinária, ainda impune graças à proverbial conciliação das elites que contagia, inclusive, governos do campo popular.

Tempos de lembranças

“Eu migrara do Interior de São Paulo para a Capital, em dezembro de 1962, a fim de cursar Direito. Antes, em alguns meses de 1961, estudei no Colégio Central da Bahia, em Salvador. Lá, presenciei a primeira manifestação de rua, dissolvida pela cavalaria, por ocasião da renúncia de Jânio Quadros e da tentativa de impedir a posse do vice-presidente João Goulart, que estava em missão oficial na China.

Foi uma espécie de avant-première de golpe, baldada pelo governador Leonel Brizola. No Rio Grande do Sul, Brizola, cunhado do presidente, mobilizou a população, teve o apoio do comandante do III Exército, general Machado Lopes, e da Brigada Militar. A partir da Rádio Guaíba, montou a Rede da Legalidade, convocando o povo a resistir (o rádio até então era o principal meio de comunicação).

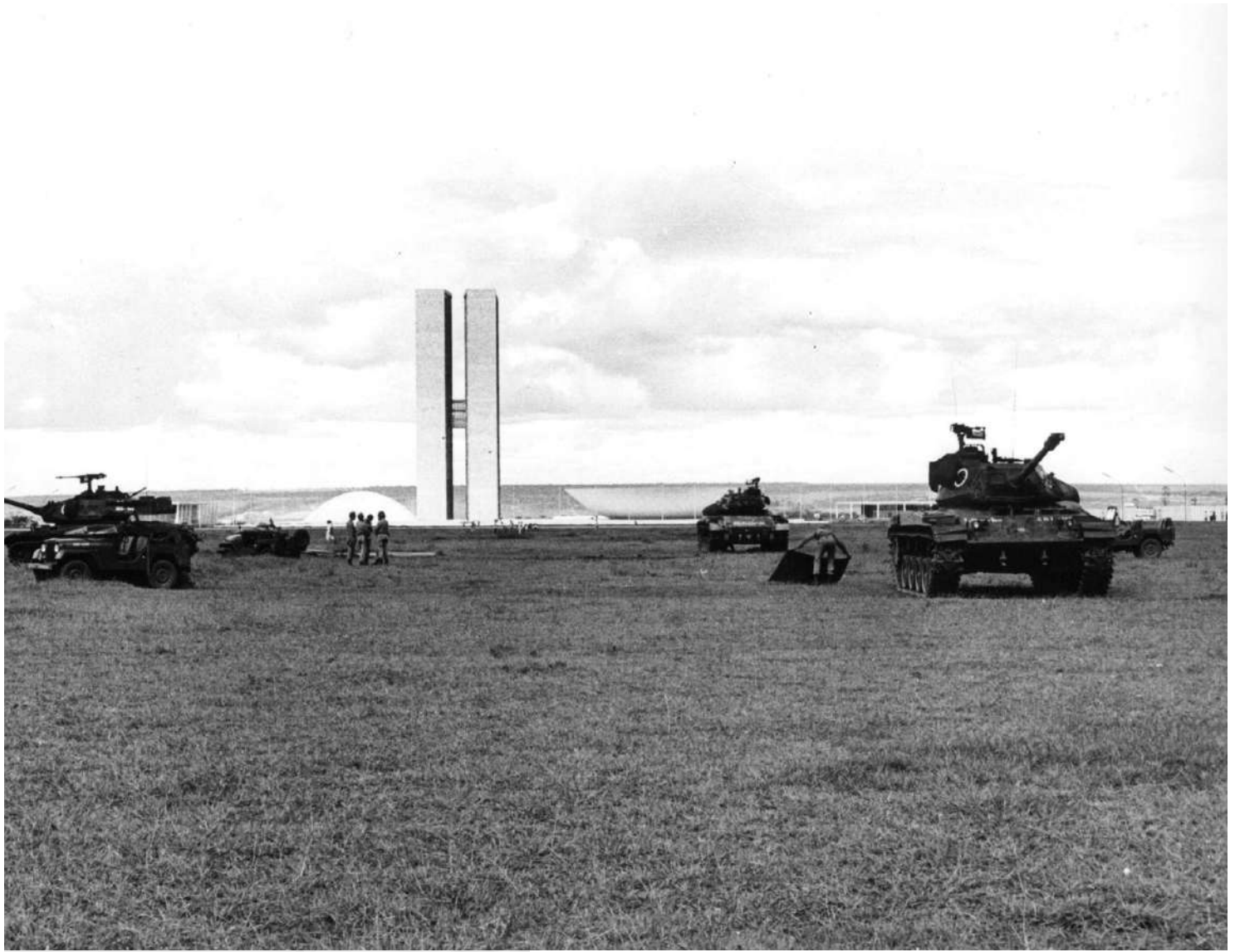
O golpe foi adiado, pois as classes dominantes impuseram a Jango o garrote do parlamentarismo, sob os cuidados do primeiro-ministro Tancredo Neves.

Voltando da Bahia, concluí o curso científico e fui servir o Exército no TG-30 de Monte Aprazível. Era então um “jovem rebelde”, inquieto, cheio de muitas leituras e crítico das injustiças sociais. Organizei, com amigos, um jornalzinho de críticas, que distribuíamos na saída da missa dominical, e um programa de rádio, em que debatíamos temas polêmicos, como divórcio, reforma agrária, bloqueio a Cuba...

A agitação política, social, cultural era a marca daquela época. Vivíamos uma espécie de “anos loucos e malditos”, que F. Scott Fitzgerald, embora em outro contexto, descreveu tão bem:

“Depois das certezas da juventude, inicia-se um período de complexidade intensa e intolerável. Esse período é tão curto que passa quase despercebido.”





▲ Tanques em frente ao Congresso Nacional (1964). Crédito: Agência Senado

Desafiado, engajei-me nos debates e na militância, festejei a vitória no plebiscito pelo fim do parlamentarismo (em 1963, 82% sufragaram a volta do presidencialismo). Já filiado ao PCB, abracei a luta pelas reformas de base e o trabalho na feitura do jornal *O Gráfico* (“Um jornal a serviço das classes desarmadas”) que, visionário, afirmava: “Cresce em todo o país a resistência à felicidade dirigida”.

As reformas de base, ainda atuais, propunham mudanças estruturais no Brasil, para reduzir as desigualdades sociais, aprofundar a democracia e defender a soberania nacional. Eram elas, reforma agrária; reforma urbana; reforma universitária; reforma tributária progressiva e distributiva; reforma bancária, para reduzir a concentração e democratizar o crédito; limitação da remessa de lucros das empresas estrangeiras (decretada em 1962, mas alvo de contestações); direito de voto para analfabetos e eleição de cabos e sargentos.

Nacionalismo e anti-imperialismo eram bandeiras populares, empunhadas por políticos, estudantes, intelectuais, sindicalistas, artistas e, inclusive, militares.

A atividade política espalhava-se por todos os setores. Eram os Centros Populares de Cultura (CPCs), da UNE, que produziam cultura como uma forma de conscientização e organização popular. Ou as caravanas de alfabetização pelo método Paulo Freire, que auxiliavam também na sindicalização de trabalhadores rurais. Jornais e livros circulavam amplamente: os de maior tiragem eram os *Cadernos do Povo*, da Editora Civilização Brasileira. Um deles, por sinal, de Wanderley Guilherme dos Santos, antecipava “Quem dará o Golpe no Brasil?”

Livreto ultrapopular, político e panfletário, *Um Dia na Vida do Brasileiro*, de Paulo Guilherme Martins, descrevia um tipo, burguês, que não se dava conta da dependência total ao capital estrangeiro – da pasta de dentes à linha que prega seus botões – o Brasileiro, alheio a tudo, não sabe que está sendo enganado.

Na poesia, participante e engajada, havia o *Violão de Rua - Poemas para a Liberdade*, que pontificava, entre outros, Geir Campos, com sua *Poética*:

**“Eu quisera ser claro de tal forma
que ao dizer
- rosa!
Todos soubessem o que haviam de pensar
Mais: quisera ser claro de tal forma
que ao dizer
- já
Todos soubessem o que haviam de fazer”**

O começo do fim

A agitação era incontrolável nos primeiros dias de 1964. Greves, atos públicos, choques com o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) no movimento estudantil.

O avanço do campo popular era nítido, sobretudo para a classe dominante, que recuava taticamente quando do plebiscito, mas organizava pacientemente a sedição, inclusive com apoio e supervisão do governo dos Estados Unidos.

A Revolução Cubana e a descolonização na África e na Ásia eram uma afronta à hegemonia norte-americana. O imperialismo reagia com golpes de estado e assassinatos de lideranças, sob comando dos serviços de inteligência, a CIA à frente.

À semelhança do atual Instituto Millenium (“Um Think Tank para acelerar o progresso do Brasil por meio da liberdade”), grupos empresariais financiaram a criação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). O primeiro investia na eleição e apoio de parlamentares da direita; o segundo, na formulação e difusão de ideário conservador e anticomunista.

As ramificações para a deposição de Jango estendiam-se aos governadores de Minas (Magalhães Pinto), Rio de Janeiro (Carlos Lacerda) e São Paulo (Adhemar de Barros). Os três conspiravam abertamente e ampliavam o efetivo das PMs, treinadas e com armamento capaz de enfrentar, inclusive, tropas do Exército em caso de confronto.

Cimentavam o bloco, o respaldo quase unânime da grande mídia, da igreja católica Conservadora e de inúmeras entidades, como a Tradição, Família e Propriedade (TFP), a União Cívica Radical e a Liga das Senhoras Católicas.

A linha geral unificadora era a defesa da democracia e da liberdade, para evitar que o país se transformasse numa república sindicalista, a serviço do comunismo internacional.

Em resposta à conspiração aberta e crescente, o presidente da República convoca um grande comício para o dia 13 de março, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Trezentas mil pessoas, segundo o cálculo oficial, vibraram quando, ao fim do ato, Jango anunciou a desapropriação de terras às margens das rodovias para fins de reforma agrária.

E foi além: prometeu o tabelamento dos aluguéis, a nacionalização de empresas estrangeiras e a futura convocação de uma Assembleia Constituinte.

Não tardou uma semana e veio o revide da direita. No dia 19 de março, milhares encorpam a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada pela Liga das Senhoras Católicas, Sociedade Rural Brasileira e diferentes grupos religiosos, em protesto contra o governo federal.

O pretexto final, a senha para os golpistas, foi o encontro de Jango, dia 30, no Clube dos Sargentos e Suboficiais da PM, no Automóvel Clube, com a presença do líder marinho cabo Anselmo, supostamente infiltrado para instigar a insubordinação e o rompimento da hierarquia entre os militares. Sessenta anos depois, o espectro do golpe volta a rondar!

Conclusões Provisórias

A intentona de 8 de janeiro de 2023 não foi um raio em céu azul. Tampouco uma ação espontânea de grupos amalucados, comandados por um chefe psicopata e assessores trapalhões. Se malogrou, não foi por falta de vontade, nem significa que os conspiradores deixarão de reincidir.

Basta ver a manifestação do dia 25 de fevereiro de 2024, na paulistana Avenida Paulista, quando milhares de pessoas atenderam à convocação de Bolsonaro, a confirmar que a direita vem exibindo incontestável mostra de vitalidade e capacidade organizativa, em contraste com um mutismo pacifista do nosso campo, governo incluído. Para além de conceder exclusividade à direita para as grandes manifestações de rua, falta compreensão de que tais atos constituem sinais antecedentes de golpes – a exemplo do que ocorreu há seis décadas.

Eis porque rememorar o passado é também discutir o futuro, para que jamais se reeditem aventuras presentes (como a intentona de 8 de janeiro) ou vindouras.

Por isso, nunca é demais recordar: historicamente, as classes dominantes, fardadas ou não, podem tolerar certas mudanças desde que o avanço das classes trabalhadoras não resulte em redução de seus ganhos absolutos ou relativos. Mas oferecem brutal resistência quando o equilíbrio distributivo está sob ameaça.

Daí a preocupação para que não haja tolerância diante dos fatos em apuração no momento. É ingenuidade não perceber que o golpismo está entranhado em setores do grande capital e nas forças armadas. A democracia não será salva com as concessões a supostos legalistas, nem com bandeira branca a quem incita a guerra.

É hora de julgar e punir, com o rigor da lei, os participantes, planejadores, mandantes e financiadores do 8 de janeiro, a começar pelo ex-presidente e seus asseclas, civis e militares.

Ditadura nunca mais! **Democracia sempre!** •

*Rui Falcão é deputado federal (PT-SP),
jornalista e advogado.*



▲ Vicentinho discursa em assembleia dos metalúrgicos. Local desconhecido, 04/1992.
Crédito: Autoria desconhecida. Acervo: CSBH/FPA.

QUEM SABE FAZ A HORA, NÃO ESPERA ACONTECER

Os perigos e as descobertas vivenciadas pela população negra durante a ditadura militar

MATILDE RIBEIRO

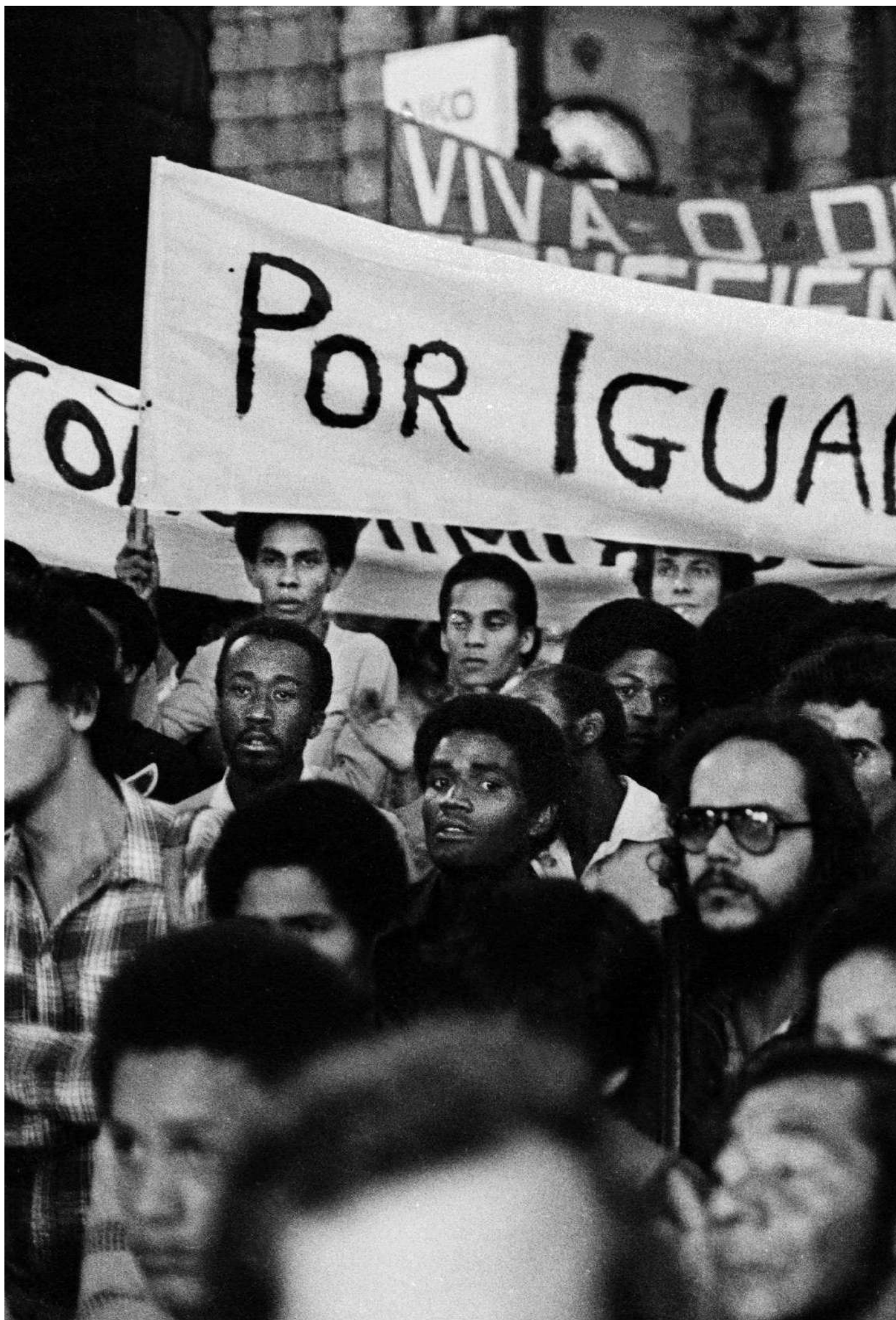
Na juventude ouvia a música *Pra não dizer que não falei das flores* e mesmo sem muito entender, procurava me inteirar dos dizeres e dos fatos... o tempo passou! Hoje compreendendo perfeitamente e, como toda/o brasileira com consciência crítica e integrante das trincheiras de luta pela vida digna das/os trabalhadoras/es, mantenho a indignação em relação ao passado e o pesar quanto a atualidade, com o reavivamento da extrema-direita.

O despertar para a vida política brasileira e internacional, ocorreu a partir do ingresso no Curso de Serviço Social na PUC/SP, nos anos 1980, aos 20 anos. Antes disso não imaginava que vivíamos no Brasil uma ditadura que se instalou em 31 de março de 1964, após o Golpe Militar. Na infância e juventude, em minha casa reinava um silêncio resultado de

uma ignorância coletiva sobre os temas da vida política. Ou melhor, a ignorância do povo brasileiro, fazia parte do esquema de manutenção da ditadura militar.

A infância deixou saudades pelas brincadeiras de rua até tarde da noite, mas garante também lembranças: das músicas caipiras (sertanejas de raiz) ou da Jovem Guarda, que impulsionavam bailinhos nas garagens, no entorno da moradia nas periferias; da atividade cívica diária no pátio da escola, quando as crianças tinham que manter posição de respeito à bandeira brasileira, enquanto tinham que cantar (sem erros) o Hino Nacional; do “pau de arara” que levava os pais, os parentes e a vizinhança para os trabalhos nas distantes roças em Adamantina (SP) e adjacências; e, dos fins de semana familiares com almoço preparado pelas mulheres.

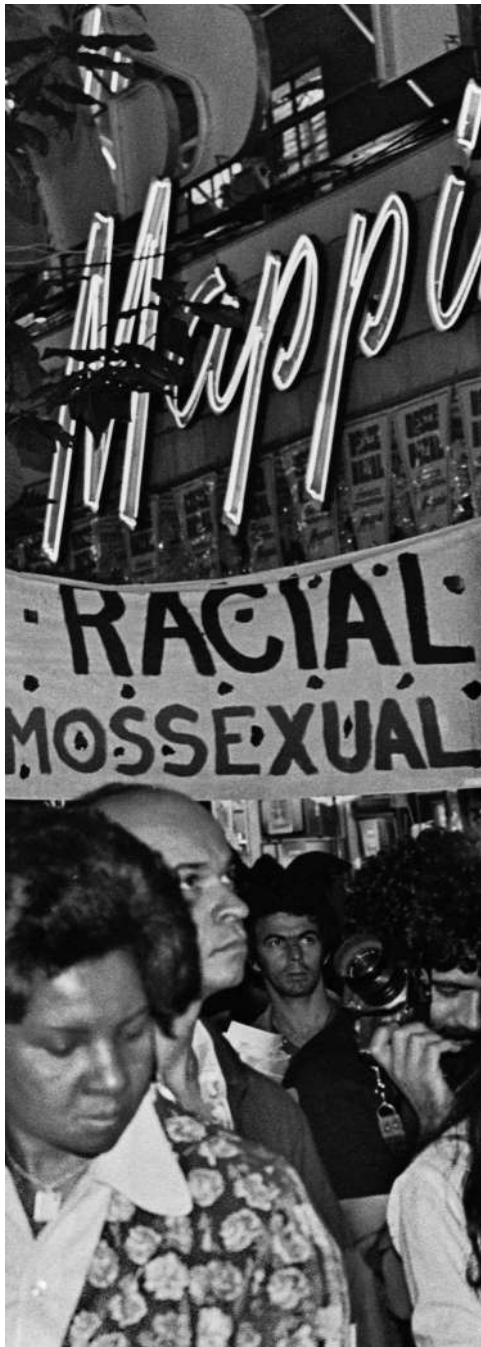
▼ Caminhada por Zumbi chega à Praça Ramos de Azevedo, em frente ao Teatro Municipal em São Paulo, na primeira manifestação da Consciência Negra em 20 de novembro de 1979. São Paulo/SP. 20/11/1979. Crédito: Jesus Carlos







▲ Caminhada por Zumbi chega à Praça Ramos de Azevedo, em frente ao Teatro Municipal em São Paulo, na primeira manifestação da Consciência Negra em 20 de novembro de 1979. São Paulo/SP. 20/11/1979. Crédito: Ennio Brauns Filho. Foto&Grafia.



Na adolescência e juventude passei a apreciar a “música preta”, o que felizmente foi conduzindo a vida para o lado cultural e da sociabilidade saudável entre a juventude pobre e negra, por meio do mergulho nos *bailes blacks*, fortemente presentes nas periferias de São Paulo, principalmente em Osasco, onde morava. Hoje tenho consciência que fui salva da ignorância, da violência e apatia social, por meio do *espírito black power* que passou a embalar os corres periféricos na frenética busca por cultura e lazer. Mas também quando encontro algum ser vivente naquele passado, ouço relatos de que muitos dos rapazes foram presos ou mortos pela polícia, e, de que muitas moças se tornaram mães de amontoado de filhos, se prostituíram ou seguiram vidas incertas.

No meu caso, o *espírito black power* foi o primeiro passo para a militância, que impulsionou o pensamento e postura críticas, o que depois somou com o aprendizado acadêmico e político. Tudo isso foi contribuindo para as vivências coletivas, regadas a pulsante alegria que quando não é tolhida, constitui a vida da juventude.

Entre 1964 e 1985, enquanto o “pau comia” nos quartéis, nas prisões e nas ruas eu vivia protegida no seio da família e da comunidade preta. Que bom, tive PAZ! Mas nem por isso dá para dizer que a “felicidade foi plena”, a consciência de classe que fui adquirindo, com os aprendizados marxistas, me despertaram para a vida com “resposta social” e isso fez a diferença, passei a saber que quem vacilava diante dos patrões, dos milicos e da branquitude, “virava bolsa”.

Ter consciência de classe e vivenciar o ativismo da esquerda diante de um poderio elitizado, colocou e coloca em prova as/os ativistas. Nos 21 anos do aviltante regime da ditadura militar, o poder oficial foi centralizado nas mãos das Forças Armadas, negando à população a participação política em todas as esferas. Durante a ditadura, ocorreu o “milagre econômico”, ao mesmo tempo em que houve congelamento dos salários, empobrecimento da maioria da população, formas continuadas de violência no espaço urbano e rural, repressão política, entre outros fortes fatores de negação de direitos e cidadania. Os “milicos” e adeptas/os não davam e não dão sossego para as/os trabalhadoras/es, para as/os estudantes, para as/os professoras/es... enfim a ordem da extrema-direita era e é destruir quem luta por justiça, direitos e cidadania. O tolhimento à oposição foi ao extremo, levando a prisões, torturas, assassinatos desaparecimentos, resultado numa forte onda de exílios. Diante do caos, o posicionamento contrário à ditadura e pela vida emergiu fortemente, porém mediante à extrema repressão.

Ao compreender esse lado podre da história do Brasil, há um incomodo que não pode ser “jogado para baixo do tapete”. Trata-se do baixo grau de informação na produção literária/teórica/política da esquerda e do campo progressista sobre a atuação política do Movimento Negro e organização de Mulheres Negras, no enfrentamento à ditadura militar. Pesquisa raça, gênero e políticas públicas desde 1989, e, é para lá de curioso refletir sobre – qual seria o motivo para o baixo grau de informação sobre o enfrentamento das/os ativistas negras/os à ditadura militar? Para responder à tão atazanante questão, encontramos fortes marcas do racismo.

“Nosso racismo é um crime perfeito.”

Racismo não é uma efemeridade, e tem sido historicamente enfrentado

Partindo da existência de um sistema social e político dotado de mecanismos que produzem desigualdades sociais e raciais, o racismo se perpetua contando com abordagens histórica e/ou teórica, de maneira intensa. Assim, o racismo no Brasil, também conhecido como apartheid à brasileira, embora não seja estabelecido por leis separatistas, não pode ser visto como uma efemeridade. É, sim, um sistema dotado de mecanismos que produzem e reproduzem desigualdades sociais e raciais, destinando a população negra aos cantões da sociedade.

Infelizmente, constata-se que o racismo se faz presente na historicidade da esquerda e do campo progressista nacional, ao relatar sua própria trajetória de luta e analisar os processos de reação à ditadura militar. Nesse caso é exercido o pecado da “História Única” e do “Apagamento” da presença de negras e negros nos campos de luta, incrustando na vida cotidiana da sociedade brasileira o “pensamento colonizado”. Assim, vale recorrer às reflexões elaboradas pela nigeriana Chimamanda Adchie no livro *O perigo de uma história única*, de Antônio Bispo dos Santos no livro *Colonização e quilombos: modos e significados*, e na entrevista concedida por Kabengele Munanga denominada *Nosso racismo é um crime perfeito*.

Adchie, Santos e Munanga alertam sobre as constantes estratégias de apagamento de parte da história do povo negro no Brasil, referindo-se aos colonizadores e ao pensamento colonizado, que produziram e produzem um fosso histórico, que não têm limites, na busca constante da dominação pelo apagamento da história, situação que só pode ser revertida a partir da “luta por ação e de direitos”. O esquecimento e/ou

O apagamento histórico fazem parte das estratégias colonizadoras, do não reconhecimento valorativo da luta do povo negro contra a exploração e a opressão, e, também do Continente Africano como guardião da humanidade.

Constata-se um complexo universo, em relação as estratégias de perpetuação do racismo existente, seja como obra ou como crime, sustentado pela visão antidemocrática da branquitude. Nesse contexto, é importante que seja reconhecida a construção de caminhos para a superação dessa marca indelével, que é o racismo na sociedade brasileira.

Remando na contramão em relação aos posicionamentos colonizadores, que levam ao apagamento histórico e a desumanização, Abdias Nascimento é citado por mim no livro sobre políticas de igualdade racial, destacando a emblemática frase que utilizava em suas palestras e discursos: “a luta pela liberdade, cidadania, justiça e humanização inicia-se desde o momento em que a/o primeira/o africana/o foram capturadas/os no Continente Africano e, os que não morreram no navio negreiro, chegaram aqui no Brasil na condição de seres humanos escravizados”.

Seguindo as trilhas sobre o enfrentamento ao racismo, ao machismo e a todas as formas de opressão (inclusive à ditadura militar), desenhadas e deixadas como legado por Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez, é possível provocar o desvendamento a respeito da presença do movimento negro e da organização de mulheres negras na oposição ao conservadorismo e na luta por um Brasil democrático, embora seja sempre necessário frisar que a democracia é um processo em construção. Nesse sentido, será apresentado um breve resumo da trajetória política desses dois imprescindíveis baluartes da luta por justiça, direitos e visibilidade para a população negra, como sujeita de sua própria história! Ambos já se foram, Abdias Nascimento faleceu em 2011 (nascido em São Paulo em 1914, em março de 2024 completou 110 anos), e, Lélia Gonzalez faleceu em 1994 (nascida em Minas Gerais em 1935, teria completado 89 anos em fevereiro de 2024).

ABDIAS NASCIMENTO



▲ Abdias Nascimento durante discurso no Senado entre 1997 e 1999
Fonte: Agência Senado

Abdias Nascimento, tornou-se referência de luta intransigente contra o racismo e deixou um legado imensurável em várias áreas – foi economista, professor, político poeta, ator, escritor, dramaturgo, artista plástico e ativista dos direitos civis e humanos da população negra. Em 1982, foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, na década de 1990 chegou ao Senado como suplente de Darcy Ribeiro e assumiu a cadeira de senador em duas ocasiões. Foi o primeiro gestor sobre políticas da igualdade racial com a criação pelo governo Leonel Brizola (RJ) da Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Negras. De 2000 a 2011 foram várias as participações, reconhecimentos e premiações: em 2003, representou o movimento negro no ato de criação da Secretaria Especial

e Política de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); em 2004 recebeu o Prêmio Toussaint Louverture concedido pela Unesco, em Paris; recebeu menção honrosa no Seminário Internacional Políticas de Promoção Racial realizado pela Seppir; foi homenageado em São Paulo no Fórum Cultural Mundial, com a campanha *Abdias Nascimento, Prêmio Nobel da Paz*; em 2006, foi condecorado com a Ordem Rio Branco, em Salvador (BA) durante a cúpula de chefes de Estado da 2ª Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora. O artigo *Abdias Nascimento: descobertas instigantes* da Revista Capoeira da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, de autoria de Elisa Larkin Nascimento e Matilde Ribeiro, homenageou seus 101 anos.

Referindo-se à ditadura militar, em 26/12/2012, o site *Vermelho* publicou o artigo “Ditadura quis prender Abdias Nascimento por sua influência”, onde informa que “o ex-deputado e pesquisador Abdias Nascimento, um dos maiores ativistas de direitos humanos do país quase foi processado pela Lei de Segurança Nacional durante o regime militar”. Larkin Nascimento informa que, na ditadura, Abdias foi alvo “de vários inquéritos policial-militares, que o impediram de retornar ao país, ele estava em Nova York na promulgação do AI-5, teve o passaporte apreendido e passou a ser considerado apátrida, tendo vetada a entrada em países como a França” e, a partir das participações e inserções em atividades em diversos países dos continentes americano, africano e europeu, Abdias desenvolveu carreira internacional e conviveu com “grandes intelectuais da época. Contribuiu para a criação do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros e trabalha com o ensino da história e cultura de matriz africana e das relações etnicorraciais. Em 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que inclui o nome de Abdias do Nascimento no *livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*, por meio da Lei 14.800/2024.

LÉLIA GONZALEZ



▲ O Teatro Experimental do Negro (TEN) foi fundado em 13 de outubro de 1944, no Rio de Janeiro, por iniciativa do ator Abdias do Nascimento (centro da imagem), com o apoio de amigos e intelectuais brasileiros.
Crédito: Arquivo Nacional



▲ Crédito: Acervo Lélia Gonzalez

Lélia Gonzalez ícone do antirracismo e do antimachismo: reforçou o feminismo negro à brasileira. Graduiu-se em História e Geografia, fez mestrado em Comunicação e doutorado em Antropologia Política e atuou como professora em instituições de nível médio e superior. Para ela, o conceito de cultura deveria ser pensado em pluralidade e servir como elemento de conscientização e organização política. Em 1978, foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU); integrou a Assessoria Política do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras; contribuiu na fundação e no desenvolvimento do *Grupo Nzinga* – Coletivo de Mulheres Negras.

De maneira contundente, denunciou o racismo e o sexismo como formas de violência que subalternizam as mulheres negras, seu legado contribuiu para impulsionar reflexões e ações sobre a questão racial, e especialmente sobre o papel da mulher negra no Brasil e no mundo.

No livro *Lélia Gonzalez: Por um feminismo afro-latino-americano... Ensaios, intervenções e diálogos* é apresentada valorosa reflexão sobre questões internas do movimento feminista, informando que este “não deixa de reproduzir o imperialismo cultural, portanto pode ser esquecido que alguns setores “não têm o menor escrúpulo em manipular o que chamam de mulheres de base ou populares, como simples massa de manobra para a aprovação de suas propostas (determinadas pela direção masculina de certos partidos políticos)”, alega ainda que felizmente alguns setores desse movimento tem sido parceiro, e que as mulheres negras têm sido protagonistas visando a construção de relações mais democráticas entre as mulheres.

Um dos primeiros artigos escritos por Lélia foi *Mulher negra: um retrato* e, paralelamente, lançou o livro *Lugar de Negro* escrito em parceria com o sociólogo Carlos Hasenbalg (publicado em 1982), abordando um panorama histórico sobre o modelo econômico de 1964. O livro *Lugar de Negro* versão século 21, na *Apresentação* traz a seguinte pérola: “Lélia Gonzalez, em diversos de seus textos, relembra uma frase de Millôr Fernandes sobre a peculiaridade do racismo brasileiro, ao dizer que ‘no Brasil não existe racismo porque o negro conhece o seu lugar’, mas ‘saber o seu lugar’ é uma expressão de naturalização das posições sociais”, trata-se de uma “hierarquia presumida que aloca indivíduos segundo os marcadores sociais de raça, gênero e território”. Entre tantas contribuições, em 1988, Lélia protagonizou a idealização e realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, evento que provocou mudanças de rota da participação política das mulheres negras, impulsionando-as ao empoderamento. Em entrevista a *Patrulhas Ideológicas* (1979),

GONZALEZ, Lélia

CONSELHEIRA do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

17.01.86, Ref. a livreto intitulado: "MULHER TRABALHADORA", anexo a relatório nr 007/86/DISZDCS, s/ I CONGRESSO NACIONAL DA MULHER TRABALHADORA, realizado de 17/01 a 19/01/86, no Palácio das Convenções do Anhembi, que traz em sua contracapa a nominada como Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. (13-S-6-850)

▲ Crédito: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Lélia alegou que a esquerda tem minimizado tranquilamente as reivindicações do movimento negro e das mulheres negras, "embora nós (somos teimosos, estamos aí na luta, é lógico). Nós participamos do movimento de anistia, estávamos aí nas passeatas com nossas faixas Movimento Negro Unificado", mas a expressão do MN não aparece, somos "censuradas pelo seguinte: na hora de ler a moção do apoio do movimento negro, só leram o que interessava ao discurso geral", o pessoal diz que não existe racismo no Brasil, e o povo "complementa da seguinte maneira: Porque o negro se põe no seu lugar, com isso além de uma discriminação, uma divisão racial do trabalho que a gente percebe tranquilamente, há uma divisão racial do espaço também". Reforça que a atuação da polícia, ou melhor da repressão policial, persegue negras e negros, no caso "quando eu falava de semelhança com a África do Sul, a polícia brasileira ataca as favelas, invade as casas das pessoas, rouba os objetos das famílias e, vejam, a questão do desemprego, da própria crise econômica brasileira, como ela é articulada com o racismo".

Na entrevista ao *Jornal do MNU*, Lélia destaca "o que a gente percebe é que o MNU cutucou a comunidade negra no sentido de ela dizer também qual é a dela, podendo até nem concordar com o MNU". Aborda também a importância da existência de governadores negros e que o movimento negro tem que atuar junto com estes personagens, para que não fiquem dizendo: "Olha, sou o primeiro governador negro eleito", só isso não basta "é importante que eles percebam a tarefa, a exigência ética que eles têm com relação a sua comunidade. E se é uma exigência ética tem que ser política também, porque as duas coisas se articulam".

A trajetória de Abdias do Nascimento e de Lélia Gonzalez e os fatos históricos que trazem a luz, em relação a ação estratégica do movimento negro e da organização das Mulheres Negras, demonstram que a luta das/os negros é historicamente incessante e que as instituições que conformam este setor do movimento social, foram e são ativas na luta contra a ditadura militar e suas expressões atuais, junto com os setores à esquerda e progressistas da sociedade brasileira.

Ficando por aqui, impulsionando novos debates

É importante reconhecer a profundidade da condução excludente da história do Brasil, pois desmascara processos de conservadorismo, autoritarismo, apagamento histórico e discriminações.

Por outro lado, é importante frisar que nem tudo é "terra arrasada", em relação ao antirracismo é fundamental fortalecer a proposição de as/os negras/os é protagonista no enfrentamento às estruturas conservadoras e retrógradas. A ampliação das possibilidades de fazer valer a justiça e a recondução da história, só se faz coletivamente.

Segundo a pesquisadora e ativista Nilma Lino Gomes, o Movimento Negro e a organização das Mulheres Negras são educadores, levando a sociedade brasileira (incluindo a esquerda e os setores progressistas) a se reeducar para o exercício da construção de democracia efetiva.

LELIA GON SALES

MOVIMENTO FEMINISTA -PT.

PASTA

81

D OC

12



▲ Crédito: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Para tanto e antes de qualquer coisa, superar o caráter autoritário do atual Estado Democrático de Direito, por meio da participação plena de todos os envolvidos nos processos de transformação da natureza e das condições de vida da produção, é o que existe de mais revolucionário. Toda e qualquer ação e/ou linguagem deve ser baseada na multiplicidade dos seres humanos e da história, respeitando-se as diversas formas de ser e estar no mundo. •

Matilde Ribeiro é pós doutoranda em Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC (Ufabc). Mestre em Psicologia Social e doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Foi Ministra da Igualdade Racial (Governo Lula, 2003 a 2008); secretária adjunta da Secretaria de Igualdade Racial da Prefeitura de São Paulo, em 2013/4; Assessora dos Direitos da Mulher na Prefeitura de Santo André, no período de 1997 a 2001. Atualmente é professora adjunta no Curso de Pedagogia/Instituto de Humanidades e coordenadora do Grupo AMANDLA da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

UM OPERÁRIO NA RESISTÊNCIA

A década que transformou Lula numa ideia

HENRIQUE NUNES



▲ Assembleia dos Metalúrgicos do ABC em 1980.

Crédito: Ennio Brauns Filho Fotografia. Acervo CSBH/FPA

Entre 1975 e 1985, o torneiro mecânico e líder dos metalúrgicos, organizou greves, conduziu a classe trabalhadora na luta contra a Ditadura Militar, foi preso pelo DOPS e fundou o maior partido de esquerda da América Latina.

A notícia correu rápido. Lula ainda dormia quando as viaturas chegaram ao seu endereço em São Bernardo do Campo. No chão de fábrica não se falava de outra coisa. “Eles vão prender o Lula”.

O presidente sabia da sua inocência. Assim como sabiam todos aqueles companheiros e companheiras que começavam a se reunir em sua defesa. O horror batia à porta, mas Lula

não tinha nada a temer. Calçou os sapatos, escovou os dentes e caminhou tranquilo até onde os policiais o aguardavam. Do Grande ABC, a informação logo se confirmou por todo o Brasil: Luiz Inácio Lula da Silva estava preso. Injustamente preso.

A descrição pode confundir quem acompanhou de perto a recente perseguição sofrida por Lula, que culminou no ilegal e arbitrário cárcere político em 2018. Os inimigos são, de certa forma, os mesmos, mas a data é outra. Trata-se de 19 de abril de 1980, o dia em que o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC foi levado por agentes da ditadura militar e mantido preso por 31 dias.

Embora muitas sejam as semelhanças entre uma prisão e outra, o contexto histórico faz da primeira um divisor de águas na trajetória do agora (e novamente) presidente da República.

Para muitos, foi a partir dali que Lula, o homem de carne e osso, viria a se transformar definitivamente no Lula, a ideia – como ele próprio diria às vésperas de ser preso sem ter cometido crime algum pela segunda vez, 38 anos depois.

Tal ideia, é bom que se diga, não surgiu da noite para o dia. E, para entendê-la, é preciso voltar a 1975. Lula, à época com apenas 30 anos, já era conhecido nas portas de fábrica de todo o Grande ABC. A oratória hábil e a imensa capacidade de mobilizar as pessoas fizeram dele o porta-voz oficial da categoria. A presidência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC veio para confirmar a sua disposição para liderar.

As imagens de Lula em pé, sob os olhos atentos de milhares de trabalhadores e trabalhadoras durante as greves a partir daquele ano, falam por si: o retirante nordestino e torneiro mecânico, que já havia vencido a fome, tornou-se o maior líder popular do país. E, claro, uma das maiores pedras no sapato da ditadura militar.

A ideia estava no ar

O regime, conduzido por Ernesto Geisel, já tinha sido enfrentado pelo povo anteriormente, mas nunca com tamanha adesão. As paralisações organizadas pelos metalúrgicos de algumas das principais empresas do país colocaram na berlinda a propaganda ufanista dos militares.

“As multinacionais estão acabando com os direitos sagrados do trabalhador”, alertava Lula durante assembleias realizadas, não só no ABC, mas em outras grandes cidades da região metropolitana de São Paulo.

O Brasil precisava de mudança e Lula tinha as palavras certas para convencer a massa a se unir contra o sistema. Numa das greves, em Osasco, o líder sindical foi enfático: “Já não se engana mais o trabalhador como se enganava antes”.

Ciente das prováveis consequências, Lula terminava os seus discursos alertando os colegas para não saírem em passeata e que voltassem direto para casa após cada ato. Assim, conseguia organizar greves de maneira pacífica.

Mas, o número cada vez maior de operários contrários aos abusos trabalhistas cometidos pelas gigantes metalúrgicas começou a preocupar os militares. Quando a greve ocorrida em maio de 1978, na fábrica da Scania, em São Bernardo do Campo, desencadeou a paralisação de mais de 150 mil trabalhadores, a pressão interna sobre Geisel ficou quase insustentável.

O então mandatário da República estava furioso e já preparava o contragolpe para reprimir os “subversivos” sem ter de gastar balas e bombas e mantendo a narrativa de que conduzia o país à transição política. Em 1979, auge das greves, o militar já havia mandado um recado ao enviar seus capangas para “conversar” com sindicalistas na tentativa de evitar novos problemas.

Em vão. Geisel deixou a presidência naquele mesmo ano sem conseguir cumprir o que a alta cúpula militar tinha como meta: tirar Lula de circulação e silenciar o grito da classe trabalhadora.



▼ Atividades de campanha "Lula governador" em 1982. São Bernardo do Campo/SP, 1982
Crédito: Autoria desconhecida. Acervo: CSBH/FPA



Bilhete pra um operário

Pegaram um dia um operário e disseram-lhe:
Senta-te no banco dos réus.

És acusado de haveres nascido com sonhos na cabeça. És acusado de teres os cabelos encaracolados. És acusado de teres bigodes vastos, negros, provocativos.

És acusado de teres alguns pedaços de dedos a menos que o comum dos mortais, podados pelas engrenagens das máquinas.

És acusado de ficares pelas esquinas conversando em voz baixa com amigos enquanto a luz dos postes te ilumina o suor do rosto. És acusado de terem te visto no bar dando gargalhadas.

És acusado de tua casa ter um pequeno jardim com grama e flores.

És acusado de conheceres a sinfonia das sirenas das fábricas anunciando a aurora no primeiro turno. És acusado de seres reconhecido na portaria e todos te cumprimentarem, e te baterem levemente nas costas com alegria, e te dizerem: olá, meu chapá.

És acusado de inventares um partido que não é o único, mas não se confunde com siglas e teorias de alfarrábios envelhecidos.

És acusado de fazeres discursos de improviso com vigor e garra que nascem do fundo das vísceras do espírito.

És acusado de não seres magro nem raquítico como teus irmãos deviam ser.

És acusado de jogares baralho e dares dores de cabeça aos homens sérios deste país. És acusado de usares gravata em vez de macacão, vestindo-te com roupas só permissíveis no enterro do melhor amigo. És acusado de frequentares reuniões e discutires com sábios e iluminados sem pedir licença nem apresentar diploma. És acusado de te haveres visto com ministros, criaturas importantes, e não te ocorrer submeter-se a elas.

És acusado de não teres te colocado no lugar cavado para o oprimido. És acusado de haveres gritado com toda a força de teus pulmões fuliginosos.

És acusado de teres filhos bonitos e uma mulher doce, que devia ser feia e talhada a foice.

És acusado de não seres rapaz comportado, meigo, gentil, acetinado.

És acusado de conheceres a prensa, e não te afugentar o ronco que ela faz na madrugada.

És acusado de quereses a pátria livre, e livres, também, o coração e os sentimentos do homem.

És acusado de rezares e de pôres a boca no trombone quando todos se calam e descrevem de Deus e dos homens.

És acusado de teres o desprante de ser líder num país desnaturado onde quem levanta a frente é triturado.

És acusado de haveres perdido a paciência de esperar pelo futuro que não chega nunca.

És acusado de usares sapatos 42, de couro, quando o normal é sandália havaiana.

És acusado de romperes as cadeias invisíveis que amarram teus braços peludos e tuas mãos penadas.

És acusado de atraíres os operários com tua voz, teu berro, teu silêncio, teu olhar, tua dor, tua ânsia, teu mistério, e saberes contar, sorrindo, tristes histórias recolhidas em barracos e cômodos-e-cozinhas.

És acusado de estares em pé, quando devias estar de braços, de borco, exangue e vencido.

És acusado de não seres o que queriam que tu fosses.

Meu caro operário sentado no banco dos réus, por favor, recebe este recado:

Se existir mesmo essa senhora difusa e vaga a que chamam de Justiça, confia nela.

Não creio que essa matrona seja cega.

Lourenço Dia férria

Publicado na Folha de São Paulo em 15/9/80

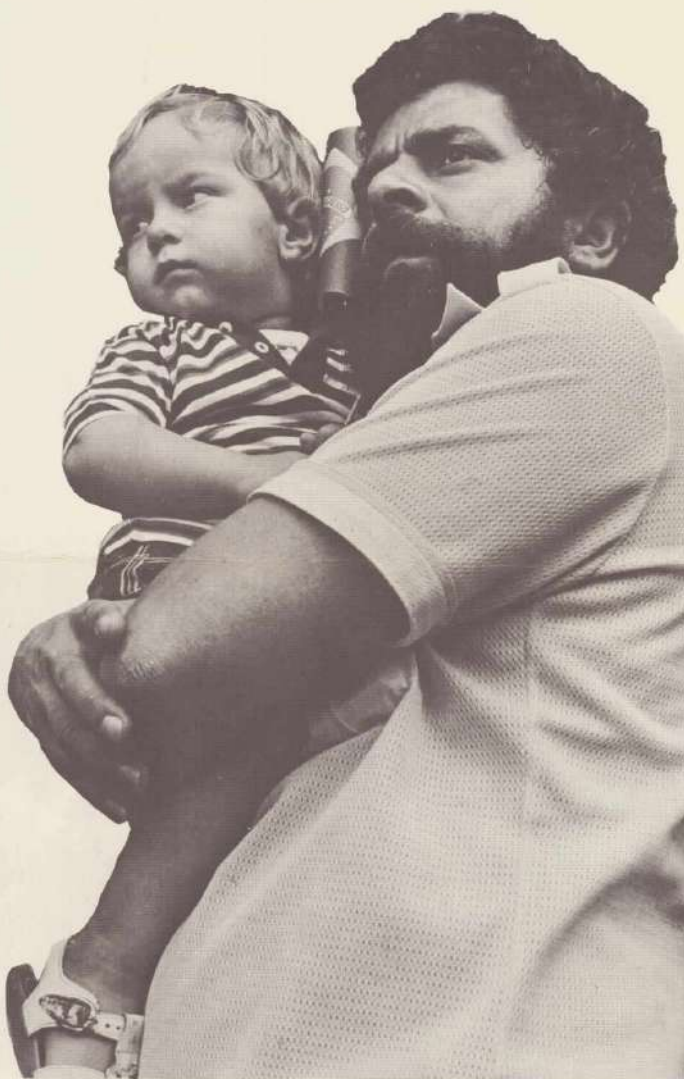


Foto de Ricardo Malha / F4

PARTIDO DOS TRABALHADORES S.P.

▲ Poema para o Lula publicado no jornal *Folha de S.Paulo* em 15/09/1980. Local desconhecido, data desconhecida. Crédito: Acervo CSBH/FPA.



Lula Livre, a origem

Geisel saiu de cena e a missão de prender Lula foi transferida para João Figueiredo. O Brasil entrava numa nova década ainda longe de ser um Estado Democrático de Direito. Mas uma nova página da história política nacional seria escrita já em fevereiro de 1980: a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

E não poderia haver outro nome senão o de Lula à frente daquela que hoje é a maior legenda de esquerda da América Latina. A criação do PT amedrontou o status quo e botou Figueiredo contra a parede.

Com o aval de estudantes, trabalhadores, artistas e lideranças religiosas, o surgimento do PT endossava o clamor das ruas por mudanças, e a popularidade de Lula aumentava a cada dia. As greves cada vez maiores e os discursos aclamados da liderança suprema da categoria tornaram a situação insustentável para o governo.

Naquele 19 de abril de 1980, Lula e ao menos outros quinze sindicalistas foram enquadrados pela Lei de Segurança Nacional (LSN) e as greves estavam proibidas. Mas o que era para conter a multidão acabou por ampliar ainda mais as críticas à ditadura militar.

A ideia já tinha sido plantada nos corações e mentes da nação. “Lula, Lula, Lula”, gritavam os metalúrgicos enquanto viam o seu maior representante ser levado pela Veraneio do DOPS.

Os gritos em defesa do operário, ainda que sem a dimensão midiática do cárcere mais recente, foram ecoados por todo o país, gerando uma grande mobilização. Trinta e um dias depois, quando foi solto, já não era mais possível prender a “ideia Lula”.

De 1980 a 1985, da prisão ao início da reabertura política, o regime ainda teria de engolir novas subversões: a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além das manifestações para eleições diretas, consideradas por Lula como o maior movimento cívico desde a fundação do Brasil.

Lula, o operário, e Lula, o presidente sindical e fundador do PT, estavam lá. Lula, a ideia, também. Todos eles livres. Todos eles pela liberdade do povo brasileiro. •

*Henrique Nunes é jornalista, escritor,
e integra a redação da Revista Focus*

OLHAR PARA O PASSADO PARA CONSTRUIR O FUTURO

ELEONORA MENICUCCI

Na realidade, o golpe não se deu em 31 de março, mas sim no 1º de abril. Num breve retrospecto, o golpe surge em preparação para abril de 1964, com a renúncia do Jânio Quadros (PDC/UDN). João Goulart (PTB), o Jango, era o vice e a burguesia nacional e internacional, não queriam de jeito nenhum que ele assumisse a presidência da República. E ele assumiu com muitas amarras. Mas uma parte fundamental de suas propostas foram mantidas, e eram as do campo progressista, de esquerda, como as Reformas de Base. E essas reformas desencadearam uma violenta oposição, agravando o panorama político da conjuntura.

Se agravando por quê? As reformas de base incluíam, inclusive, a reforma agrária. E o Jango não abria mão disso. Quando fez o comício da Central do Brasil, no dia 13 de março, ele sente que a força social estava grande, mas que de fato existia um golpe em ebulição, um golpe de extrema-direita civil-militar para retirá-lo. A Câmara Federal decreta que a Presidência está vaga, porque ele estaria fora do país e, na realidade, ele não estava, pois embarcava para o Rio Grande do Sul. Acontece realmente o golpe, forças políticas de Minas Gerais e de São Paulo já se deslocavam para o Rio de Janeiro. Então, era tido como um caminho sem volta.

Os militares tomam o governo a partir de 1º de abril de 1964 e instalam o regime militar com uma plataforma nacionalista (fundar Petrobras, o BNDES, a Vale, várias empresas nacionais). E, nesse primeiro momento, destaco que as cassações e as repressões foram mais violentas, algumas prisões de líderes bem renomados e o processo de fechamento de algumas instituições. Estou destacando isso por quê? Porque nós nunca poderemos perder a perspectiva do que é um golpe, porque um golpe não é uma coisa de um dia, de uma hora para outra. Ele vai se consolidando. A diferença deste, de 1964, é que se eles tinham um projeto nacionalista, tinham também os coturnos, as botas e as armas. E eles perceberam que se fazia necessário um archoamento maior nas

repressões. E essa repressão foi por atos institucionais. Eles foram fechando as instituições, o Congresso, por meio de atos até chegar em 1968, no Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Nós, da esquerda, já estávamos nas ruas protestando com passeatas, bem organizados. E a organização vinha do movimento estudantil, do movimento sindical e sobretudo dos bancários e metalúrgicos. Nessa época, eu estava em Belo Horizonte, no quarto ano do curso de Sociologia, e era professora primária do Estado de Minas Gerais.

Em 1968, com o AI-5, a ditadura fecha o cerco e define no gabinete dos presidentes militares golpistas, quais eram os presos e presas que morreriam, quais seriam assassinados. Isso está em várias publicações. A repressão, costume dizer, tentou destruir uma juventude que é da minha geração, dos anos 1960, e tentou quebrar seus os sonhos dourados de liberdade e democracia. Porque ali se colocava uma coisa: ou você lutava contra a repressão ou você era alienada. Não tinha outra alternativa. Por isso que acho interessante falar sobre o golpe de 1964.

Trazendo Walter Benjamin, um autor que adoro, que diz que não é para esquecer mas lembrar do passado. Não esquecer para que ele nos ilumine no presente, e que nem no presente ou no futuro volte a acontecer. Por isso é importante esse número da revista Teoria e Debate, sobre 1964. E não podemos esquecer que os militares tinham um projeto nacionalista de sociedade, mas tinham também um projeto de morte. Quem era contra, eles prendiam, matavam, torturavam. Eu, como a maioria da minha geração que lutou, entramos para a clandestinidade. E ela, por mais difícil que seja e que tenha sido, nos ensina uma questão fundamental, pelo menos para mim, que é saber com quem estou falando e o que estou falando, e a hora do silêncio. Há momentos que você tem que silenciar para poder lutar.

Entrei para a clandestinidade, tinha meus 20 e poucos anos e estava grávida da minha primeira

filha, que nasceu em 1969, aqui em São Paulo, clandestina também. Eu e meu então companheiro clandestinos. E tive a dimensão da solidariedade. Porque para fazer o parto tive a ajuda da minha mãe, mas tive que procurar, por meio da organização política, médicos para fazer o parto. E essa dimensão da solidariedade é muito importante, porque a profissional médica que fez não sabia quem era a pessoa que estava atendendo. Foi cesariana e nasceu a minha primeira filha. Fui presa quando ela tinha um ano e dez meses. Passei por todos os tipos de tortura, que não vale a pena elencar aqui. Mas uma das piores é a tortura psicológica, porque a física, você respira e tenta aguentar mais um pouco. A psicológica, não. Essa é 'eu vou matar sua filha, eu vou matar sua filha, eu vou matar sua filha'. E como várias crianças, depois ficamos sabendo que foram torturadas, física ou psicologicamente, a dor da tortura fica muito maior.

Mas, por outro lado, a dor da tortura também nos coloca num patamar não de heroínas – porque triste do país que precisa de heróis ou heroínas. Mas de mulheres. O patamar que me coloca é o patamar de mulheres que construíram, abriram as portas da construção da democracia no nosso país, dessa frágil democracia. Bem frágil, bem jovem democracia.

E, nesse sentido, transformar todos os lugares de tortura em museus tem uma orientação importante na perspectiva da memória, verdade e justiça. No Brasil, a questão da memória, verdade e justiça tem um vácuo, porque a verdade está incompleta. E como foi uma anistia ampla, geral e restrita, os torturadores foram anistiados também. O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que me torturou, era um pavor, um horror, foi anistiado também. E isso é muito violento. Por isso que nós, ex-presas políticas e ex-presos políticos, ainda batalhamos, ainda questionamos: onde estão nossos mortos?

Por isso as comissões de mortos e desaparecidos são tão importantes, porque precisamos completar a memória, a verdade e a justiça. Não acho que é virando a página, porque isso não se vira a página. Em 60 anos, foi uma geração de 1968 que lutou, que brigou. E nos 60 anos do golpe civil-militar de 1964, é extremamente importante falar e extremamente doloroso silenciar sobre isso. Porque jovens deram a vida – que é o bem mais precioso que cada um de nós tem, é a nossa própria vida – para que pudéssemos chegar onde chegamos.

E onde chegamos? Chegamos em eleições diretas para presidente, elegemos a primeira mulher ex-presa política presidenta do Brasil, a Dilma Rousseff (PT). Criamos a Comissão

Nacional da Verdade (CNV), a presidenta Dilma colocou de pé essa Comissão. Hoje temos uma pauta ampliada que não teríamos conseguido na perspectiva de gênero, raça, classe, LGBTQIA+, indígenas. E quero dizer que todos esses sujeitos, foram sendo nomeados como sujeitos políticos, porque só numa democracia eles podem aparecer. E nessa construção toda, reafirmo a minha convicção de que aquela geração estava certa e reafirmo a convicção na esperança de melhorar sempre.

O feminismo no Brasil, por exemplo, não teria reaparecido com tanta força se nós – presas, torturadas, exiladas, em nome das assassinadas, estupradas na tortura, todas nós, grande parte da minha geração –, não tivéssemos sobrevivido para poder contar a história, para que não se repita mais. E por isso temos que ficar com os olhos bem fixados no retrovisor da história, para que não se repita nunca mais. Costumo dizer que participei de dois golpes, e em ambos fiquei do lado da resistência. O golpe civil-militar de 1964 e o golpe multinacional, misógino e machista contra Dilma Rousseff. E de que lado nós duas estávamos? Do lado da resistência.

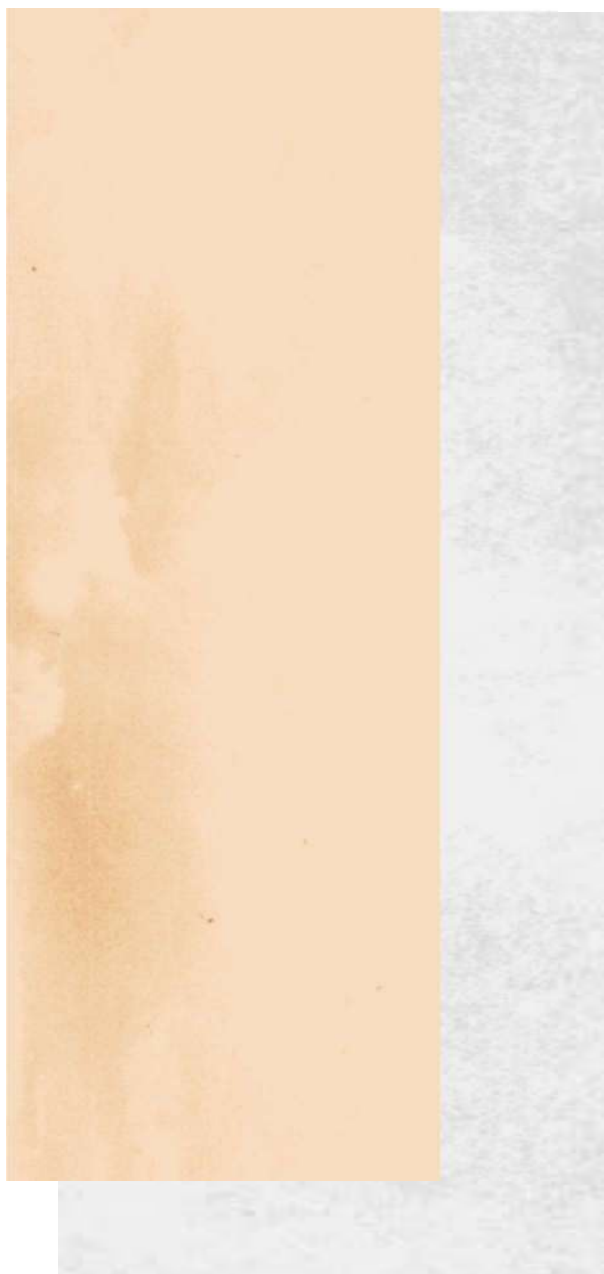
São diferentes golpes. O de 2016, contra Dilma Rousseff, não precisou de coturno nem de armas, mas teve a arma do discurso no Congresso Nacional, a arma da fala, da narrativa, da mentira. O golpe contra Dilma foi construído preparando um caminho para prender o presidente Lula (PT) e implantar um dos mais decrépitos governos fundamentalistas que tivemos.

Nesse sentido, encerro dizendo que é muito bonito ver novas gerações assumindo pautas e assumindo a resistência, mas a nossa história não pode nunca ser esquecida. Não podemos nunca deixar de falar, porque se não fala, não é lembrada. Em história aprendi que não se passa um pano com água oxigenada. A história é para ser transmitida e refletida a partir do que foi vivido. •

Eleonora Menicucci é professora titular sênior da Unifesp e visitante sênior da UFABC, foi ministra de políticas para as mulheres do governo Dilma Rousseff e é presidenta do Conselho Curador da FPA

60 ANOS DO GOLPE CONTRA A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

TARSO GENRO



Em um texto¹ publicado em 2012, eu abordava a questão dos direitos humanos no contexto da emergência do terrorismo, a partir do brutal atentado às Torres Gêmeas, nos Estados Unidos (EUA). Hoje, em pleno fluxo da violência supostamente defensiva do Estado de Israel – desatada como reposta ao atentado terrorista do Hamas contra civis israelenses – volto ao tema para examinar o golpe de 1964, no Brasil, encetado supostamente para livrar o país do comunismo que, na verdade, atrasou mais uma vez a nossa proximidade à Declaração de 1948, cujo preço ainda pagamos até hoje.

“Todo o ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Ninguém será mantido em escravidão ou servidão. [...] Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante²”. Programa amplo, simples, poético e humanista, que sempre está mais além do horizonte visível da História.

“Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia era acompanhada de um progresso político correspondente” (...) “a burguesia desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno” (...) “a burguesia desempenhou na História um papel eminentemente revolucionário” (*Manifesto Comunista*). Visão crítica da evolução material e cultural da sociedade mundial, cujo resultado mais

¹ *Revista Estudos de Direito da PGR do RGS* n. 2, dezembro, antes publicado em “Toward a New Syntesis on New Human Rights”, edição da Academy Of Latinity, Oslo, 2009.

² Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (ONU), 10.dez.1948.

problemático é o domínio burguês sobre a soberania estatal moderna.

A proximidade do povo brasileiro com os elementos centrais da “Declaração” pode ser flagrada através de algumas estatísticas esclarecedoras: em 1970, seis anos depois do golpe militar de 1964 a mortalidade infantil no país era de 120.7 crianças mortas para cada 1.000 habitantes. Em 2010, doze anos depois da Constituinte de 1988, o índice já decresce para 19.88, para cada 1.000 habitantes. Em 2022, a expectativa de vida do brasileiro beirava os 75 anos. No ano do golpe, era de apenas 53 anos.

A longa linhagem teórica da fórmula doutrinária “Estado de Direito”³ remete ao século XVI, por meio de sir Edward Coke na Inglaterra, mas, “infelizmente, como acontecem com os modismos de linguagem [...] o termo aos poucos foi perdendo clareza, a tal ponto que na época atual cada um o interpreta como bem entende”. Concorreu para este empobrecimento conceitual a midiática da justiça e do sistema penal, em particular, cujo tema é frequentemente entregue a “especialistas” comprometidos ideologicamente em manipular conceitos, “ao gosto da freguesia”, no mercado da informação.

A Declaração dos Direitos Humanos é o resíduo cultural e político que sintetiza a tensão humanista, iluminista e revolucionária das revoluções burguesas democráticas no ocidente. *O Manifesto Comunista* de 1848 é o registro antecipado de que a retórica das luzes, que penetra nas constituições modernas - em que pese os progressos sociais trazidos com a democracia liberal representativa - fracassou perante as forças materiais do mercado que, ao fim e ao cabo, realiza o universal-concreto do novo sistema de dominação de classes.

O desmantelamento da Guerra Fria é **uma fratura** que fragmentou o convívio entre estas duas tensões e pulverizou tanto a ideia da igualdade jurídica entre as nações no Direito Internacional (que deveria ser o “guardião mínimo” daqueles direitos humanos) como a ideia de uma revolução social e política, (dentro ou fora da democracia política) para realizar os “direitos do homem e do cidadão” em


termos universais. Que digam os golpes de Estado, a repressão violenta aos movimentos sociais e de defesa do meio ambiente, o domínio da narcoguerrilha, o ascenso do nazifascismo em tempos globais, a força normativa do capital financeiro sobre a vida pública e privada, em todo o mundo capitalista moderno.

No primeiro dia de janeiro de 1959, com a derrota militar do sanguinário ditador Fulgêncio Batista, por meio da figura de um jovem revolucionário que tinha como principal companheiro Ernesto Che Guevara, a Revolução Russa penetra materialmente na América Latina. E o faz não mais como um sonho utópico inatingível, mas como concretude histórica, quando passa a ser o eixo principal da disputa imperial-colonial sobre os rumos do Continente.

Numa conferência pronunciada na Universidade de Buenos Aires, em 16 de outubro de 1967, Perry Anderson aponta a especificidade da América Latina nas questões revolucionárias de qualquer natureza. Afirma Anderson que é “muito marcado o contraste entre o populismo na América Latina e a questão da socialdemocracia da Europa Ocidental”, o que implicava dizer que as vias tortuosas daquele primeiro evento de poder socialista-revolucionário por aqui, teriam (e tiveram) vitórias, sofrimentos e tormentos especiais, no contexto de um novo tipo de dependência econômica e política.

A tomada do poder pelos revolucionários cubanos acende a agressividade colonial-imperial e provoca uma ampla aproximação das classes superiores no Continente, que se articulam com mais proficiência contra a democracia política. Não apenas buscam pactos mais consistentes e seguros – junto à dominação colonial-imperial americana contra as lutas pela reforma agrária – como visam infiltrar a organização mais afinada do proletariado urbano. O surgimento de novas classes médias, que não cabem, necessariamente, no arco de alianças burguês-latifundiários, **acendem muitas luzes amarelas** no Império, que também passa a olhar os quartéis do Continente como uma força de reserva para seus projetos de poder,

³ Quando o Estado de Direito é ilegal, WMF Martins Fontes, 2013.



elevando, assim, ao máximo, o medo das ameaças “cubano-soviéticas”.

Os 60 anos do Golpe Militar de 1964 e o fim das garantias constitucionais que dele decorreram, não só em relação aos direitos sociais e políticos, mas também com a relativização do direito à vida e à segurança, só podem ser compreendidos se remetermos para o que se diz, “contemporaneamente”, sobre o terror, dominação e a violência, para infundir o medo de um futuro incerto.

Naquela época, as lutas latino-americanas poderiam ser vistas nos documentos políticos dos setores esclarecidos da sociedade, como a luta pela terra para os camponeses, direitos para os trabalhadores urbanos, mais escolas públicas, saúde, melhores salários para o setor público e mais financiamentos para as indústrias nacionais nascentes: um programa aderente à Declaração de Direitos de 1948 e pouco afinado com o ideário da Revolução Russa, que adentra a América pela estrada cubana mais como um repúdio anti-imperialista do que como programa socialista real.

O populismo democrático procurava conciliar positivamente com esses direitos da Declaração, mas os tempos mudam e as garras do império precisam ajustar as tenras (ou precárias) democracias liberais aos seus ritos econômicos, organizando o terreno para um novo tipo de dominação oligárquico-industrial mais moderna, custe o que custar, mais tarde adequando-o aos movimentos globais do capital, que serão soprados com maior coerência pela contrarrevolução thatcherista dos anos 1970.

A atuação criminosa dos setores políticos inconformados com a possibilidade de evolução de uma democracia liberal de caráter “social” e com as reformas que ela poderia amparar volta-se, nestas circunstâncias, para uma “vontade de exceção”, procurando evadir-se das amarras da democracia liberal. E o faz apoiada nas camadas ilustradas das oligarquias, principalmente admiradoras dos “pronunciamentos” e dos golpes militares, que se alçaram em série a partir dos anos 1960.

Tratava-se de ajustar o curso da história para eliminar as barreiras normativas “liberais” que poderiam ensejar um poder democrático moderno. Rompe-se a ordem para a instauração de uma outra ordem (ou para instaurar a suprema desordem) para, por dentro dela, introduzir a ditadura. No caso brasileiro, o golpe de 1964 foi o instrumento de contenção, tanto das reformas progressistas que se avizinhavam, como da legitimação do poder político pelo voto universal.

A nova ordem brasileira, dadas as características do nosso país, com grande extensão territorial, alguma experiência industrial, enormes riquezas naturais e grande contingente populacional, é uma adequação ao novo momento imperial-colonial, não através de uma ordem “bananeira”, mas como um projeto de “grande potência” autoritária de caráter cívico-militar.

Algumas palavras-chave da semântica do golpe, não só para a sua preparação, como também para fabricar o cimento ideológico de sua “perpetuação”, são facilmente lembradas: “subversão comunista”, “corrupção” e “reformas”. Estas palavras não são estranhas entre si, na verdade são categorias políticas de um léxico que se integra na semântica da ordem democrática e a repele, dependendo da forma com que são alocadas no discurso político em cada época.

Todo o discurso da direita na época atual, aliás, remete para um sentido específico, ou seja, a instauração de um Estado de Exceção, no qual quaisquer reformas democráticas devem ser sustadas ou profundamente revistas, a menos que conciliem com a “perfeição” do mercado e deem fluxo à acumulação rentista. Por esta ótica, para combater o “comunismo” que, segundo os epígonos da direita e do fascismo, já espreitava as janelas da classe média alta, do latifúndio e da grande burguesia, era preciso afastar o câncer da corrupção e do comunismo que “inundava” o Estado brasileiro.

A grande mistificação histórica, que ainda precisa ser desnudada, é que o Golpe de 1964, à sua época, já foi uma ação de “exceção”, precedida de uma campanha terrorista, em termos psicológicos, instigada pelo império - como se estivéssemos à beira de uma revolução comunista no Brasil. As grandes mobilizações das “Marchas com Deus pela Liberdade”, patrocinadas à época pela direita católica, formam depois os núcleos ideológicos das religiões do dinheiro, que perverteram boa parte das religiões evangélicas, a ponto de torná-las aparatos de extrema direita, para atuarem no meio do povo excluído e marginalizado.

Na verdade, a partir do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), principalmente, que formavam a base política do governo reformista do então presidente da República João Goulart, o país buscava a sua identidade soberana, moderna e democrática, dentro dos parâmetros da democracia liberal representativa.



▲ O movimento por creches nasce da iniciativa das mulheres, muitas participavam do Clube de Mães e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).
Crédito: Coleção Teoria e Debate. Acervo CSBH/FPA.

Creche não é caridade. É um direito que seu filho tem.



**Lute por creches
nos locais de trabalho
e moradia.**

Dia 7 de outubro, às 15 horas, todos ao largo São Bento.

▲ Crédito: Acervo CSBH/FPA.

O golpe de 1964 foi, na verdade, um bloqueio à aproximação do país à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, proximidade que tomou um novo impulso com a Constituição do Estado Social de 1988, cujos efeitos mais profundos ainda continuam pendentes para a ampla maioria do nosso povo.

Estamos no meio desse “novo impulso” e nada é desesperador, em relação ao amadurecimento do nosso Estado de Direito em direção a uma democracia mais substantiva. Lembremo-nos das promessas do presidente Obama, cheia de augúrios de paz, Direitos Humanos e expansão das liberdades públicas, programas que a indústria armamentista americana só incorpora no seu cardápio político quando está para trocar uma guerra em situação de perda para outra, com possibilidades de expansão.

Encerro com um pequeno texto de Reginaldo Nasser⁴ que tem a propriedade de lembrar que o sistema do capitalismo mercantil global e o capitalismo financeiro - turbinados ou não – têm dificuldades intrínsecas para se acomodarem na paz e na harmonia política. Diz o autor: “percebendo que não seria possível retirar as tropas norte-americanas do Afeganistão, ao final do seu mandato em 2012, como inicialmente planejado, Obama começou a operar uma mudança discursiva importante que era a de incorporar os talibãs no processo de paz do Afeganistão”. Os talibãs gostaram tanto que ocuparam o poder, sem reparti-lo.

No Brasil, as forças do atraso e da reação política, combinadas com a maioria dos meios de comunicação tradicionais escolheram o Homem Errado, ora derrotado, para nos distanciar das promessas da Constituição, mas este reencontro pode ser possível, se for construído com políticas que alimentem a paz com segurança e integrem à democracia social – saúde, alimentos e educação - na vida comum ainda miserável das massas populares. •

Tarso Genro foi deputado federal, prefeito de Porto Alegre e governador do RS. Foi ministro da Educação e da Justiça nos governos Lula.

4 A luta contra o terrorismo: Os Estados Unidos e os amigos Talibãs, de Reginaldo Nasser, Editora ContraCorrente, São Paulo, 2021.

▼ Foto do acidente que vitimou Zuzu Angel em 14/04/1976, no túnel Dois Irmãos, na autoestrada Lagoa-Barra no Rio de Janeiro/RJ. Zuzu denunciou internacionalmente o desaparecimento de seu filho, Stuart Angel Jones, desde 1971, quando foi torturado e morto por agentes do Centro de Informações da Aeronáutica na Base Aérea do Galeão. Por suas denúncias e procura por justiça, Angel se tornou alvo da repressão, assassinada em um "acidente" de carro planejado pelos militares. Rio de Janeiro. 14/04/1976. Crédito: Otávio Magalhães. Acervo do Instituto Zuzu Angel.

MEMÓRIA DO BRASIL, 60 ANOS DE HISTÓRIA CONCRETADA

HILDEGARD ANGEL

“Nem D. Maria I e seus prepostos no Brasil condenaram os inconfidentes sem julgamento, como fizeram os militares da ditadura, sentenciando os jovens idealistas à morte sob tortura, no segredo dos calabouços.” Quem dizia isso era minha mãe, Zuzu Angel.



Rio - 13 de Maio 1973

Marieta e Chico:

Amanhã, dia 14 de maio
completam dois anos
que meu filho Stuart
Angel foi assassinado
pelo governo brasileiro.
Depois de torturadamente

Arterrado foi amarrado
a um jeep da aero-
nautica e arastado.
Não me entregaram
o corpo.

Zuzu Angel

Ao fim dos 21 anos de horror, eles precisaram limpar o lixo de suas perversidades. Os sujismundos sanguinários limparam tudo. Faxina completa. Apagamento que começou com a Lei da Anistia, capenga, que também contemplava os malfeitores. Mas naquela ocasião não houve jeito de ser diferente. Era isso ou nada disso.

Para não deixar rastro, concretaram a prisão no subsolo da Base Aérea do Galeão e seu aparato de tortura. Não existem. Talvez tenham feito um jardim em cima, como naquele conto infantil em que a princesa enterrada viva fazia o gramado sussurrar ao vento: “Jardineiro / jardineiro / corte os meus cabelos”.

Na base aérea da Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, não havia jardineiros, só carneiros. Nos centros de tortura do Exército, não havia princesas para denunciar ao vento seus assassinatos. Mas houve princesas da coragem, como Inês Etienne Romeu, que sobreviveu para nos revelar a existência da Casa da Morte, em Petrópolis.

Os militares em todos os escalões se calaram durante e depois, num pacto impenetrável do corporativismo. O plano foi perfeito. Vinte e um anos de censura, lavagem cerebral e apagamento da verdade, de cancelamento de vidas e de ideias, de proibições e silêncios, de autoritarismo e obediência, de manda-quem-pode-obedece-quem-tem-juízo. As gerações seguintes mal ouviram falar. Os livros didáticos omitiram. Ainda hoje, não fossem as escolas de samba com seus enredos audaciosos, o povão jamais ouviria falar dos horrores praticados na ditadura. Também a produção cultural nos contemplou com filmes, peças de teatro, canções e livros a respeito. Sem a cultura, o esquecimento seria absoluto.

Ao longo dessas seis décadas, foram levadas de jovens tecnocratas consumistas. Várias fornadas de estudantes com conhecimentos rasos da História, professando a cultura do “ganhar dinheiro”. Os mauricinhos do mercado financeiro. Os bitolados das apostilas dos concursos públicos.



▲ Acervo do Instituto Zuzu Angel.

Em nosso país, quando se fala em heroísmo, a única referência popular é Tiradentes. Fala-se também em militares, imperadores, imperatrizes, princesa Isabel. E onde está a brava gente brasileira? Os idealistas que padeceram nas masmorras das ditaduras de Getúlio e de 1964? Os mortos do Araguaia? Os sacrificados por não entregarem seus companheiros de luta, não são heróis? Militantes da Revolução Constitucionalista paulista, há três no livro dos Heróis da Pátria. Combatente contra a ditadura militar, apenas Zuzu Angel. E Carlos Marighela? E a Inês Etienne?

E o heroico capitão Sergio Macaco, que teve a coragem de desobedecer ao plano

diabólico do brigadeiro Burnier, durante a ditadura, salvando assim pelo menos 10 mil vidas que seriam vítimas de atentados? E minha cunhada Sonia Angel, morta pelas costas em fuga simulada, depois de ter os seios arrancados com alicate? Não são lembrados, não são cultuados, não são falados. Também não é enaltecido o marinheiro João Cândido, líder da Revolta da Chibata em 1910, quando as dolorosas chibatadas ainda eram aplicadas pela Marinha do Brasil, apesar de o castigo já ter sido legalmente abolido. Por que não o Almirante Negro que foi torturado, punido, perseguido por sua arma? Porque tudo isso melindraria os militares. Assim como melindraria, como bem revelou o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, a realização de atos que, neste 60º aniversário do golpe de 1964. Lembrariam e contariam as verdades sobre aquelas duas décadas de exceção.

Após a morte de minha mãe, o historiador Hélio Silva, autor da coleção "Os governos militares", escreveu-me uma carta. No livro volume 20, em que discorre sobre o *Governo Médici*, o professor publica na íntegra a carta de Alex Polari de Alverga, detalhando o suplício que levou à morte meu irmão, Stuart Angel Jones, na Base Aérea do Galeão.

Quando sofreu a emboscada que a matou, Zuzu transportava na mala de seu Karman Ghia algumas dezenas de exemplares desse livro, que entregava a quem achava que precisava saber. Antonina Murat, mãe de Lucia Murat que militou com Stuart, era companheira de Zuzu em algumas dessas distribuições. Antonina conta:

"Com um destemor sem limite, Zuzu resolveu entregar o livro ao ministro do exército, general Silvío Frota. Fomos em seu carro azul até a casa do general, quando fomos recebidas por policiais armados, porque se tratava de uma área militar. As armas foram colocadas em nossas cabeças. Mesmo assim, Zuzu conseguiu chegar até Silvío Frota, que realizava uma festa em sua residência, e entregar o livro. Com o mesmo destemor, fez a entrega de muitos outros exemplares."

Quando minha mãe sofreu a emboscada na madrugada que a matou, seus algozes limpavam a mala do carro azul. Não deixaram nem um exemplar. Católico, o historiador Hélio Silva me desejava em sua carta muita força e fé, pois eu teria "duas cruzeiras pesadas para carregar". Duas cruzeiras. Ao ler, eu me senti até encabulada, pois não me via com estatura, capacidade ou mérito para carregar cruzeiras que representavam causas e ideais tão importantes. Lá se foram 48 anos, desde a morte de mamãe, e 53 anos da morte de meu irmão Stuart, e mesmo sem merecê-las eu carrego as duas cruzeiras até com certa leveza. Elas não são pesadas, como as correntes que os fantasmas arrastam nos castelos mal assombrados. São um alento, uma prova de confiança dos meus amados, um desafio, um sopro de inspiração para viver mais, viver muito, e manter viva essa memória, do jeito que conseguir. •

Hildegard Angel é jornalista, filha da estilista Zuzu Angel e irmã do militante político Stuart Angel Jones

A QUEDA

PEDRO POMAR

Texto originalmente publicado no livro *Massacre na Lapa - Como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB — São Paulo, 1976*

Dia 16 de dezembro de 1976.

São quase 7 horas da manhã em São Paulo. Uma equipe do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do II Exército acaba de prender, na avenida Faria Lima, dois militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Tirado à força do velho Corcel azul, encapuzado e enfiado em um Volks chapa fria, o operário Joaquim Celso de Lima, motorista do Comitê Central (CC) da organização, ainda tem tempo de ouvir quando um dos agentes usa o rádio:

— Tudo limpo. Pode tocar a operação.

A mensagem é recebida a quilômetros dali, na rua Pio XI, no Alto da Lapa, onde numerosa tropa de militares e policiais, sob o comando do tenente-coronel Rufino Ferreira Neves, faz o cerco à casa de número 767.

Dado o OK, a fuzilaria começa sem qualquer aviso aos ocupantes da casa. E, também, sem a preocupação de retirar os moradores da vizinhança. O matraquear das metralhadoras utilizadas no ataque vai durar o suficiente para destruir porta, janelas e basculantes e fazer cair pedaços de reboco do teto.

Na casa estão Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, membros da Comissão Executiva Nacional do PCdoB, e Maria Trindade, militante encarregada das tarefas domésticas. Num primeiro momento eles não entendem o que acontece, o estrondo, o reboco caindo. A Arroyo não lhe dão sequer esta chance.

Sai do banheiro, “Que é isso?”, e então é atingido pelas costas com tal impacto que o corpo parece saltar para a frente. “Que desgraça! Nos pegaram”, grita Pomar. Estas cenas e palavras estão gravadas na memória de Maria Trindade, que sobrevive ao massacre.

Noite do dia 15, véspera do ataque
Drummond e Wladimir Pomar foram os primeiros a deixar a casa da rua Pio XI, onde se realizara durante os dias 14 e 15 de dezembro uma reunião do Comitê Central (CC) do PCdoB, com a participação de nove pessoas, das 11 presentes. Joaquim Celso de Lima e Maria Trindade, embora militantes, não faziam parte da direção.

Encerrados os trabalhos, os dirigentes devem retirar-se em duplas, no carro dirigido por Joaquim, e sempre acompanhados por Elza Monnerat, também integrante do CC, moradora da casa e “olheira” nas diversas viagens feitas para trazer e, depois, levar de volta o pessoal. Por medida de

segurança, todos, menos Elza e Joaquim, entravam e saíam de olhos fechados, para não reconhecer o local.

A casa está sob vigilância há vários dias. O Corcel é seguido, com cuidado, por vários carros empregados no esquema. É o que acontece depois com Drummond e Wladimir, após serem deixados nas imediações da avenida Nove de Julho: as equipes do II Exército passam a seguir os dois, separadamente — enquanto Elza e Joaquim retornam sem incidentes ao aparelho, para buscar a dupla seguinte. Drummond é preso antes de iniciar viagem. Wladimir chega a notar que estão no seu encalço e tenta despistar os perseguidores. É capturado na avenida Santo Amaro, acusado de ser “puxador” de carros, e ali mesmo começa a ser espancado.

Já no DOI-Codi apanhando “de soco, pau e botinada”, Wladimir percebe, antes da meia-noite, a presença do companheiro, revelada pelo comentário de um agente. O pacote de biscoitos “recheado” com o jornal do partido, *A Classe Operária*, mencionado por alguém em tom de galhofa, ele o vira nas mãos de Drummond antes de se retirarem da casa da Lapa. Depois, escutará gritos de dor.

Drummond, voo para a morte

Por volta das 4 horas da manhã do dia 16, Wladimir ouviu uma correria, gente descendo escadas, uma voz que pede um médico com urgência. Drummond tentara fugir em meio a sessões de tortura, saltando de uma torre de rádio. Foi um voo para a morte, como revelará, anos depois, Marival Chaves do Canto, então sargento do Centro de Informações do Exército (CIE) que atuou nos bastidores da operação. Mas os jornalistas encarregados da cobertura do caso são obrigados a divulgar uma versão que nada tem a ver com a verdade: Drummond teria morrido atropelado quando tentava fugir, na esquina da avenida Nove de Julho com a rua Paim.

É meio-dia quando Frederic Chapin, côsul-geral dos EUA em São Paulo, chega ao prédio da Cúria Metropolitana. Nervoso, quase invade a sala de D. Paulo Evaristo Arns. Fala da chacina, pede ao cardeal que inicie gestões para evitar a morte dos que estão presos. “Sabíamos da reunião há dias, mas não esperávamos que sob o Dilermando acontecesse o que aconteceu”, diz o diplomata. E avisa a D. Paulo que tem os nomes dos

militantes presos. O Departamento de Estado dos EUA, portanto, estava informado de tudo, mas nada fizera para evitar a matança. No final da tarde do dia 16 o Exército emite nota oficial, informando que se travou “um tiroteio na rua Pio XI, em face da reação à bala dos sitiados, daí resultando dois subversivos mortos, havendo um terceiro morto atropelado, quando de sua fuga”. A nota não fornece o número de presos nem seus nomes, e fala da colaboração de “outros órgãos de segurança”.

Assina o general Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército, suposto fiador da abertura democrática em São Paulo, na condição de substituto do general Ednardo D’Ávila, exonerado em decorrência dos assassinatos de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho.

Aldo da Silva Arantes foi preso ainda na noite do dia 15, quando se aproximava da estação Paraíso do metrô. Haroldo Rodrigues Lima foi seguido até sua casa, na avenida Pompeia, e preso apenas no dia seguinte, ao deixar o local. Uma vez mais, o carro do partido, após transportar a dupla, retorna à rua Pio

XI sem que se note qualquer anormalidade.

Madrugada do dia 16

O Corcel deixa a casa 767 pela última vez, Joaquim ao volante, Elza como guia, José Gomes Novaes e Manoel Jover Teles como passageiros. Imediatamente o motorista sente-se seguido: as manobras dos perseguidores são ostensivas, próprias mesmo de quem deseja se fazer notar. Mas Joaquim só acreditará nisso em Pinheiros, quando já não resta dúvida do que está ocorrendo.

“Estão nos seguindo”, avisa, e Elza manda que Novaes e Jover abram os olhos, terão que sair do carro e fugir a pé. Por um momento Joaquim acha que driblou a perseguição; pára o carro; Novaes e Jover descem rapidamente; o Corcel segue adiante. Minutos depois, é “fechado” por vários carros pertencentes à repressão. São quase 7 horas da manhã em São Paulo. •



▲ Fachada da Casa da Lapa Crédito: Arquivo Público do Estado de São Paulo

MARCADOS PARA MORRER

PEDRO POMAR

A operação da rua Pio XI liquidou três extraordinários lutadores da resistência ao regime militar. “Não tenho dúvida de que estava tudo planejado para estourar, prender e matar. Todos ali eram pessoas marcadas para morrer”, afirmou ao autor, em 1996, o ex-sargento Marival Chaves do Canto. Nas linhas seguintes, traçamos um breve histórico das vidas desses três homens, ceifadas pela Ditadura Militar.

ARROYO

Ângelo Arroyo, filho de Ângelo Arroyo e Encarnação Pardido, nascido em São Paulo em 6 de novembro de 1928, era um dos poucos operários pertencentes ao Comitê Central do PCdoB. No antigo Partido Comunista ele teria entrado ainda adolescente, em 1945, elegendando-se membro do Comitê Regional paulista já no ano seguinte, ao mesmo

tempo em que dirigia a organização do partido na Mooca, bairro fabril.

Em meados de 1949, atuou na campanha O Petróleo é Nosso, e passou quase um mês encarcerado no DOPS depois que foi detido no centro de São Paulo, durante uma manifestação, ao lado do jornalista e militante comunista João Saldanha. “Arroyo e João Saldanha ficaram 28 dias presos, sendo torturados” (*João Saldanha: uma vida em jogo*, de André Iki Siqueira, 2007).

Mais tarde, como líder sindical metalúrgico, participa das fortes greves do biênio 1952-53 em São Paulo. Também nos anos 1950, Arroyo teria realizado atividades políticas no campo, inclusive participando da revolta de

Formoso e Trombas, em Goiás (cf. Vera Capucho, 2013). Ascende ao Comitê Nacional do antigo PCB em 1954, eleito pelo IV Congresso. No V Congresso, em 1960, rejeita o caminho da “transição pacífica para o socialismo”, juntando-se ao grupo que fundaria o PCdoB, na Conferência Nacional Extraordinária de fevereiro de 1962. Arroyo é eleito membro do Comitê Central e da Executiva.

No início da década de 1970 estará nas matas do Araguaia, no Pará, integrando a Comissão Militar que dirige as forças guerrilheiras do PCdoB. Quando, na terceira campanha do Exército, a guerrilha é finalmente derrotada, os líderes restantes — Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, entre eles — decidem que Arroyo deve retornar ao sul

do país e informar o partido sobre a situação no Araguaia. Arroyo resiste, mas eles o obrigam, em janeiro de 1974, a tentar a fuga junto com um companheiro, Micheas Gomes de Almeida (Zezinho), excelente mateiro.

Conseguem furar o cerco do Exército e restabelecer o contato com a direção nacional do PCdoB. Assim, é de Arroyo um excepcional relato das ocorrências da guerrilha, escrito em 1974. A derrota sofrida no Araguaia, a circunstância de ser um dos raros sobreviventes, fizeram dele um homem amargurado, “para quem o correto teria sido morrer com os demais companheiros”, segundo Wladimir Pomar (*Araguaia, o partido e a guerrilha*, 1980).

DRUMMOND

O mineiro João Baptista Franco Drummond era, aos 34 anos, um dos mais jovens membros do Comitê Central. Oriundo da Ação Popular Marxista-Leninista (APML, ou simplesmente AP), passou a fazer parte da direção nacional do PCdoB em 1974, data da fusão dos dois partidos.

Drummond nasceu em 28 de maio de 1942, em Varginha, filho

de João Baptista Moura Drummond e Zilah Carvalho Drummond. Ativo no movimento estudantil, presidiu o Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde estudou de 1961 a 1966, e foi um dos organizadores do 27º e do 28º congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE). Depois atuou no movimento camponês do sul de Minas Gerais e, posteriormente, em Pernambuco. Sua ação contra o regime militar lhe valeu condenações, à revelia, a 14 anos de prisão.

Entre 1974 e 1976, Drummond morou em Goiânia, trabalhando como fotógrafo. Depoimento de suas irmãs atesta que Drummond “sempre fazia analogia entre os atos do cotidiano e a fotografia, dizendo-nos que ambos, na sua singularidade, criavam efeitos desencadeadores”. Dizem mais, em diálogo imaginário com o irmão: “Falando em fotografia, João, que surpresa saber dos prêmios nacionais ganhos por você, sob pseudônimo, neste ofício que lhe permitiu sustentar sua família durante tantos anos” (cf. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, 1995).

Drummond dedicou-se à implantação de organizações de base do PCdoB em Anápolis, reduto oposicionista, segundo centro econômico de Goiás. Uma onda de prisões de militantes do PCB e remanescentes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em 1975, gerou notícias controversas: em reunião do Comitê Central, Drummond é dado como morto.

Durante alguns meses ele perde o contato com as estruturas partidárias. Resolve então, para rearticular-se, procurar pessoas em Salvador, onde morara. Casualmente encontra um militante, e refaz as ligações. Um ano depois, o decidido Drummond seria vítima do derradeiro “atropelamento” praticado pela ditadura. Arrancaram-lhe a vida, mas dele não obtiveram informação alguma.

Em 1o de setembro de 2023, em cerimônia presidida pela reitora Sandra Goulart Almeida, a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG homenageou a memória de Drummond, e uma placa com seu nome foi descerrada.



▲ Movimentação de vizinhos e policiais entorno da casa do evento conhecido como Massacre da Lapa
Crédito: Arquivo Público do Estado de São Paulo





▲ Registro da ação policial. Crédito: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

POMAR

Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar, nascido em Óbidos, Pará, em 1913, filho de Felipe Cossio del Pomar e Rosa de Araújo Pomar, ingressou no antigo Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1935, a tempo de apoiar a insurreição nacional da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Antes, porém, fuzil na mão, tomara parte do movimento de 1932 contra o poder central, que resultara em choques armados nas ruas de Belém nos dias 6 e 7 de setembro. Na ocasião, precisou fugir para o Rio de Janeiro.

Voltou a Belém, ingressou na Faculdade de Medicina em 1933, mas abandonou o curso após dois anos. Preso em maio de 1936, por seu envolvimento com a ANL, só foi libertado em junho de 1937, quando o Tribunal de Segurança Nacional o absolveu. Preso novamente em 1940, quando já integrava a direção estadual do PCB no Pará, conseguiu escapar da cadeia meses depois, com João Amazonas e outros companheiros, retornando ao Rio de Janeiro em viagem memorável.

Radizando-se na então capital federal em 1941, torna-se membro da Comissão Nacional de Organização Provisória do PCB (CNOP), da qual faziam parte, entre outros, Maurício Grabois, Diógenes Arruda, Amarílio Vasconcelos e João Amazonas. Em 1943, é um dos articuladores da Conferência da Mantiqueira, que reorganiza o partido, destruído pela repressão do Estado Novo. Elege-se membro da Comissão Executiva. Em 1945 e 1946, dirige a *Tribuna Popular*, principal diário legal do PCB.

Nas eleições complementares de 1947 Pomar elege-se deputado federal por São Paulo, com 135 mil votos, votação extraordinária, a maior da época. Como concorreu pelo Partido Social-Progressista (PSP, de Adhemar de Barros), escapa à cassação dos mandatos dos parlamentares do PCB, aprovada em janeiro de 1948 pelo Congresso Nacional (em maio de 1947, os comunistas haviam sido postos na ilegalidade). Exerce seu mandato até 1950.

No V Congresso do PCB, realizado em 1960, será um cáustico crítico da linha política imposta por Luís Carlos Prestes. Em fevereiro de 1962 estará entre os criadores do PCdoB. Eleito membro do CC e da Executiva, é indicado redator-chefe de *A Classe Operária*. Neste período traduz alguns livros, como fonte de sustento. É o caso dos dois primeiros volumes da conhecida obra *Ascensão e queda do III Reich*, de William Schirer (1963).

Duas biografias suas estão disponíveis. *Pedro Pomar, uma Vida em Vermelho*, de autoria do militante e escritor Wladimir Pomar (seu filho), foi lançada em 2003 pela Editora Xamã, e uma versão digital foi produzida pela FPA em 2013. *Pedro Pomar – Ideias e batalhas*, de autoria de Osvaldo Bertolino, foi publicada em 2013 pela Fundação Maurício Grabois. •

Pedro Estevam
da Rocha Pomar

Como o
Exército
liquidou
o Comitê
Central
do PCdoB,
São Paulo
1976

MASSACRE NA LAPA



▲ Livro *Massacre na Lapa - Como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB* — São Paulo, 1976. Acervo : Fundação Perseu Abramo

*Pedro Pomar é jornalista, mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Texto originalmente publicado no livro *Massacre na Lapa - Como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB* — São Paulo, 1976 (Fundação Perseu Abramo, 2006 – 3a. edição). Ele foi atualizado pelo autor em março de 2024.*

*Texto originalmente publicado no livro *Massacre na Lapa - Como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB* — São Paulo, 1976 (Fundação Perseu Abramo, 2006 – 3a. edição). Ele foi atualizado pelo autor em março de 2024.

PERSEGUIÇÃO E REPRESSÃO CONTRA O SINDICALISMO DURANTE A DITADURA MILITAR

FREI CHICO

José Ferreira da Silva é irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e um dos oito filhos de um casal de camponeses do interior rural do nordeste pernambucano.

Conhecido como Frei Chico, foi ele quem convenceu o irmão e companheiro de casa a juntar-se ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Operário e sindicalista nos anos 1960, foi barbaramente torturado na prisão. O pau de arara e os choques elétricos deixaram-lhe marcas profundas. Para esta edição de Teoria e Debate, Frei Chico gravou um depoimento sobre os 60 anos do golpe militar.

“O movimento sindical nunca deixou de sofrer repressão. Aí veio o golpe de 1964 para tirar nossos sonhos. Fiquei muito revoltado. O golpe foi decorrência de causas políticas anteriores. Por exemplo, naquela época dos anos 1960, aconteceu a Revolução Cubana (1959) que, para nós trabalhadores que acompanhávamos a atividade dos comunistas à época, a gente vivia entusiasmado com ela.

Eu já acompanhava o movimento sindical, era sócio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Depois, veio o golpe, mas antes a gente tinha feito uma movimentação intensa. Fizemos uma greve em 1962, quando conseguimos 13º salário. Essas coisas não são ditas por quem ignora direitos, que abre mão de seus direitos trabalhistas, porque foram conquistas alcançadas por meio de muita luta – muita gente morreu, foi presa mesmo na época do João Goulart.

Eu ainda não era organizado em um partido, só no sindicato, mas convivía com os comunistas na empresa em que trabalhava, a Pontal, e aí começaram os protestos. Achávamos que íamos parar o Brasil, que o golpe viria, mas que iríamos reagir. O que sonhávamos era que tínhamos mobilização para reagir. Era um sonho. Não tivemos nenhuma reação. Lembro que tentou-se uma greve geral, algumas empresas pararam, mas não deu certo. Foi muito triste para nós. Eu, particularmente, fiquei muito triste. Alguns companheiros

ficaram abalados, como se fosse uma facada. Aí vieram prisões no movimento sindical, dos trabalhadores.

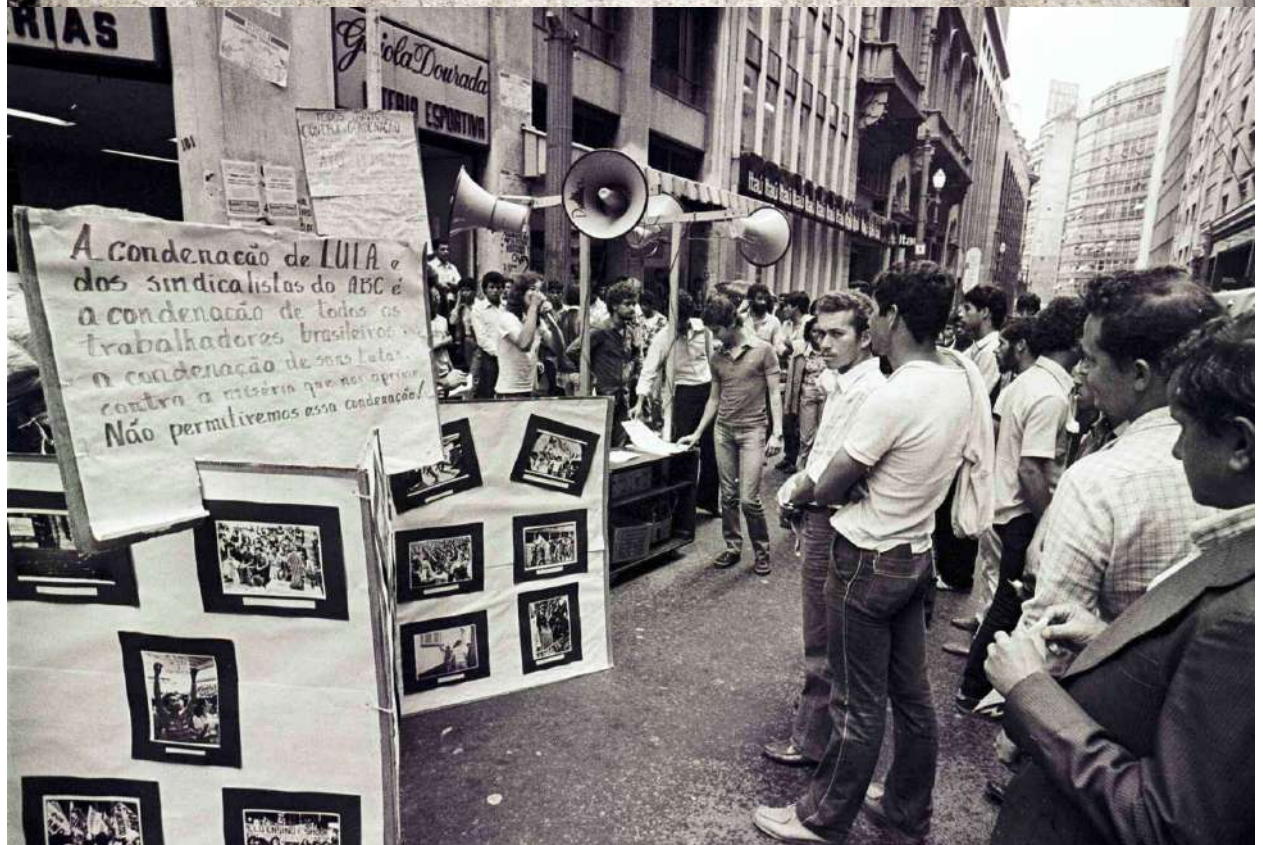
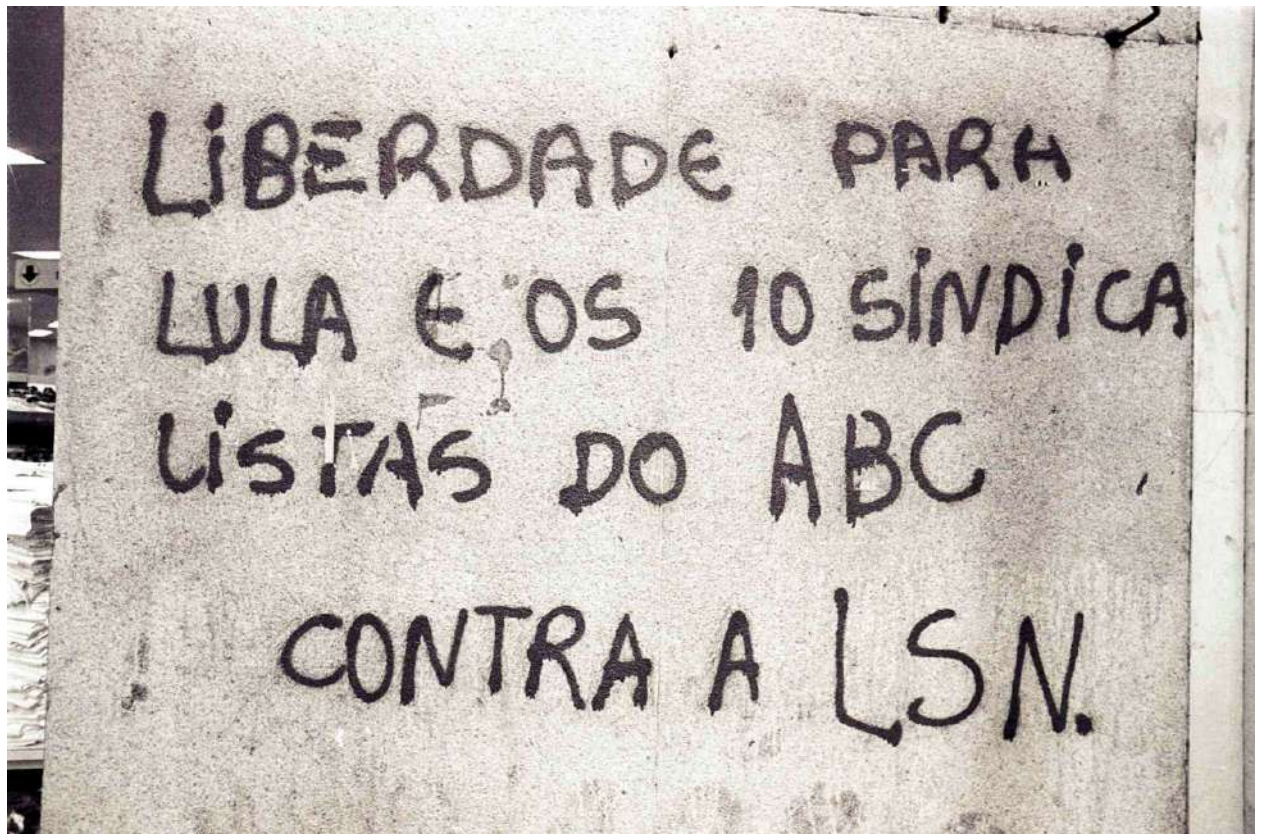
Mas tem algumas coisas que precisamos lembrar ao povo, como, por exemplo, essa questão do uso de um Deus bíblico “anticomunista”. Naquele período foi muito violento. Imagine que trouxeram, inventaram certa vez uma cruz que “desceu do céu”, isso depois do golpe já em andamento. Essa cruz veio, desceu, no Anhangabaú, com milhares de pessoas assistindo. E a cruz desceu de helicóptero. Esse povo, estupidamente, passou a carregar essa cruz a diversos bairros, igrejas.

Eu morava no Ipiranga ainda, na Vila Carioca. Tem uma igreja de Nossa Senhora Aparecida lá, conduzida pelo padre Mário Marques. Eu e alguns companheiros fomos até lá ver: uma fila quilométrica, uma cena ridícula.



▲ Ato contra LSN, pelo “Fim da Intervenção nos Sindicatos” e pelo “Abaixo a Ditadura”. São Bernardo do Campo/SP, 1982.
Crédito: Vera Jursys. Acervo: CSBH/FPA.

DI ACE 101293/74
SEC 1



▲ Imagens do ato contra a condenação dos sindicalistas do ABC pela LSN (São Paulo-SP, 1981).
Crédito: Vera Jursys. Acervo: CSBH/FPA.

Era um cara sentado numa cadeira alta, tipo de imperador, com a cruz do lado esquerdo. A pessoa passava e beijava a cruz, beijava a mão do padre. Depois, na frente dele, jogavam dinheiro num cobertor esticado no chão.

Logo em seguida, o jornal *Diário da Noite* partiu com a campanha “Dê ouro para o bem do Brasil”. Algo como “para salvar o Brasil do comunismo, vamos dar ouro!”, e o pessoal trocava aliança, correntinha de ouro, anel... tudo por uma correntinha de prata. O que deu esse dinheiro? Ninguém sabe, até hoje. Fiquei com ódio de igreja.

Eu já militava no movimento sindical, fui para São Bernardo. A empresa em que trabalhava tinha um delegado de polícia que ficava lá dentro. Uma empresa grande, cerca de três mil trabalhadores. Ele ia lá de vez em quando, na hora do almoço, só para dizer que estávamos sendo vigiados. Mas não era só nessa empresa, muitas empresas tinham esse tipo de gente, policiais e alguns tenentes, sargentos.

Não tínhamos um bebedouro, numa empresa grande, tínhamos que beber água na torneira ou pegar uma vasilha qualquer. Fizemos um abaixo assinado para conseguir um bebedouro de água gelada. Aí chegava nos religiosos, os crentes, e eles não assinavam. Era para pedir água, um bebedor de água, e os caras não assinavam. “Porque nós respeitamos o poder, o Senhor não sei o quê lá”. Eu ficava muito bravo. Passou um tempo, passei a me refazer politicamente dentro do Partidão, comecei a ler mais e participar de alguns cursos. Entendi que ficaria muito isolado se continuasse com essa política, o povo não vai adquirir consciência se você não conversar com ele direto. Muitos não vão mudar, mas alguns mudam. Aí passei a aceitar meu apelido de Frei Chico, que surgiu numa assembleia de sindicato em São Bernardo. Depois, quando fui preso, esse nome ficou, Frei Chico.

Engraçado é que os caras queriam me condenar para eu reconhecer que era codinome, não era codinome, era apelido. Peguei o abaixo-assinado e o juiz aceitou como apelido. Mas foi muito triste para nós nesse período. Na Vila Carioca, a empresa Pontal pagava um salário muito bom, a gente recebia em cima da produção do mês, era interessante o pagamento deles. Veio a fracassar o serviço e nesse movimento, fomos para o sindicato. Vim para o sindicato de São Paulo e trouxemos o pessoal, conseguimos reunir 200 pessoas para fazer uma assembleia e abrimos um processo coletivo contra o atraso de pagamento e pelo salário não reajustado, conforme foi combinado antes. Moral da história: fui mandado embora sem direito, porque quando você abre um processo coletivo, tem um cabeça – que fui eu, com 22 anos –, me lasquei, mas os companheiros me ajudaram. Fui trabalhar na Massaro, na Rodovia Dutra.

Depois disso, o sindicato estava sob intervenção, em 1965/1966. Fiz a primeira assembleia com microfone falando para a massa, uns 200 caras. E fui trabalhando em São Bernardo, a gente ia para o sindicato e tinha um interventor. O de São Bernardo era Afonso Monteiro da Cruz. Era um quadro político e naquele momento queria sair do sindicato, havia muita pressão em cima dele, não estava aguentando.

Fiquei em São Bernardo, na Villares, e o Lula também, a gente morava junto. Aqui entra a minha história de tentar convencê-lo a aprender alguma coisa sobre política. Era um trabalho difícil. Não é fácil chegar num cara e falar: vamos comigo a tal lugar. Se fosse uma distração, um show, era mais fácil, mas ir a um sindicato, numa assembleia, não era tão fácil. E consegui fazer isso com o Lula, levei-o ao sindicato umas duas ou três vezes. Passado um tempo, saí da Villares e fui trabalhar numa outra empresa que passou por um corte muito grande. Trabalhava em Osasco e já era sócio em São Bernardo do

Campo, frequentava o sindicato em 1966/1967.

Depois veio a chapa do sindicato de São Bernardo e numa assembleia, na época, a gente já tinha uma noção do movimento sindical e político. Eu não era filiado a nenhum partido. Tinha simpatia pelos comunistas, pelo Partido Comunista. E a gente fazia a política deles também. A gente se organizava junto mas, em São Bernardo, eles formaram uma chapa, o Paulo Vidal tinha que sair, tinha que encabeçar o sindicato, e o Afonso sairia. Eles queriam que eu participasse. É um drama na nossa vida, ainda bem que a gente tem essa consciência. Se eu entrasse na chapa, o companheiro que estava no sindicato, representante na minha empresa, ele teria que sair, quer dizer, perderia o mandato. Se ele perdesse o mandato, eu ficava no lugar dele. Só que ele seria mandado embora, porque a empresa não o aguentaria. Moral da história, falei não. Então ele fica e vou embora. Moleque novo ainda, fui para São Caetano.

Nesse período, o Afonso perguntou se não tinha ninguém para indicar. Precisamos de alguém da Villares (mil trabalhadores, era grande). Aí falei: tem o meu irmão. Vamos conversar com ele? Vamos tentar. Ele já namorava a Lourdes. Ele acabou indo e a gente ficava tomando uma cachacinha no Bar da Rosa. E aí o Lula saiu e surgiu no movimento sindical, nesse ambiente, cachacinha e conversa para convencer. Depois que o Lula entrou, vim morar e militar em São Caetano e montamos uma base do Partidão. Foi complicado, porque tem o drama de família. O Lula perdeu a mulher dele, a Lourdes morreu. Eu pagava aluguel e fui morar com ele. Eu, minha mulher, minha mãe e meu filho mais velho. Lula ficou viúvo um tempo, ficou mal no começo, depois conseguimos levá-lo para o sindicato, para ajudar, porque ele estava muito abalado por causa da perda da mulher e do filho. Foi um momento muito difícil da vida dele.

A gente continuava militando no movimento sindical e continuava atuando junto com o Partidão. Nos anos 1970, entrei num carro Volkswagen, fusquinha de um amigo que mora na Praia Grande até hoje com o pai dele (que era do Partidão) e um assistente da região, o Emílio Bonfante de Maria. Emílio era comandante da Marinha Mercante, muito procurado, e ele era nosso assistente. Aceitei me filiar ao partido clandestinamente. Não tinha ficha, é lógico. Aí tem uma passagem engraçada que tenho que contar para o pessoal ver como a vida é engraçada. Pedro Daniel era crente. Dessas igrejas mais conservadoras, tradicionais. Estávamos presos no DOI-Codi. Pedro Daniel foi muito torturado também. Todo mundo, ali não passava ninguém sem ser torturado. E um dia estávamos numa sala grande, nos puseram ali e não cabia 20 pessoas.

Eu fui preso em 1975. Nesse dia, o Pedro Daniel estava lá. Ele nos deixavam ali e iam torturando outras pessoas. Tínhamos um companheiro em Santos que foi muito torturado na nossa frente, na cela. Jogavam um balde d'água nele e o faziam nadar no chão, todo ensanguentado. Ele casou com uma companheira advogada de Santos. O Cebola foi uma das vítimas. Não o mataram ali, mas ficou com muitas sequelas. E o Pedro Daniel vendo tudo isso, uma hora alguém pediu um cigarro para um torturador. Nessa cela estavam o Zé Roberto Melhem, o Pedro Daniel, Osvaldo de Caminato. O Pedro Daniel era o único que não fumava. Eu também não fumava. Aí pediu um cigarro ao carcereiro, que não quis dar. E ele falou, "então o senhor me arruma uma bíblia, porque preciso ler a bíblia". O carcereiro ficou muito bravo. Sei que o levaram, foi interrogado de novo, deram um pau. Acabaram dando um pau no Pedro Daniel só porque ele pediu uma bíblia. Particularmente, eu achava absurdo pedir uma bíblia, mas ele pediu, fazer o quê?

A ditadura continuava existindo, havia uma briga danada e nesse período, o movimento sindical tinha se organizado. Quero voltar um pouquinho no tempo. Nos anos de 1973/1974 foi descoberto em São Bernardo do Campo a indústria automobilística e tinha o Delfim Netto (ministro da Economia) orientando a não dar aumento. Sei que foi roubado o 13% do salário do trabalhador, pois tudo era decidido pelo governo, não tinha negociação direta. O aumento salarial era o governo quem decretava. E aí foi descoberto, graças ao Dieese, que tínhamos sido roubados. Começou o movimento sindical a crescer em cima disso. E São Bernardo fez uma assembleia monstruosa, naquele tempo o Lula ainda não era presidente. Outras categorias fizeram várias assembleias, mas não conseguiu. Aos pouquinhos recuperaram isso. Foi passando o tempo, em 1976/1977, a gente criou um movimento chamado MIA (Movimento Antiarrocho Salarial). A gente articulava isso, o Partidão e outros companheiros da igreja ligados ao Dom Paulo. O MIA, para fazer a campanha, recuperar as perdas salariais e conseguir influenciar no aumento salarial, se uniu ao movimento sindical. Esse movimento foi estourado na Praça da Sé, em 1968, quando fizemos um ato político unindo até o governador da época, que era o Abreu Sodré. Foi um grande ato na Praça da Sé. Os companheiros mais radicais do movimento operário, ligado à Pastoral da Terra, vieram prontos para tocar fogo no palanque.

Manoel Fiel Filho frequentava esse sindicato, era militante do Partidão. Eu militava em São Caetano há muito tempo. E o Fiel foi uma das vítimas da prepotência do sistema.



DI ACE
SEC

101293/74
1



▲ Assembleia dos trabalhadores da construção civil em greve, no Estádio dos Eucaliptos. Porto Alegre/RS, 16/08/1979.
Crédito: Autoria desconhecida. Acervo: CSBH/FPA.

O Partidão tinha sofrido derrotas ferrenhas. O Vladimir Herzog morreu no sábado e provocou uma guinada na sociedade brasileira e parte da esquerda democrática, que começou a forçar a barra da anistia e em um monte de coisas, o regime foi cedendo. Houve uma reunião chamada Trilateral, nos anos 1970, quando a burguesia do mundo, a elite dominante que tinha implantado as ditaduras na América Latina, reconhece que não dava para manter ditaduras e começaram a pregar o fim desses regimes. Entenderam que era mais fácil dominar de outra forma, não com prisão, morte, exército. Entramos nesse processo, mas pouca gente acreditava. A gente sentia que tinha muita gente da elite que estava se afastando do regime.

Vem a anistia política. Nesse período, os sindicatos se prepararam muito bem. Tem a Petrobras, no Rio, e companheiros de outros estados. São Bernardo fez um trabalho, porque Lula entrou no sindicato, mas nunca aceitou ser do Partido Comunista. E aí veio essa baita movimentação de São Bernardo, que começou na Scania, e isso mudou a história do Brasil. Mas nós, do Partidão na época, tínhamos uma visão um pouco atrasada, estava na clandestinidade. E é lógico que nesse período surgiram lideranças novas, quadros novos. E perdemos um pouco o bonde da história, o Partidão tinha quadros bons e interessantes, que ficaram a reboque do PT e da CUT, porque o nosso partido tinha uma visão de aliança com pessoas que não tinham mais credibilidade.

Conseguimos a democracia, em parte, conseguimos eleger presidente da República operário. Imagina isso no mundo? Tem gente que não compreende essas coisas. Qual é o país do mundo que elegeu um presidente de origem operária? Só nós. Agora eu digo que graças à urna eletrônica, se não fosse assim, não elegeia ninguém, porque o mapa eleitoral com cédula, era estupidamente manobrável. Vejo o modelo norte-americano e me assusta. Até hoje não entendi aquilo e agora mesmo eles estão passando um processo muito sério, porque os caras estão arrebatando o próprio sistema.

Tem umas coisas que estão acontecendo no mundo e não estamos entendendo. Vejo com muita preocupação nosso futuro. Estamos até hoje amarrados, os americanos não abrem mão da gente, somos uma reserva estratégica deles. Não entendemos isso, alguns companheiros não entendem isso. Ficam brincando.

Como é que pode um cara ter uma motocicleta, trabalhar entregando pizzas e achar que é autônomo? A carteira profissional que tínhamos como garantida está indo para o espaço, vamos ter que inventar arrecadação de dinheiro para pagar as aposentadorias. Como manter esse povo trabalhando e sustentando, onde vamos arrumar dinheiro para isso? Não terá sem alguma contribuição.

Sessenta anos depois, eleito democraticamente Lula sofreu uma tentativa de golpe, inclusive organizado por militares. Mas você vê a conexão, enxergar que a direita brasileira sempre existiu, sempre teve direitista e continua tendo Bolsonaro. Você vê a conexão entre o golpe de 1964 e a tentativa de golpe de 2023. Tem diferença de momentos, mas é a mesma teoria. O que não tiveram dessa vez foi apoio. Conseguimos segurar um pouco, mas eles usaram os mesmos métodos de 1964.

O estudante não quer mais nem ler um livro. Estamos passando por uma fase muito difícil. O movimento sindical que ainda resta tem que entender que é preciso martelar no trabalhador que o sindicato é dele, a garantia que tem de trabalho, de horas trabalhadas... é tudo dele. Não estamos fazendo isso direito. Eu me revoltou, não acredito que estamos passando por isso. Estamos tentando com a mídia alternativa, porque essa imprensa que temos influencia o Brasil." •

José Ferreira da Silva, Frei Chico, foi metalúrgico, membro do Comando Central do antigo PCB

MORTOS E DESAPARECIDOS DO PCB – UMA HISTÓRIA SOCIAL DO MAL¹

MARLY VIANNA

Uma pequena introdução

A violência sempre foi uma característica da sociedade brasileira que, em sua história republicana, conviveu com inúmeros anos de anormalidade democrática, sem mencionar os anos anteriores à República, anos de escravidão, o que por si só demonstra a violência – naturalizada – da nossa sociedade. Na Primeira República (1889-1930), foram inúmeros os momentos de quebra da vida legal, sendo o mais simbólico exemplo o de Artur Bernardes, que governou todo seu mandato em estado de sítio. Também, por economia de espaço, só podemos lembrar levantes populares bestialmente reprimidos, como foi o caso emblemático de Canudos, mas também do Caldeirão, da Revolta da Chibata e da Rebelião do Contestado.

Depois de 1930, valendo-se das rebeliões tenentistas de 1922 e 1924, além da própria “revolução” de 1930 e do período “revolucionário” (X/1930-VII/1934), passando pela rebelião paulista de 1932, temos o estado de guerra, várias vezes prolongado, com a desculpa das rebeliões de novembro de 1935. Em 1936 a criação

do Tribunal de Segurança Nacional, que podia julgar crimes passados e de pensamento; o golpe de estado de novembro de 1937; a rebelião dita integralista², de maio de 1938.

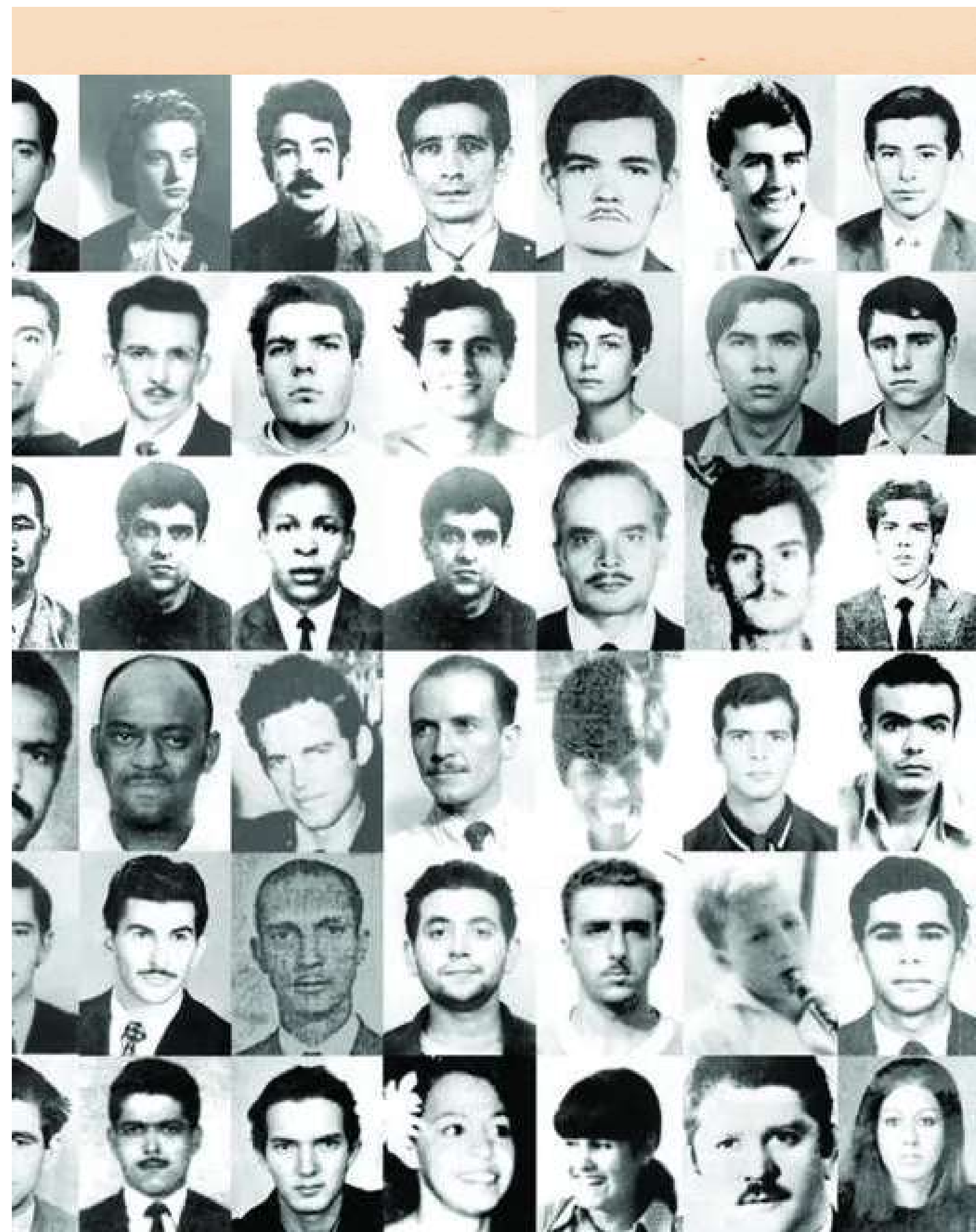
Depois da guerra: a plena adesão do Brasil à Guerra Fria, com a cassação da legenda do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e logo depois do mandato de seus parlamentares; o verdadeiro golpe udenista contra Getúlio Vargas, que levou ao suicídio do presidente, em agosto de 1954; a tentativa de golpe da União Democrática Nacional (UDN) para impedir a posse de Juscelino Kubitschek (JK), frustrada pelo marechal Henrique D. Teixeira Lott em novembro de 1955; nova tentativa de golpe, também da UDN, quando da renúncia de Jânio Quadros, em 1961 e, finalmente, o golpe civil militar, vitorioso em abril de 1964.

É importante lembrar que em todos estes movimentos os militares estiveram envolvidos – e isso sem falar na Revolta da Vacina e em várias outras rebeliões militares nos anos de 1920 e 1930.

¹Parafraseando Konrad Lorenz. A agressão, uma história natural do mal. Tradução de Maria Isabel Tamen. Lisboa: Moraes Ed., 1974.

²A chamada revolta integralista de 1938 foi, a meu ver, uma rebelião principalmente militar. Ver, VIANNA, Marly de A. G. “Rebeliões integralistas – 1938: março e maio”. In. BARBOSA, Jefferson R.; CUNHA, Paulo R.; GONÇALVES, Leandro P. e VIANNA, Marly de A.G. (orgs.) 2ª Ed. Militares e política no Brasil. São Paulo, Expressão Popular, 2018.





▲ Painel com rosto de alguns dos mortos e desaparecidos durante a ditadura militar no Brasil.
Foto: Reprodução/CEMDP

O golpe de 1964

Os anos do governo JK pareceram transcorrer com certa tranquilidade política, em que pesem Jacareacanga e Aragarças, revoltas de oficiais da Aeronáutica no início e no final de seu governo. A breve vitória da UDN, nas eleições de 1960, pareciam assegurar uma pausa nos intuitos golpistas da agremiação, mas a renúncia de Jânio em agosto de 1961 e a luta vitoriosa pela posse do vice, com a sempre decisão política conciliatória, no caso o parlamentarismo, fizeram com que a direita³ começasse a se organizar. Essa articulação ficou bastante evidente na participação de institutos financiados em parte pelos Estados Unidos, como o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) nas eleições de 1962. Em 1963 essas articulações ficaram mais evidentes, embora a esquerda contasse, fundamentalmente, como uma posição “geneticamente legalista” dos militares, através do famoso esquema militar de Jango.

A sociedade estava mobilizada. O movimento operário reivindicava e fortalecia-se com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o movimento camponês unificava-se com as Ligas Camponesas, o movimento estudantil ia às ruas e militava ativamente no Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), os católicos progressistas aceitavam o marxismo e defendiam a Teologia da Libertação. Embora isso não significasse, nem de longe, que se vivia uma situação pré-revolucionária, a mobilização, principalmente operária, assustou os donos do poder, para os quais qualquer conquista da classe operária parecia uma ameaça.

No comício de 13 de março de 1964, Jango assinou algumas das Reformas de Base que seu governo propunha, apoiado por toda a esquerda. Reformas tímidas, como a agrária, que dispunha de terras devolutas ao longo de 15 quilômetros de estradas federais. O tabelamento de aluguéis, também assinado na ocasião, inquietou muito as camadas médias urbanas, além da insatisfação destas camadas com as constantes greves e, em especial, com uma propaganda diária, que alertava a população contra uma iminente revolução “comuno-sindicalista”, que faria com que essas mesmas camadas perdessem suas propriedades, dividissem suas moradias com o povo pobre que tomaria o poder. Veio o golpe, a 1º de abril de 1964, que teve amplo apoio popular. Não só o povo saudou a “revolução” que traria logo de volta a ordem ao país, como os líderes políticos também esperavam que o golpe durasse pouco. A eleição do marechal Castelo Branco, no Congresso Nacional, só teve um voto contra, o de Tancredo Neves.

A principal organização da esquerda, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi apanhada desprevenida. E não foi apenas o susto e uma momentânea falta de diretivas políticas diante da nova situação (a maioria considerava que o golpe não duraria seis meses e os mais pessimistas falavam em dois anos). O partido rachou.

Começaram a surgir dissidências que discordavam do que consideravam uma linha pacifista do PCB, que passou a ser conhecido como “partidão” e tais dissidências foram se organizando e formando organizações mais fortes, que iriam se juntar ao já existente Partido Comunista do Brasil (PCdoB-1962): o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBr) e a Ação Libertadora Nacional (ALN), em especial. Os dirigentes destas três organizações tinham, todos eles, sido quadros da direção do PCB, desde os do PCdoB – que vinham da Conferência da Mantiqueira, em 1943, às dissidências pós-golpe.

Os governos militares foram se sucedendo, sempre em meio a boatos de seu fim, que muitos esperavam partir de algum general legalista, como Alvarado, no Peru. Castelo Branco decretou o Ato Institucional (AI) e este não tinha número, pois estava previsto para ser o único. Nesse primeiro governo militar (abril de 1964 a março de 1967), com o AI, que seria o primeiro, cerca de 1.200 militares foram excluídos das Forças Armadas e um número ainda maior de civis perdeu seus direitos políticos por dez anos. Destes, Luiz Carlos Prestes encabeçava a lista.

À medida que se sucediam os governos militares, ia aumentando a repressão. No governo Costa e Silva (março de 1967 a agosto de 1969, quando ele sofreu um AVC e foi substituído por uma Junta Militar), pareceu haver certo abrandamento da repressão, que permitiu, por exemplo, a Marcha dos Cem Mil, em junho de 1968. Mas foi em seu governo, por pressão da chamada “ala dura” do Exército, que passou a vigorar o famigerado AI-5, em dezembro de 1968. A Junta Militar que ocupou o governo de agosto a outubro de 1969 foi responsável não só pela execução feroz do AI-5 como da decretação da pena de morte, a 14 de setembro de 1969, depois do sequestro do embaixador norte-americano. A junta era composta pelo ministro da Marinha, almirante Augusto Rademaker; o ministro do Exército, general Aurélio de Lira Tavares e o brigadeiro Márcio de Souza Melo, ministro da Aeronáutica. Seguiu-se a ela, o general Emilio Garrastazu Médici (outubro de 1969 a março de 1974).

A sucessão de Médici levantou outra série de boatos: seu sucessor, o general Ernesto Geisel seria o general da abertura, “lenta, gradual e restrita”, conforme preconizava o teórico do governo, o general Golbery do Couto e Silva. Este havia pedido sua ida para a reserva do Exército, inconformado, em 1961, com a posse do vice-presidente João Goulart (Jango). Apesar de todas as esperanças, foi o governo Geisel o que mais matou militantes da esquerda, a começar pelo massacre da Guerrilha do Araguaia, em 1974, já no governo Geisel. Também foi no governo Geisel que se deu o Massacre da Lapa, que dizimou vários membros da direção do PCdoB, por delação de um “cão da ditadura”, Jover Telles. Foi também o governo Geisel que começou a dizimar o PCB.

³ Considero como direita todos aqueles que defendem o status quo: pobreza, desigualdade, baixíssimo salário mínimo, controle dos sindicatos etc. E como esquerda o amplo leque dos que propõem mudanças, das mais radicais às mais conciliatórias.

DESAPARECIDOS DO PCB



Orlando Bonfim



Walter Ribeiro



João Massena



José Montenegro de Lima



José Raman



David Capistrano



Nestor Veras



Jayme Miranda



Luiz Maranhão



Hiram de Lima Pereira



Itair José Veloso



Celio Guedes



Elson Costa

EXIGIMOS VERDADE E JUSTIÇA

DESAPARECIDOS POLÍTICOS NA GUERRILHA DO ARAGUAIA

Sul do Pará - 12 de abril de 1972 a 05 de janeiro de 1975

PCdoB - Partido Comunista do Brasil



Membro do Secretariado do Comitê Central, morto em combate, em 25.12.73



Membro do Secretariado do Comitê Central, assassinado em 16.12.76, na 'Chacina da Lapa', em São Paulo



Membro efetivo do Comitê Central, morto em combate em 25.12.73



Membro efetivo do Comitê Central, morto em combate



Morto em acidente no Rio Grande do Norte, em 26.07.90, quando em campanha eleitoral



Morreram lutando por Liberdade e Democracia!

Camponeses desaparecidos que participaram da Guerrilha

Antônio Alfredo de Campos - morto em 1973
Laurival Moura Paulino - morto em Xambioá - 1972
Luís Veira de Almeida - morto em 1974

Aluísio
Barbosa
Epaminondas
Frederico
Góes
Hermígio em
julgamento
Levi - Sepultado em Xambioá
Luísão
Padrão
Pedro Carneiro
Quincas (morto)
Rafael
Sabonete
Sardoval
Zequinha (morto)

Os mortos e desaparecidos do PCB

Em 1971, sendo quase certo que Prestes tinha sido localizado pela repressão, o secretário-geral do PCB foi mandado para Moscou. Embora esta informação não tenha sido confirmada, parece verdadeira, depois da descoberta de outro “cão da ditadura”, o agente Carlos, Aداuto Alves dos Santos, que não só viajava com o líder comunista como havia estado no sítio onde se escondia Cavaleiro da Esperança. Mesmo para o governo militar, seria um constrangimento prender Prestes e, por várias vias, chegaram aos ouvidos do partido que a reação sabia onde Prestes estava morando.

Em julho de 1972, Célio Augusto Guedes, Celito, como era conhecido, teve a incumbência de ir buscar, numa pequena cidade do Uruguai, fronteira com o Rio Grande do Sul, o médico Fued Saad, da direção do PCB, que voltava, creio que, da Tchecoslováquia. Na véspera da viagem, Celito, que era muito meu amigo, foi à minha casa e estava bem preocupado: “Acho que dessa eu não volto”, comentou. Saad estava numa pequena cidade do Uruguai e enviara telegramas para a casa da irmã de Celito, dizendo que o congresso de medicina, que teria ocorrido na pequena cidade onde estava, havia terminado e esperava carona para voltar ao Brasil.

Os dois foram presos e Celito, assassinado. Diz-se que Saad escapou por uma crise de diabetes e que Celito foi assassinado ao ser confrontado com o “agente Carlos”, contra quem teria investido. A polícia lançou a versão – que usaria muitas vezes – de que Célio havia se suicidado, atirando-se pela janela, mas sua irmã, Dagmar, médica, que recebeu o corpo diz que não havia nenhum vestígio de queda. O fato é que logo a seguir, Aداuto apareceu na TV dizendo-se comunista arrependido e desapareceu no mundo. A direção do PCB considerava que a repressão estava empenhada em liquidar as organizações que empunharam armas, PCdoB, ALN, PCB e outras menores, e que como o partidão optara pela luta política “pacífica”, seria poupado. Ledo engano. Como mostra Marcelo Godoy, em seu notável livro *A casa da vovó*⁴, a ordem era para matar todos os membros da direção do PCB e aqueles que lhe estivessem próximos, por ser o partido com maior organização e com importantes ligações internacionais.

No dia 21 de março de 1974, José Salles foi buscar Hércules Corrêa dos Reis, Orestes Timbaúba e Givaldo Pereira de Siqueira, na Praça da Bandeira, no Vale do Anhangabaú. Dali, todos, que eram membros do comitê central (CC) do PCB, iriam encontrar Giocondo Dias, que estava respondendo pela secretaria-geral do partido desde que Prestes viajara para Moscou. No local do encontro, estavam, além de Givaldo, Hércules e Timbaúba, João Massena, Elcio Costa, Itair José Velozo, Luiz Maranhão, Marco Antônio Coelho, Jaime Miranda e Sebastiãozinho – com exceção de Sebastiãozinho, de quem não sei o nome verdadeiro, todos eram do comitê central e a maioria era da comissão executiva e do secretariado do partido. Givaldo e Sebastiãozinho tinham vindo da casa de José Romão, um camarada que dirigia carros para a direção do partido e que tinha ido buscar David Capistrano, membro do CC que voltava de Praga e o esperava no Rio Grande do Sul. Como não tínhamos notícias deles e Givaldo achava que poderiam estar retidos pelas fortes chuvas que caíam no Sul, resolveu ir à casa de José Romão à procura de alguma novidade. Givaldo ficou esperando numa esquina enquanto Sebastiãozinho foi à casa. Nenhuma notícia.

4 GODOY, Marcelo, *A casa da vovó*, uma biografia do DOI-Codi(1969-1991) centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2014.

Naquele 21 de março de 1974, Salles chegou à Praça da Bandeira, parou para que Timbaúba, Hércules Corrêa e Givaldo entrassem na “variante” que dirigia e foram ao encontro de Giocondo Dias. Saíram da Praça da Bandeira e seguiram pela rua 23 de Maio. Lá pelas tantas, Givaldo percebeu que estavam sendo seguidos por dois “fuscas” e Salles, para verificar se estavam mesmo sendo seguidos, avançou rápido e entrou numa pequena rua. Um “fusquinha” entrou atrás deles – o outro se perdeu no trânsito – e continuou a segui-los. Salles entrou por uma curva e parou o carro. O fusca que os seguia, com um casal jovem dentro, parou um pouco à frente e então Salles arrancou. Nesse momento, o rapaz do fusca, que tinha saído do carro para fingir que estava vendo o pneu, abaixou-se quando Salles passou.

Foi deixando o pessoal pela cidade e voltou para casa. Parecia evidente que os que seguiam o carro não o faziam para prender ninguém, pois um casalzinho não sai para prender quatro “perigosos comunistas” e que a finalidade era a de localizar as pessoas. Como viram que foram percebidos, iriam logo prender aqueles que já tinham sido localizados. Parece ter sido o que ocorreu, pois logo no início de abril foram presos e assassinados João Massena, Luiz Maranhão, Elson Costa e Itair José Veloso. Também de José Romão e de David Capistrano não se teve mais notícias. Geisel iniciava seu governo massacrando os comunistas, agora os do PCB. Também desapareceram Hiran Lima Pereira, José Raimundo da Costa e Nestor Veras.

No início de 1975, em janeiro, foi preso e também assassinado e desaparecido Jaime Amorim Miranda. Em outubro, o mesmo aconteceu com Orlando Bonfim Júnior, que era o responsável pelo jornal do partido, *A Voz Operária*, e com ele também o jovem José Montenegro de Lima, o Liminha, ligado à Seção Juvenil do partido. Jaime e Bonfim eram membros da comissão executiva do partido. Segundo depoimentos, cínicos depoimentos de figuras da repressão, foram todos mortos sob torturas e seus corpos, na maioria, carbonizados. Marco Antônio Coelho, também da direção do partido, teve a “sorte” de, ao ser preso, ter inúmeras testemunhas, de gritar seu nome de ex-parlamentar e conseguir, por isso, sobreviver, apesar das bárbaras torturas que sofreu.



▲ José Genoíno Neto nasceu em 1946, no povoado do Encantado, no Ceará. Foi presidente do DCE da Universidade Federal do Ceará, em 1968, participando das manifestações estudantis da época. Após o AI-5, entrou na clandestinidade. Participou da guerrilha do Araguaia. Foi preso em abril de 1972, foi torturado e condenado a 5 anos de pena. Participou da fundação do PT e foi eleito deputado federal em 1982 e deputado constituinte em 1986. Foi deputado federal por seis legislaturas e candidato a governador de SP em 2002. Assumiu a presidência do PT de 2003 a 2005. Como socialista, hoje exerce militância política no PT, priorizando o trabalho de base e se articulando com outras forças políticas de esquerda. Na primeira imagem acima, José Genoíno quando foi preso no Araguaia. Crédito: Reprodução. Na segunda imagem, foto atual de José Genoíno com Luiza Erundina. Crédito: Paulo Pinto/Agência Brasil.

Dói-me muito escrever sobre o assunto. Eram todos camaradas e alguns, como Bonfim e Liminha, muito amigos, como o foi também Mário Alves, nessa época do PCB. Uma verdadeira história do mal. Diz Konrad Lorenz, no livro já citado, que as únicas espécies capazes de torturar seus semelhantes são o homem e o rato.

Fiquemos então com outra capacidade da espécie humana: a bondade, a solidariedade, a abnegação, a capacidade de doar-se a um ideal e sacrificar suas vidas para que outras vivam melhor, por um mundo de igualdade e solidariedade.

Todos os presos, torturados, assassinados e desaparecidos de todas as organizações que lutaram por um mundo melhor fazem-me lembrar a resposta de Prometeu acorrentado que explicava o porquê, para ajudar os homens, submetera-se ao suplício: “Dei-lhes uma infinita esperança no futuro”!

Célio Augusto Guedes, José Romão, David Capistrano, Luiz Maranhão, João Massena de Melo, Elson Costa, Itair José Veloso, Hiran Lima Pereira, José Raimundo da Costa, Nestor Veras, Jayme Miranda, Orlando Bonfim Jr., José Montenegro de Lima, Vladimir Herzog, Manuel Fiel Filho.

PRESENTE!

LUIZ CARLOS PRESTES: O INIMIGO NÚMERO 1 DA DITADURA

MARLY VIANNA

Luiz Carlos Prestes (1898-1990) foi o primeiro nome da lista dos cassados pelo primeiro Ato Institucional de abril de 1964, e não por acaso. Para a direita golpista – e em todos os tempos –, o comunismo sempre foi o principal inimigo, e o anticomunismo o pretexto, sempre inventado, para todos os golpes ocorridos no país. Em 1964, Prestes era o maior representante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a maior organização da esquerda na época, seu secretário geral desde 1943, conhecido nacional e internacionalmente.

Além do mais, Prestes opunha-se ao governo desde 1922, quando apoiou o Levante do Forte de Copacabana¹ embora não tenha participado por estar acamado com tifo. Transferido para o Sul, por suas simpatias pelo levante, Prestes não parou de conspirar, não só apoiando o segundo levante de 5 de julho de 1924, em São Paulo, como participando ativamente.

Chefiou a coluna que subiu do Rio Grande do Sul para encontrar-se com a paulista, que descia em Foz do Iguaçu e formou a famosa Coluna Miguel Costa-Prestes.

Miguel Costa era o comandante da coluna e Prestes, chefe de seu Estado Maior, seus feitos militares fizeram com que a coluna se perpetuasse com seu nome, dali ficou conhecido como o Cavaleiro da Esperança.

No início de 1927, com a coluna já internada na Bolívia, Prestes continuou no país até conseguir colocar o último soldado que estivera sob seu comando e seguiu para Buenos Aires, onde continuou a conspirar. Em breve os tenentes passaram a apoiar a candidatura de Getúlio Vargas e Prestes negou-se a acompanhá-los. Em Buenos Aires, toma conhecimento dos comunistas e da existência da III Internacional, simpatizou-se dos ideais comunistas desde que fora apresentado às leituras indicadas por Astrojildo Pereira, ainda na Bolívia. Em maio de 1930, Prestes lançou um manifesto que deixava clara sua adesão ao comunismo. Em outubro de 1931 seguiu para Moscou, onde trabalhou como engenheiro, sua profissão de formação.

Já como membro do Partido Comunista desde agosto de 1934, em abril de 1935 retornou ao Brasil com o firme propósito



▲ O líder comunista brasileiro Luiz Carlos Prestes, em julgamento pelo Tribunal de Segurança, 1937. Foto: Wikimedia Commons

1 A Revolta dos 18 do Forte de Copacabana ocorreu em 2 de julho de 1922, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Considerada a primeira revolta do movimento tenentista, ainda no contexto da República Velha.

ATOS DO COMANDO SUPREMO DA REVOLUÇÃO

O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do art. 10 do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, suspender, pelo prazo de dez anos, os direitos políticos dos seguintes cidadãos:

- | | |
|--|--|
| 1 — Luiz Carlos Prestes | 47 — Luiz Hugo Guimarães |
| 2 — João Belchior Marques Goulart | 48 — Luiz Viegas da Mota Lima |
| 3 — Jânio da Silva Quadros | 49 — Severino Schnaipp |
| 4 — Miguel Arrais de Alencar | 50 — Meçando Rachid |
| 5 — Darci Ribeiro | 51 — Newton Oliveira |
| 6 — Raul Riff | 52 — Demistóclides Baptista |
| 7 — Waldir Pires | 53 — Roberto Morena |
| 8 — Gen R/1 Luiz Gonzaga de Oliveira Leite | 54 — Benedicto Cerqueira |
| 9 — Gen R/1 Sampson da Nóbrega Sampaio | 55 — Humberto Melo Bastos |
| 10 — Leonel de Moura Brizola | 56 — Hermes Caires de Brito |
| 11 — Clodsmith Riani | 57 — Aluísio Palhano Pedreira Ferreira |
| 12 — Clodomir Moraes | 58 — Salvador Romano Lessaco |
| 13 — Hércules Corrêa dos Reis | 59 — Olympio Fernandes de Mello |
| 14 — Dante Pelacani | 60 — Waldir Gomes dos Santos |
| 15 — Oswaldo Pacheco da Silva | 61 — Amauri Silva |
| 16 — Samuel Wainer | 62 — Almino Monteiro Alvares Afonso |
| 17 — Santos Vahlis | 63 — José Guimarães Neiva Morcira |
| 18 — Lincoln Cordeiro Oest | 64 — Clóvis Ferro Costa |
| 19 — Héber Maranhão | 65 — Sílvio Leopoldo de Macambira Braga |
| 20 — José Campelo Filho | 66 — Adahil Barreto Cavalcante |
| 21 — Desembargador Osni Duarte Pereira | 67 — Abelardo de Araújo Jurema |
| 22 — Ministro José de Aguiar Dias | 68 — Arthur Lima Cavalcante |
| 23 — Francisco Mangabeira | 69 — Francisco Julião |
| 24 — Jesus Soares Pereira | 70 — José Lamartine Távora |
| 25 — Hugo Régis dos Reis | 71 — Murilo Costa Rêgo |
| 26 — Jairo José Farias | 72 — Pelópidas Silveira |
| 27 — José Jofily | 73 — Barros Barreto |
| 28 — Celso Furtado | 74 — Waldemar Alves |
| 29 — Marechal R/1 Osmino Ferreira Alves | 75 — Henrique Cordeiro Oest |
| 30 — Josué de Castro | 76 — Fernando de Sant'Ana |
| 31 — João Pinheiro Neto | 77 — Hélio Vitor Ramos |
| 32 — Antônio Garcia Filho | 78 — João Dória |
| 33 — Lialma Maranhão | 79 — Mário Soares Lima |
| 34 — Humberto Menezes Pinheiro | 80 — Ramon de Oliveira Netto |
| 35 — Ubaldino Santos | 81 — Luiz Fernando Bocayuva Cunha |
| 36 — Raphael Martinelli | 82 — Luiz Gonzaga de Paiva Muniz |
| 37 — Raimundo Castelo de Souza | 83 — Adão Pereira Nunes |
| 38 — Rubens Pinho Teixeira | 84 — Eloy Ângelo Coutinho Dutra |
| 39 — Felipe Ramos Rodrigues | 85 — Marco Antônio |
| 40 — Álvaro Ventura | 86 — Max da Costa Santos |
| 41 — Antônio Pereira Netto | 87 — Roland Cavalcante Albuquerque Corbisier |
| 42 — João Batista Gomes | 88 — Sérgio Nunes de Magalhães Júnior |
| 43 — Ademar Latrilha | 89 — José Aparecido de Oliveira |
| 44 — Feliciano Honorato Wanderley | 90 — Plínio Soares de Arruda Sampaio |
| 45 — Othon Canedo Lopes | 91 — José Antônio Rogé Ferreira |
| 46 — Paulo de Santana | 92 — Rubens Paiva |
| | 93 — Paulo de Tarso Santos |
| | 94 — Moysés Lupion |
| | 95 — Milton Garcia Dutra |
| | 96 — Ney Ortiz Borges |
| | 97 — Paulo Mincaroni |
| | 98 — Armando Temperani Pereira |
| | 99 — Gilberto Mestrinho de Medeiros Rapôso |
| | 100 — José Anselmo dos Santos |

Rio de Janeiro, GB, 10 de abril de 1964.

ARTHUR DA COSTA E SILVA — General-de-Exército
 AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRUNWALD — Vice-Almirante
 FRANCISCO DE ASSIS CORREIA DE MELLO — Tenente-Brigadeiro
 D. O. nº 68, de 10 Abr 64 — fls. 3217.

ATOS DO COMANDO SUPREMO DA REVOLUÇÃO
 ATO Nº 2 — CASSA MANDATOS LEGISLATIVOS

O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do art. 10 do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, cassar os mandatos dos seguintes membros do Congresso Nacional:

- | | |
|------------------------------------|----------------|
| 1 — Amauri Silva | PTB — Paraná |
| 2 — Almino Monteiro Alvares Afonso | PTB — Amazonas |

▼ Lista de nomes do Ato Institucional n. 1, com 100 nomes de pessoas cassadas. Luis Carlos Prestes é o primeiro nome da lista.
 Crédito: Arquivo Nacional. Código: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_74101293_d0001de0001

fundamentos

NO III * Nº 11 * JANEIRO 1951

LIBERTAÇÃO NACIONAL

☆
SOBRE ALGUMAS QUESTÕES DE LINGUÍSTICA

J. STALIN

☆
A VIDA HERÓICA DE LUÍS CARLOS PRESTES

JACOB GORENDER

☆
A ESTÉTICA À LUZ DO MARXISMO

RODOLFO GHIOLDI

ESCREVEM NESTE NÚMERO:

AFONSO SCHMIDT, ANTONIETA
OLAS DE MORAIS, ISAAC AKCEL-
LUD, MOACIR WERNECK DE
CASTRO, RIVADAVIA MENDON-
ÇA, WOLNEY RABELO, JORGE
MEDAUAR.

☆
EDITORIAL DA «REVISTA DO
CLUBE MILITAR» — CAIÇARA
— DODECAFONISMO.

PREÇO: CR\$ 4,00

REVISTA DE CULTURA MODERNA

FUNDADOR
MONTEIRO LOBATO



de conduzir uma revolução – nacionalista e democrática –, convencido de que o país estava maduro para iniciar um processo revolucionário. Eleito presidente de Honra da Aliança Nacional Libertadora (a maior frente democrática e antifascista que o país conheceu), em março de 1935, Prestes começou a pensar na organização da revolução. Equivocadamente convencido que ela se iniciara no Nordeste, em novembro daquele ano, Prestes deu as ordens para o levante no Rio de Janeiro. O levante foi rapidamente derrotado e, a partir daí, o anticomunismo tornou-se o fio condutor de todos os avanços da direita no país.

Em fevereiro de 1936, Prestes e sua companheira Olga Benário foram presos, e o Cavaleiro da Esperança ficou por quase dez anos isolado numa cela, tendo ao lado seu camarada Harry Berguer. Enlouquecido pelas torturas que sofreu, soube que sua companheira grávida foi entregue à Gestapo. Olga, além de militante comunista, era judia.

Em abril de 1945, com a anistia política propiciada pela evidente derrota dos nazistas, com o final próximo da guerra e nos estertores do Estado Novo, Prestes foi finalmente libertado e eleito senador da República nas eleições de novembro daquele ano, com a maior votação já recebida por alguém até então. A bancada comunista eleita para a Constituinte teve importante papel, mas o início da Guerra Fria e o governo de direita do general Eurico Dutra acabaram por impedir a atuação dos comunistas, cujo partido foi colocado na ilegalidade (maio de 1947), tendo em seguida cassados os mandatos de seus parlamentares (janeiro de 1948).

Prestes foi outra vez para a ilegalidade, abrandada em 1958. Participou ativamente do V e do VI Congressos do PCB (1960 e 1967, respectivamente), viveu a dura clandestinidade depois do golpe de 1964 e seguiu para Moscou em 1971.

Principalmente depois do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e do governo Ernesto Geisel, com a prisão, tortura e assassinato de boa parte do comitê central, o partido foi reconstituído com sua direção exilada em Moscou, em janeiro de 1976. Seguiram-se, no exterior, reuniões da direção na Bulgária, na Hungria e em Praga, esta em janeiro de 1979.

Na ocasião, a maioria do comitê central já se opunha politicamente a Prestes, e iniciou-se o rompimento com o partido. Em março de 1980, sua Carta aos Comunistas rompeu de vez suas relações com a maioria do comitê central, que acabou por transformar o PCB no PPS e depois no atual Cidadania.

A vida de Prestes, uma figura profundamente humana, foi a de um homem que dedicou toda a sua vida ao ideal que abraçou – o comunismo. Dirigiu o PCB por 37 anos e teve a coragem, política e moral de rever posições políticas, já passado dos 80 anos. Lutou por um mundo melhor até sua morte, em março de 1990 e foi, para uma imensidão de brasileiros, o Cavaleiro da Esperança. •

Marly Vianna é professora de História aposentada da Universidade Federal de São Carlos.

RECORDAR É VIVER

TERMO DE DEPOIMENTO

LUIZ EDUARDO GREENHALG

Aos 31 de março de 2024, por solicitação do Diretor de Comunicação da **Fundação Perseu Abramo, Alberto Cantalice**, e para fazer constar o presente depoimento na edição impressa especial da **Revista Teoria e Debate** sobre o golpe militar de 64, comparece LUIZ EDUARDO GREENHALGH, brasileiro, casado, advogado, com escritório à Praça Dom José Gaspar, 134, 20º andar, Consolação, na Capital de São Paulo, para prestar as seguintes declarações na qualidade de testemunha ocular dos fatos.

Em seguida, o declarante foi alertado do compromisso de dizer a verdade e inquirido, **RESPONDEU:**

INDAGADO sobre onde estava e o que fazia no dia 31 de março de 1964, respondeu: QUE, lembra-se que morava no Tremembé, bairro da zona norte da Capital; QUE, naquele dia seu pai chegou em casa mais cedo, tendo adquirido um rádio “transglobe” que captava ondas curtas e passou a sintonizar a BBC de Londres; QUE, ao final do noticiário, o pai

do declarante afirmou: “Isso é coisa dos americanos”.

INDAGADO sobre a idade do declarante e o que fazia nessa época, respondeu: QUE, tinha dezesseis anos e estava no curso colegial;

INDAGADO quando ingressou na Faculdade de Direito e qual foi a sua militância acadêmica respondeu: QUE, o declarante ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da USP, em 1969, logo após a edição do Ato Institucional nº 5; QUE o movimento estudantil estava sendo alvo de grande repressão policial-militar-política, com suas entidades fechadas ou na clandestinidade, todos vítimas do Decreto Lei 477, que puniu milhares de estudantes e professores com muitas prisões, torturas e assassinatos; QUE, mesmo havendo esse clima de repressão os estudantes enfrentavam a ditadura militar de múltiplas formas;

INDAGADO como é que o declarante acabou por se tornar advogado de presos políticos, respondeu: QUE, em 1970 o declarante foi eleito representante discente no Conselho Universitário da USP e nessa condição veio a conhecer o advogado Idibal Piveta, que além de defensor de presos políticos era autor teatral conhecido como Cesar Vieira; que o declarante o ajudou a obter a autorização para encenar a peça “Evangelho segundo Zebedeu” dirigida por Silnei Siqueira, nos espaços da USP, especialmente no terreno do Centro Acadêmico XI de Agosto, no Ibirapuera; ocorreu que Idibal Piveta em meados de 1973 foi preso pelo DOI-Codi – II Ex.; QUE, o declarante então colocou-se à disposição do advogado Airton Soares, sócio de Idibal, para prestar solidariedade ao mesmo;

INDAGADO sobre que tipo de solidariedade foi prestada nessa ocasião respondeu: QUE, a pedido de Airton Soares, o declarante passou a visitar os

presos políticos clientes do escritório e a acompanhar a tramitação de alguns processos perante a Auditoria Militar da 2ª CJM, na Av. Brigadeiro Luiz Antonio;

INDAGADO como isso foi possível respondeu: QUE, o declarante era estagiário no escritório de advocacia de seu pai; QUE, explicou a ele a situação de Idibal e pediu licença do trabalho para desempenhar as tarefas dadas pelo advogado Airton Soares, a fim de possibilitar ao mesmo dedicação integral na soltura do colega preso;

INDAGADO se o declarante tinha conhecimento da Lei de Segurança Nacional (LSN), respondeu: QUE, de fato o declarante, até então, nunca tinha lido a LSN; nunca tinha entrado numa Auditoria Militar; nunca tinha ido a um presídio político e não sabia, nem mesmo onde eram as dependências do DOI-Codi II Ex.; QUE, o declarante pode afirmar que as circunstâncias da prisão de Idibal e o contato com os presos políticos acabaram

por mudar o rumo de sua vida pessoal e profissional;

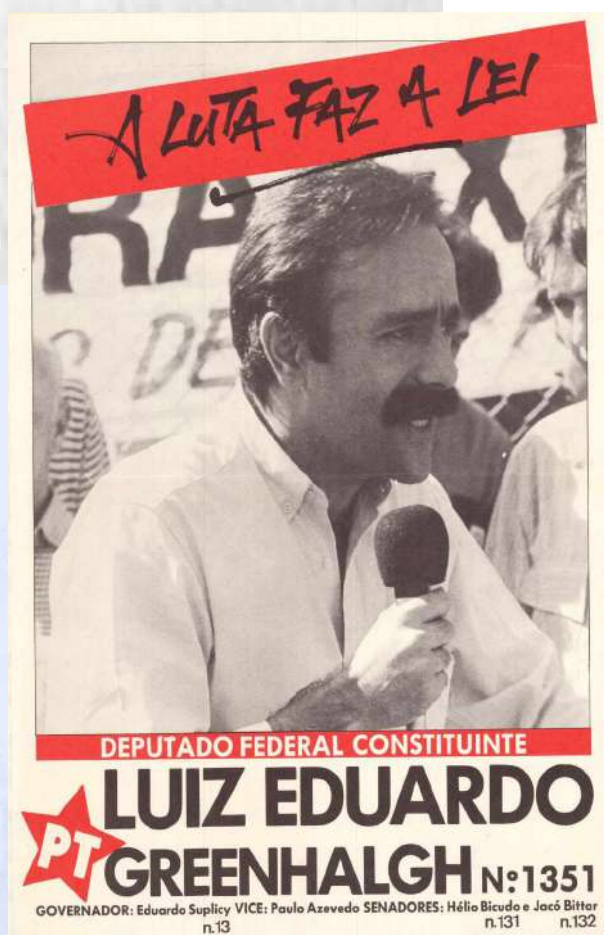
INDAGADO quanto tempo ficou preso o advogado Idibal Piveta, respondeu: QUE, o advogado foi solto após dois meses de prisão e foi processado na Lei de Segurança Nacional, tendo sido, ao final, absolvido; QUE, depois de solto o declarante indagou a ele e ao Airton se o admitiam no escritório, tendo recebido resposta positiva; QUE, o declarante então pediu demissão do escritório onde trabalhava, tendo seu pai ficado muito contrariado, por anos, com essa decisão;

INDAGADO sobre o que aprendeu na defesa dos presos políticos respondeu: QUE, considera que tudo o que aprendeu nesses anos todos se deveu, primordialmente, à convivência com os presos políticos e seus familiares e com os poucos colegas de advocacia que atuavam neste segmento, naquela época, no Brasil; QUE, o declarante registra esse fato com

muito orgulho e reitera que essas circunstâncias o fizeram a lutar pela Anistia, como dirigente do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), a lutar pela solidariedade aos povos e perseguidos políticos da América Latina, quer no Clamor quer no Comitê Brasileiro de Solidariedade (CBS), bem como a defender os direitos humanos na Comissão Arquidiocesana dos Direitos Humanos e Marginalizados, no Centro Santo Dias contra a violência policial e, quando, no parlamento, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; QUE, o declarante tem orgulho, também, de ter participado do projeto Brasil Nunca Mais (BNM) onde foram analisados todos os processos que tramitaram na ditadura, no âmbito da Justiça Militar, com base na LSN, que forma, na sua opinião, o maior libelo contra a tortura e seus métodos e contra os torturadores do regime militar, posto que baseados em processos judiciais e oficiais;

INDAGADO se o declarante considera ainda haver tutela militar no Brasil respondeu: QUE sim, mesmo quando atravessamos períodos democráticos como o atual; QUE, o declarante lembra que desde o Brasil Colônia passando pelo período Monárquico e o Republicano, os traços gerais dessa tutela militar sempre foram mantidos tendo o Exército como força regular e principal e com as polícias estaduais, como suas auxiliares; QUE, mesmo nesses períodos ditos democráticos em que o Exército deveria se voltar para a defesa externa, ele nunca deixou de se intrometer nas questões de política interna; QUE, desde a Proclamação da República até hoje essa interferência é intensa, sendo quase que exclusiva quando da ditadura militar de 64;

INDAGADO se o declarante pode esclarecer, com fatos, o que acaba de afirmar, respondeu: QUE, efetivado o golpe de 1964, a ditadura tratou de rapidamente editar **Atos Institucionais e Complementares** os quais se sobrepuseram à Constituição Federal vigente; QUE, o **Ato Institucional nº 1** criou, praticamente, a estrutura do regime militar de 64, com a deposição do governo anterior, revogando, na prática, a Constituição vigente e estabelecendo prazos e formas para a eleição do Presidente da República pelo Congresso tutelado e estabeleceu procedimentos de cassação dos direitos políticos dos seus opositores; QUE, em pouco mais de 60 dias de sua vigência, o AI-1 cassou e suspendeu direitos políticos de mais de 400 pessoas; sendo três ex-presidentes da República (JK, JQ e JG); 6 governadores; 2 senadores; cerca de 70 deputados federais; dezenas de estaduais e centenas de vereadores. No âmbito militar foram reformados compulsoriamente mais de 100 oficiais das três armas. Mais de 10 mil funcionários públicos foram demitidos e foram abertas 5 mil investigações que atingiram quase 40 mil pessoas. Tudo isso em dois meses. Tudo isso no primeiro Ato Institucional. Tudo isso com a cobertura prestativa, submissa e vassala do Congresso Nacional. Não deu um mês de governo e o ditador General Castelo Branco, criou a famosa e temida Comissão Geral de Investigações (CGI) para dirigir os procedimentos persecutórios instaurados e o Serviço Nacional de Informações (SNI), célula base do nascimento do sofisticado sistema de repressão policial-militar-política que viria a vitimar, nos próximos 21 anos, o povo brasileiro; QUE, os Atos Institucionais foram se sucedendo. Prorrogação de mandatos. Mudanças na Justiça Eleitoral para facilitar impugnações a candidatos opositores. Permissão para o general de plantão cassar mandatos eletivos; suspender direitos políticos; demitir, aposentar, reformar ou passar para a reserva funcionários civis ou militares; fazer o mesmo com magistrados; baixar Atos Complementares e Decretos-Lei sobre Segurança Nacional; decretar o estado de sítio e o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado; extinguir os partidos existentes e criar o bipartidarismo; ampliar de 11 para 16 o número de Ministros do STF, para assegurar maioria, etc, etc, etc. Apesar de tudo, nesse período, a oposição aumentava e já havia manifestações de resistência armada. Foi então que, usando como pretexto o discurso do deputado federal **Marcio Moreira Alves** em que pedia boicote às manifestações do 7 de setembro daquele ano, no 13 de dezembro de 1968, uma sexta-feira, a ditadura decretasse o **Ato Institucional nº 5 (AI-5)**;



▲ Cartaz da campanha para deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT). São Paulo, 1988. Acervo: CSBH/FPA.

"É preciso restaurar a Verdade, a Memória e a Justiça do período ditatorial de que fomos vítimas, todos. Para que nunca mais aconteça. E preciso dar satisfações verdadeiras e imediatas aos familiares de presos, mortos e desaparecidos políticos, que continuam, 60 anos depois, sob a condição de "viúvas do quem sabe e do talvez"; e seus "filhos de pais vivos ou mortos, órfãos do quem sabe e do talvez" como disse, em junho de 1977, o então deputado Alencar Furtado."

INDAGADO sobre o que se recorda do teor do AI-5, o declarante respondeu: QUE, o Congresso Nacional foi ocupado militarmente. De noite, naquele dia, foi lido, em cadeia nacional, pelo então Ministro da Justiça, Gama e Silva, o texto integral do famigerado Ato; QUE, o declarante se recorda de que, por ele, o Presidente da República podia decretar o recesso do Congresso Nacional e de todas as casas legislativas, estaduais e municipais, por tempo indeterminado; decretar o estado de sítio; decretar intervenção nos estados e municípios; no interesse de preservar a ditadura, o Conselho de Segurança Nacional podia suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos em todos os níveis; QUE, o AI-5 suspendia, também, as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos funcionários públicos de todos os níveis; QUE, o Presidente da República podia decretar o estado de sítio e prorrogá-lo. QUE, entretanto, o principal fator repressivo do AI-5 foi a suspensão de todas as garantias do Habeas-Corpus no caso de crimes políticos contra a Segurança Nacional, a Ordem Econômica Social e a economia popular. E, por fim, (pasmem-se) eram excluídos de qualquer apreciação judicial todo e qualquer ato praticado de acordo com o AI-5 e seus atos complementares, bem como assim os seus respectivos efeitos; QUE, o declarante considera o AI-5 o mais repressivo de todos os Atos Institucionais. Ele deu o sinal verde à generalização institucional das perseguições políticas, das torturas aos presos políticos, dos assassinatos de presos e opositores políticos e ao surgimento dos desaparecimentos políticos. Era o golpe dentro do golpe. O AI-5 vigorou por longos e tenebrosos dez anos e representou o auge da repressão em todos os níveis.

INDAGADO de como o AI-5 repercutiu na Justiça Militar respondeu: QUE, logo depois da edição do AI-5 foram mudadas a Lei de Segurança Nacional, aumentados os prazos de incomunicabilidade dos presos e o advento da prisão perpétua e da pena de morte com base no DL-898/69; sob a égide dessa Lei quase 4 mil pessoas foram processadas e julgadas entre 1969 e 1978;

INDAGADO ao declarante sobre outros exemplos, além da edição dos Atos Institucionais que mencionou, que possam corroborar a tese da tutela militar respondeu: QUE, pode citar o chamado Pacote de Abril (13 de abril de 77), com novo fechamento do Congresso, com regras restritivas de propaganda eleitoral dos candidatos, com surgimento dos senadores biônicos que não eram eleitos por voto direto mas, simplesmente, indicados pelo Presidente da República cujos poderes foram ampliados sempre com objetivo de a ditadura manter maioria parlamentar; Além disso, a derrota do projeto da Anistia, ampla, geral e irrestrita dos CBAs, ainda que por pequena margem, em 28 de agosto de 1979, a lei aprovada (Lei 6.683/79) foi feita pelo regime militar de modo a garantir uma auto-Anistia a seus próprios agentes, diante de um regime que começava a desmoronar; QUE, o declarante considera épica a luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita no Brasil; QUE, foi o primeiro grande movimento de massas a enfrentar diretamente o regime militar, tendo se espalhado para o Brasil inteiro, tendo despertado a consciência da população contra a tortura, tirado do isolamento os presos políticos e seus familiares, recepcionando com festas os exilados e que voltavam e aberto as portas de todos os cárceres políticos brasileiros. O declarante considera a luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita uma vitória popular. Mas, reconhece que a derrota parlamentar para o projeto da ditadura, permitiu essa auto-Anistia, dadas aos torturadores como "crimes conexos" sem que os mesmos tenham sido processados, julgados e condenados; sendo que o Supremo Tribunal Federal (STF) até hoje, infelizmente, não permitiu a punição de nenhum agente da ditadura de seus torturadores e assassinos, o que mostra, ao ver do declarante, mais um exemplo da tutela militar existente;

INDAGADO se o declarante considera a transição feita do regime militar de 1964 para a democracia, a partir de 1985, respondeu: QUE não considera democrática a transição feita nesses termos, apesar da vontade de milhões de brasileiros expressa nas manifestações pelas Diretas-Já, o regime militar manteve a tutela do povo, recusando eleições diretas e reafirmando o Colégio Eleitoral e mesmo tendo a chapa Tancredo Neves/José Sarney sido vitoriosa, a tutela militar foi mantida. Com a morte de Tancredo e assunção de Sarney, outorgou-se poderes constituintes ao Congresso Nacional eleito em 1986, que produziu a atual Constituição outorgada em outubro 1988. QUE, o declarante se recorda que pelo fato de não ter sido uma Assembleia Nacional Constituinte soberana, o PT votou contra ela embora a tenha assinado. QUE, o declarante aproveita essa ocasião para lembrar que um dos motivos pelos quais o PT disse não à Constituição de 88, foi exatamente, o que se refere à tutela militar. Isso se comprova, pelo Boletim feito na ocasião, pela nossa Bancada de deputados federais constituintes onde se afirma: “O PT não poderia aprovar uma Constituição que reconhece às Forças Armadas o direito e o poder de intervir na vida política para garantir a lei e a ordem. Desse modo qualquer gesto de oposição política ao governo ou ao regime pode ser reprimido pelos militares”. QUE, o declarante considera que o artigo 142 da Constituição Federal que serve aos militares a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) deve ser alvo de uma luta para a sua revogação já que o mesmo é quem propicia as constantes e permanentes intervenções internas dos militares no âmbito dos poderes da República; QUE, indagado ao declarante se pode exemplificar essas “constantes e permanentes intervenções internas dos militares” respondeu: QUE, pode citar alguns exemplos, como a repressão e os assassinatos na Companhia Siderúrgica Nacional, pouco mais de um mês da promulgação da CF/88, onde durante uma greve com ocupação na fábrica, um batalhão do Exército solicitado pela direção da CFN e autorizado pelo presidente Sarney, invadiu a fábrica, matando três operários e ferindo cinquenta outros;

Em maio de 1985, outro exemplo: durante uma greve dos trabalhadores da Petrobrás organizada pelo FUP o governo FHC, com base no artigo 142 da CF, determinou que tropas militares ocupassem quatro Refinarias da Petrobras para reprimir a greve e manter a produção. Aliás, no governo FHC em outro episódio de repressão aos movimentos sociais o Exército seria usado. Mesmo no nosso governo, é bom que se diga, acabou-se por usar a GLO. Em 2010, por exemplo, o Governo Lula resolveu empregar a GLO no Complexo do Alemão, sob o argumento da repressão ao tráfico de drogas. O resultado foi o aumento generalizado da violência do Estado às favelas do Rio de Janeiro e, exatamente essa ocupação do Complexo do Alemão, foi que permitiu aos bolsonaristas, até então enrustidos, montar o esquema que os levaria ao Planalto. De um lado, com a experiência de ocupação do Haiti (Gal. Heleno) e, de outro, com o exemplo do Complexo do Alemão (Gal. Braga Neto) foram se constituindo para a tomada de poder. Enfim, desde 1988 o expediente da GLO foi utilizado por cerca de 150 vezes. De 2010 até hoje foram quase 70 operações a um custo de quase 3 bilhões de reais. É quanto custa a tutela militar sobre o país.

▼ Arquivo Central da Universidade de Brasília. Disponível em: <https://atom.unb.br/>



INDAGADO ao declarante se tem exemplo recente de utilização da GLO respondeu: QUE, agora há pouco, no início do atual mandato do presidente Lula, em 8 de janeiro de 2023, diante do caos feito pela súcia bolsonarista que invadiu Brasília e depredou todos os prédios dos poderes da República, destruindo tudo o que via, gerando uma crise profunda, chegou-se a sugerir ao presidente que decretasse uma GLO. Ainda bem que Lula não o fez, posto que essa GLO, era parte integrante do plano da malta ignara golpista, ele provavelmente, já estaria apeado do poder por mais um golpe militar, dado “dentro da lei”. Além disso, nos Inquéritos Policiais que tramitam no STF sobre a tentativa de golpe de Bolsonaro tentando permanecer no poder por impugnação ao resultado eleitoral que o deu como perdedor, nas discussões internas dos golpistas, alguns de seus mentores, sugeriam a utilização do Estado de Defesa, outros do Estado de Sítio, mas todos eram concordes na aplicação da GLO Constitucional. Esses inquéritos ainda não estão terminados, mas, as suas conclusões, haverão de comprovar a permanência intocada da tutela militar nos tempos atuais.

INDAGADO ao declarante o que fazer diante desse quadro de tutela, respondeu: QUE, hoje faz 60 anos do golpe militar de 64. Nenhum de seus crimes foi punido. Nenhuma satisfação foi dada ao povo brasileiro sobre os assassinatos, sobre os desaparecimentos, sobre as torturas que perpetrou durante 21 anos. Apesar da luta de todo o povo brasileiro pelo retorno à Democracia e pela construção de um verdadeiro Estado Democrático de Direito, os militares e sua ingerência na política nacional nos impede de conseguir. O que é preciso fazer? Na opinião do declarante é preciso acabar com a submissão dos poderes da República aos militares. É preciso restaurar a Verdade, a Memória e a Justiça do período ditatorial de que fomos vítimas, todos. Para que nunca mais aconteça. E preciso dar satisfações verdadeiras e imediatas aos familiares de presos, mortos e desaparecidos políticos, que continuam, 60 anos depois, sob a condição de “viúvas do quem sabe e do talvez”; e seus “filhos de pais vivos ou mortos, órfãos do quem sabe e do talvez” como disse, em junho de 1977, o então deputado Alencar Furtado. Sem ódio e sem medo. Sem provocações e sem recuos. Sem GLOs, sem intervenções, sem golpes militares, tentados ou efetivados. Com obediência aos poderes civis.

INDAGADO ao declarante se tem algo mais a dizer respondeu: QUE, quem viveu a ditadura militar de 64 como a minha geração; quem viu a tortura e os torturados; quem viu o funcionamento o aparelho de repressão em todo o território nacional; quem viu a repressão às artes, à cultura, ao cinema e ao teatro; quem viu a censura a livros, periódicos e revistas. Quem viu tudo isso não pode esquecer essas infâmias, a cuja responsabilização se furtaram os militares, até hoje. Por isso, essa data de 60 anos é para recordar esses fatos e para não esquecê-los, jamais. Até porque, recordar é viver e ... aprender. E para dizer aos familiares das vítimas que elas não caminharão sozinhas, até que a Justiça lhes seja feita. Aliás, nos seja feita.

Nada mais havendo a tratar, vai esse Termo de Depoimentos, lido e achado conforme, devidamente assinado pelo declarante.

São Paulo, 31 de março de 2024.

Luiz Eduardo Greenhalg é advogado, fundador do Partido dos Trabalhadores, atuou durante a ditadura militar na defesa dos presos e presas políticas

A IGREJA CATÓLICA E A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR DE 1964-1985

IVO LBAUSPIN

Os antecedentes

Até os anos 1950, a igreja católica no Brasil era bastante semelhante àquela de outros países: uma atuação religiosa tradicional, pouco presente na questão social, marcada pelo entendimento com as classes dominantes e, no campo, pela boa convivência com a oligarquia rural.

No entanto, no decorrer dessa mesma década, em razão da agitação no meio rural, motivada pelas duras condições de vida e de trabalho dos agricultores, surgem, pouco a pouco, pronunciamentos episcopais críticos, especialmente quanto à questão do campo. Destaca-se, nesse período, a figura de D. Helder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro que foi o fundador da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1952. D. Helder foi seu secretário-executivo nos doze primeiros anos e reuniu em torno de si um grupo de bispos comprometidos com a renovação da Igreja. D. Helder recebeu um grande apoio do Núncio Apostólico do Vaticano de 1954 a 1964, Monsenhor Armando Lombardi. Durante essa década, foram nomeados mais de cem bispos e a influência de D. Helder se fez sentir na sua escolha. Muitos desses bispos teriam um papel fundamental na década seguinte.

O contexto social vai ter um papel importante aqui, pois é um período de grande efervescência, particularmente no campo. Surgem, em 1955, as Ligas Camponesas no Nordeste, movimento que vai se espalhar por várias regiões do país. Também o movimento operário e sindical tem um grande

impulso e, pouco a pouco, as centrais sindicais se tornam mais poderosas. Cresce o movimento de educação popular, de um lado pelo Movimento de Educação de Base (MEB), que é criado pela igreja católica em 1961. Por outro lado, é o momento em que aparece Paulo Freire e seu método revolucionário de alfabetização. Ele se baseia na chamada *Pedagogia do Oprimido* que terá ampla divulgação, tanto entre os estudantes quanto entre os setores mais comprometidos da Igreja.

Finalmente, a vitória da Revolução Cubana no início de 1959 foi um acontecimento com muita repercussão nas esquerdas e nos movimentos sociais do continente, inclusive do Brasil, pois significava que a mudança era possível, que a ruptura com a dominação imperialista dos Estados Unidos era viável. Ela gerou uma grande esperança no meio dos cristãos de esquerda.

O outro fator importante foi a Ação Católica, em especial os movimentos juvenis, a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC). Esses movimentos tinham um perfil marcadamente sacramental e litúrgico até os anos 1950, mas, na virada de 1959 para 1960, deram uma guinada para o engajamento social. Vários militantes da JUC foram atuar no MEB, junto aos camponeses, tomando contato, pela primeira vez, com suas condições de vida.

Completa este quadro a atuação do Papa João XXIII, elevado ao pontificado em 1958 e que revolucionou a Igreja com a convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Ele será responsável por um empenho cada vez maior dos bispos latino-americanos pelos pobres do continente, graças a duas



▲ Dom Paulo Evaristo Arns

Crédito: Reprodução

cartas escritas diretamente a eles, uma em 1958 e outra em 1961. Por outro lado, nos cinco anos em que governou a Igreja, lançou duas encíclicas sociais, *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963). O Concílio, que durou quatro anos – três meses por ano – teve um forte poder de mudança. Ele está na raiz de profundas transformações ocorridas na Igreja, tanto em nível internacional quanto no Brasil. A partir da inspiração do Concílio, no Brasil, vários bispos deram início às comunidades de base em suas dioceses.

Outro evento muito importante para a Igreja latino-americana foi a II Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968). Especialmente em dois dos dezesseis documentos, o *Documento sobre a Justiça* e o *Documento sobre a Paz*, Medellín inicia uma nova reflexão teológica, dando lugar central ao pobre e àquilo que passou a se chamar o “pecado estrutural”. É uma primeira expressão daquela que vai se chamar, três anos depois, *Teologia da Libertação*¹.

Isto não deve nos fazer perder de vista que a maioria da Igreja, a maioria do episcopado, é conservadora. Assim, quando a agitação social cresce e os cristãos leigos se envolvem diretamente na ação política, estes setores mais conservadores se alarmam. Duas campanhas católicas, desencadeadas poucos meses antes do golpe, foram cruciais para criar um clima favorável aos golpistas: a *Cruzada do Rosário em Família* e, em seguida, as *Marchas da Família com Deus pela Liberdade*. Ambas eram caracterizadas por um forte teor anticomunista e de desmoralização daqueles que se mobilizavam exigindo justiça social.

A Igreja e o golpe militar

Quando o golpe militar foi desencadeado, uma parte da Igreja sentiu-se como se suas preces tivessem sido ouvidas. Este é praticamente o teor do documento episcopal emitido dois meses depois do golpe:

“Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra. [...] De uma a outra extremidade da pátria, transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito incruento de uma revolução armada.”

O documento contém também críticas ao novo regime, rejeita acusações contra a Igreja e movimentos como a Ação Católica e o MEB, exige o respeito aos direitos humanos, especialmente o direito de defesa e insiste na busca da justiça social. Mas a marca fundamental desta primeira declaração oficial do episcopado é de aprovação.

Na verdade, no mesmo momento em que a direita toma o poder do Estado, no interior da Igreja também a direita assume a direção. D. Carlos Carmelo Mota, que era arcebispo de São Paulo, é transferido para uma diocese do interior, Aparecida, e D. Helder Câmara é transferido para Recife, onde pensavam que ele incomodaria menos. Neste mesmo ano, D. Agnello Rossi é eleito presidente da CNBB e se torna Arcebispo de São Paulo e D. José Gonçalves, outro conservador, é eleito secretário-geral. Esta direção vai conviver pacificamente com o regime ditatorial.

No entanto, se há calma na cúpula, surgem e crescem conflitos nas bases. Militantes e padres assistentes de movimentos de Ação Católica, particularmente JUC, JEC e Juventude Operária Católica (JOC), além da Ação Católica Operária (ACO), vão ser presos ou ameaçados nestes primeiros anos do golpe (1964-1968). Em vários lugares do país, padres serão alvo da repressão por proferirem sermões críticos à ditadura, e os estrangeiros sofrerão processos de expulsão. Vários bispos entram em conflito com autoridades militares em razão da repressão: os casos mais conhecidos foram os de Volta Redonda, cujo bispo é D. Waldir Calheiros e de Recife, que tem por arcebispo D. Helder Câmara.

O movimento estudantil foi o principal setor de oposição à ditadura. Foi a época das passeatas, sempre reprimidas pela polícia. Em 1968, numa destas manifestações no Rio de Janeiro, em março, um estudante foi morto. Formou-se um cortejo de mais de 20 mil pessoas. Em resposta à repressão, setores da Igreja apoiaram os estudantes. Poucos dias depois, em missa pelo jovem morto, a cavalaria investiu sobre padres, estudantes e outros participantes. O protesto culminou na passeata dos 100 mil, em junho, a maior manifestação de massa até então.

O que se observou neste primeiro período foi que mesmo bispos conservadores foram, pouco a pouco, levados a apoiar seus colegas em confronto com os responsáveis pela repressão: o discurso da caserna contra membros do episcopado levou a que o espírito de corpo falasse mais alto. Governantes ou simples autoridades militares se arvoraram em professores de teologia, querendo ensinar à Igreja qual era sua missão. O episcopado reagiu. Os conflitos eram localizados, mas levavam a reações mais amplas.

¹ Cabe observar que o teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, iniciador da Teologia da Libertação (1971), estava nesta Conferência, como assessor teológico.



▲ Dom Paulo Evaristo no culto pela morte de Vladimir Herzog / Reprodução / Amilton Vieira

O endurecimento do regime

O protesto crescente na sociedade civil contra o regime ditatorial levou os generais a endurecer: perceberam que só manteriam o poder pela força, calando a oposição. A 13 de dezembro de 1968, decretaram o Ato Institucional nº 5, que fechava o Congresso e suspendia as liberdades constitucionais. Daí por diante, a tortura, que já era utilizada contra prisioneiros políticos, mas esporadicamente, se tornou uma prática sistemática nos interrogatórios.

O número de prisões cresce enormemente, e ampliam-se casos de morte sob tortura e/ou de desaparecimento. E assassinatos também. No caso da Igreja, começou em 1969 com um auxiliar de D. Helder, o padre Henrique Pereira Neto, que trabalhava com a juventude. D. Helder, em suas viagens ao exterior, denunciava as torturas do regime militar. O assassinato de seu assessor foi uma forma de retaliação. Em dez anos (1968-1978), sete padres ou seminaristas foram assassinados. Houve inúmeras outras formas de repressão, sendo uma das mais comuns os ataques difamatórios e, muitas vezes, a imprensa se prestou a esta forma de ataque. Dez padres estrangeiros foram expulsos do país. Vinte e nove bispos foram atingidos de uma ou outra maneira. Nenhum deles chegou a ser levado à prisão, mas alguns tiveram suas casas invadidas ou metralhadas (caso de D. Helder), documentos expropriados, um bispo foi sequestrado (D. Adriano Hipólito, de Nova Iguaçu). Casas e prédios pertencentes a entidades ligadas à Igreja foram invadidos (caso do Ibrades, no Rio de Janeiro), publicações foram apreendidas, às vezes na gráfica (como a Carta Pastoral de D. Pedro Casaldáliga, em 1971).

Em novembro de 1969, sete religiosos dominicanos são presos e torturados, por ligação com a organização revolucionária Ação Libertadora Nacional (ALN), dirigida por Carlos Marighella. O próprio Marighella é morto pela polícia dois dias depois. A mídia desencadeia ampla campanha contra “a Igreja terrorista”, “os padres comunistas”, os “traidores do Evangelho”. A Ordem dos Dominicanos, particularmente visada nestes ataques, no entanto, apoia seus membros. Três meses depois, um dos frades, frei Tito de Alencar Lima, é novamente levado para interrogatório, na Operação Bandeirantes (Oban), mais tarde renomeada como DOI-Codi, e barbaramente torturado. Depois de três dias, para interromper as torturas, frei Tito tenta o suicídio. É levado para um hospital militar e consegue se recuperar. Seu relato sobre a tortura acaba saindo da prisão e é publicado em muitos lugares no Brasil e no exterior². Frei Tito foi solto junto com outros prisioneiros políticos quando do sequestro do embaixador suíço, em 1971. Depois de passar pelo Chile, ele se estabelece na França onde, como seqüela psicológica das torturas, vem a se suicidar, em 1974. É considerado um mártir da Igreja.

A postura favorável à ditadura, presente logo após o golpe e nos primeiros anos do regime, cedeu o lugar a posições mais críticas. Em 1968, é eleito um secretário-geral da CNBB bastante crítico à ditadura, D. Aloísio Lorscheider. Em 1970, na Assembleia Geral dos Bispos, o documento final denuncia as torturas, mas num tom ainda cuidadoso. Até este momento, predominava na direção da Igreja uma preocupação de manter o diálogo com os militares, de não romper, não entrar em conflito direto.

² Naquele ano, recebeu o prêmio de melhor reportagem da revista *Look*, dos EUA. O relato de frei Tito e sua história está longamente tratado no livro de frei Betto, *Batismo de Sangue* (2006; 1ª ed. em 1982). Um livro mais recente, das jornalistas Leneide Duarte-Plon e Clarisse Meirelles, aborda outros ângulos desta história: *Um homem torturado: nos passos de Frei Tito de Alencar Lima* (Civilização Brasileira, 2014).

Igreja x Regime Militar

A mudança de postura vai ocorrer em outubro de 1970, impulsionada pelo Papa Paulo VI. Um dia depois de um duro discurso contra a tortura no mundo – interpretado pela mídia internacional como sendo destinado ao Brasil –, o Papa desfez o Arcebispo de São Paulo, D. Agnelo Rossi, promovendo-o a uma Congregação do Vaticano e nomeou D. Paulo Evaristo Arns para assumir o seu lugar. Foi a maneira diplomática encontrada pelo Vaticano para afastar D. Agnelo de São Paulo – um dos lugares onde a repressão era mais virulenta – e da direção da CNBB. D. Agnelo era considerado por muitos como um bispo pouco firme frente ao regime militar.

Em pouco tempo, D. Paulo mostrou a que veio. Três meses depois de assumir a Arquidiocese, um padre e uma assistente social foram presos. O bispo foi avisado e imediatamente se apresentou ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), para onde eles tinham sido levados, e pode vê-los com marcas de tortura no corpo. Ele mandou publicar, no domingo seguinte, em todas as igrejas da Arquidiocese, um sermão onde denunciava as torturas e fazia um contundente pronunciamento contra o caráter ditatorial do regime. A postura mudava radicalmente: em vez da busca de conversa, a denúncia; em vez do segredo, a publicidade.

A atitude de D. Paulo provocou uma profunda mudança na maneira de a Igreja agir. Pouco a pouco, começaram a aparecer declarações públicas de bispos e de conjuntos de bispos denunciando os atentados aos direitos humanos, não apenas contra membros da Igreja, mas contra qualquer pessoa, e exigindo a volta à democracia. O primeiro documento neste sentido é do episcopado do estado de São Paulo, “Testemunho de Paz”, de 1972.

Em 1971, D. Pedro Casaldáliga, um bispo de origem espanhola, recém-nomeado para a Prelazia de S. Félix do Araguaia, inaugura uma nova maneira de escrever Carta Pastoral, com a publicação de “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”. O próprio título da Carta Pastoral já aponta o adversário desta Igreja: o latifúndio. O texto é dividido em duas partes. Na primeira, apresenta uma análise da realidade social da prelazia, relata o que tem sido feito e qual a proposta de ação; a segunda é uma documentação sobre todos os grandes proprietários de terra e empresas da região (com nome, endereço e telefone) e relatos testemunhais de casos de exploração de posseiros e trabalhadores da região por essas empresas.

A preocupação da Igreja com a situação dos povos indígenas leva à criação, em 1972, do *Conselho Indigenista Missionário* (Cimi), órgão vinculado à CNBB. Constituído por missionários e bispos vinculados a este trabalho pastoral, o Cimi tem papel muito importante durante o período ditatorial, posto que a posição do regime militar é de que “os indígenas não podem impedir o progresso”. Desse modo, o Cimi contribuiu para a auto-organização e a autodefesa dos povos indígenas.

O ano de 1973 foi rico em publicações. Comemorando os 25 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos em três regiões/realidades sociais, vieram a público os seguintes documentos: *Eu ouvi os clamores de meu povo*, documento de bispos e superiores religiosos do Nordeste (assinado por 14 bispos e quatro provinciais); *Marginalização de um*

Um povo - o grito das Igrejas, documento de bispos do Centro-Oeste (assinado por seis bispos) e *Y-Juca-Pirama – O índio: aquele que deve morrer*, documento de urgência de bispos e missionários (assinado por seis bispos e seis missionários). Estes textos marcaram a história da Igreja do Brasil durante a ditadura: eles são, em primeiro lugar, uma denúncia das condições de vida do povo, mas também apontam e analisam a causa da situação, que estaria no capitalismo, sustentado pela ditadura militar, e conclamam à ação. O documento do Centro-Oeste inovava em mais um elemento: o texto foi escrito em linguagem simples, cheio de imagens, para ser acessível também aos setores populares.

Em 1975, surge a *Comissão Pastoral da Terra* (CPT), para ajudar a organizar e a defender os trabalhadores rurais, eles também vítimas da política agrária e agrícola da ditadura. A CPT foi um grande apoio para sua luta. O caderno *Conflitos no Campo*, publicado anualmente, é, até hoje, o mais completo levantamento dos conflitos envolvendo os trabalhadores rurais no Brasil.

O ano de 1976 talvez tenha sido o mais pesado para a Igreja. Dois padres foram mortos: o padre João Bosco Penido Burnier, assassinado ao lado de D. Pedro Casaldáliga, em São Félix do Araguaia e o padre salesiano Rodolfo Lukenbein, missionário, além de um indígena, Simão, em Merure, Mato Grosso. Um bispo, D. Adriano Hipólito, de Nova

Iguaçu (RJ), foi sequestrado, deixado nu e pintado de vermelho, à noite, num lugar afastado. Na mesma noite, seu carro, vazio, foi explodido em frente à sede da CNBB, no Rio de Janeiro. Os fatos geraram forte reação por parte dos bispos, inclusive um documento, *Comunicação pastoral ao Povo de Deus*, que analisa os fatos e faz uma longa reflexão teológica sobre o papel da Igreja.

A postura ativa em defesa dos direitos humanos, dos pobres, dos indígenas, dos trabalhadores, dos posseiros, dos oprimidos atrai a repressão a estes setores da Igreja. A CNBB, a partir de 1971, tendo à sua frente D. Aloísio Lorscheider, presidente, e D. Ivo Lorscheiter, secretário-geral³, assume uma posição firme pelos direitos dos presos políticos, contra a perseguição, contra a tortura.

Na Assembleia Geral do Episcopado em 1977, os bispos aprovam um documento, “Exigências Cristãs de uma Ordem Política”, crítico à ditadura, cuja novidade consiste em ter sido assinado pelo conjunto dos bispos. Até então, já tinham sido lançados outros documentos, alguns mais críticos do que este, mas eram assumidos apenas por parte do episcopado.

Em 1979, outro atentado é cometido pelos militares contra D. Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu. Explodiram uma bomba embaixo do altar-mor da catedral da diocese. Em reação a este ato, dez dias depois, 10 mil pessoas participaram de uma procissão em desagravo a D. Adriano.

O episcopado continuou a publicar documentos coletivos sobre questões sociais nos anos seguintes, que foram discutidos e aprovados por ocasião de cada Assembleia Geral da CNBB.

Falamos até agora do posicionamento dos bispos, da CNBB, mas é preciso mostrar o que estava acontecendo nas bases da Igreja, onde o mais importante era o surgimento e o crescimento das *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBs). As CEBs nascem do movimento de renovação da Igreja no início dos anos 1960. Surgiu a proposta de formar *comunidades de base*, onde os fiéis tivessem um papel ativo, como leigos. O Concílio Vaticano II veio dar um forte impulso a este movimento de renovação. O Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), feito pelos bispos brasileiros ao final do Concílio e divulgado em 1966, fala, pela primeira vez, nestas comunidades. As CEBs dão muita força à articulação dos setores populares em defesa dos seus direitos, criam ou fortalecem movimentos sociais e contribuem para a resistência à ditadura.

A atuação da Igreja do Brasil, no período da ditadura militar, ficou marcada também pela intervenção do Vaticano, a partir do pontificado de João Paulo II, eleito em 1978. Seu pontificado criou sérias dificuldades para bispos, padres e leigos comprometidos com a libertação das maiorias oprimidas do continente. Sendo a CNBB a conferência episcopal mais importante da região, foi sobre ela que se exerceu a maior pressão. Ao menos 30 bispos sofreram alguma forma de advertência oficial do Vaticano em razão de sua atuação no campo sociopolítico.

3 De 1971 a 1979, por dois mandatos, D. Aloísio e D. Ivo são mantidos nestes cargos. D. Ivo foi presidente nos dois mandatos seguintes, 1979-1983 e 1983-1987. Neste último período, D. Luciano Mendes de Almeida foi secretário-geral e, nos dois mandatos seguintes, de 1987 a 1995, foi presidente da CNBB.

A ofensiva maior foi contra a *Teologia da Libertação*. A preocupação com a influência da análise marxista nos textos de seus autores levou a uma condenação pela Congregação da Doutrina da Fé (antigo Santo Ofício), intitulada “Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação”, escrita pelo Cardeal Ratzinger (1984).

Neste mesmo ano, abriu-se um processo contra o teólogo Leonardo Boff, o maior expoente desta teologia no Brasil. O processo resultou, em 1985, na sua redução ao silêncio por um ano (proibição de dar aulas e de publicar). A pressão de vários bispos brasileiros em favor do teólogo conseguiu a suspensão do silêncio um mês antes do fim do prazo determinado. Seguiu-se uma nova Instrução da Congregação, publicada em 1986, mais branda. No entanto, a Teologia da Libertação continuou

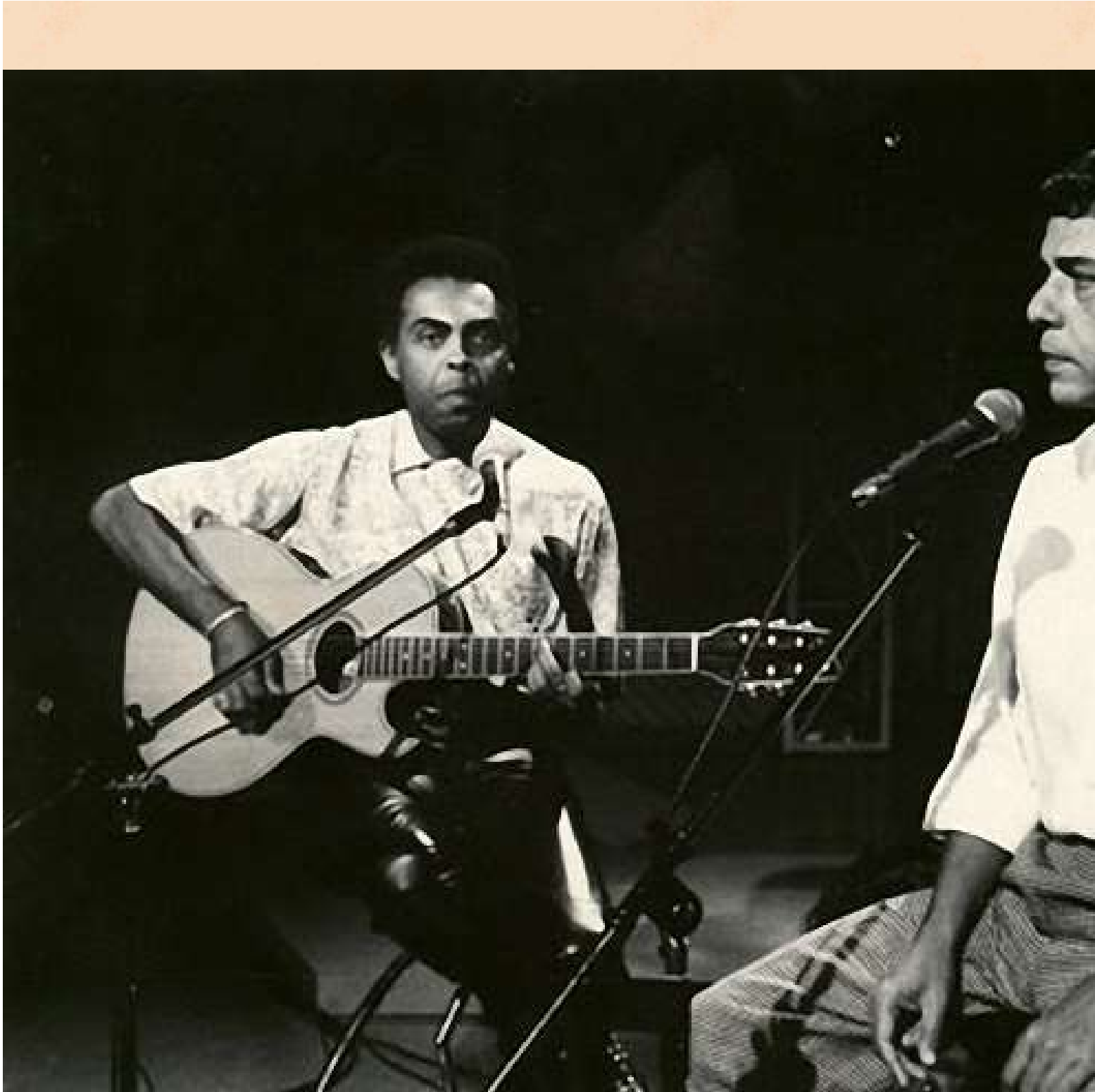
sendo perseguida, suas publicações foram dificultadas ou suspensas, vários de seus autores sofreram processo do Vaticano, como ocorreu com o teólogo jesuíta Jon Sobrino (2007), já no pontificado de Bento XVI. No entanto, mesmo reprimida, esta corrente teológica continuou tendo adeptos e gerando novas reflexões.

Até o final da ditadura, em 1985, a Igreja Católica manteve a postura firme daqueles anos, em defesa dos direitos humanos, dos presos políticos, dos povos indígenas, dos trabalhadores e com crescimento das comunidades de base. A partir de meados dos anos 1990, os ventos conservadores passaram a ter mais força e contribuíram para uma menor presença no campo sociopolítico. •

*Ivo Lebauspín é sociólogo,
professor aposentado da UFRJ,
coordenador da ONG Iser
Assessoria (Rio de Janeiro)*

CENSURA: AS ESTRATÉGIAS DO DRIBLE

WALNICE NOGUEIRA GALVÃO



▲ Gilberto Gil e Chico Buarque durante o Show Phono 73, ocorrido no Palácio de Convenções Anhembi, São Paulo, em 11 de maio de 1973. Durante a apresentação Chico e Gil cantaram “Cálice”, letra vetada pela censura do regime militar às vésperas do show. Apesar da proibição, Gil e Chico cantaram a canção e tiveram seus microfones desligados. São Paulo/SP. 11/05/1973.

Crédito: Autoria desconhecida. Reprodução.



Para evitar um confronto suicida, os artistas desenvolveram estratégias, conforme tem afluído em entrevistas e depoimentos referentes ao período. Tais estratégias são memoráveis e merecem figurar entre os legados a repassar à posteridade como monumentos da resistência.

Uma delas, utilizada pelo pessoal da música popular, era incluir o pedido de liberação de uma canção perigosa incluindo-o na pasta de um cantor neutro e indiferente. A pasta coletiva era então submetida à censura. Assim, foi aprovada uma das canções mais desafiadoras da época, diretamente endereçada à censura, que reza: “Você corta um verso, eu escrevo outro/você me prende vivo, eu escapo morto” (*Pesadelo*).

Outra artimanha era incluir uns versos de protesto ultrajante e escancarado, de modo que o censor, indignado, se precipitava para cortá-los, e deixava passar o que por contraste parecia brando. Esse recurso foi usado milhares de vezes.

Chico Buarque, o mais visado de todos e que, com muita honra, nunca se acoelhou, fazia a famigerada Dona Solange e seus asseclas verem tudo vermelho, proibindo qualquer coisa que viesse em seu nome. Por isso, criou um pseudônimo, o inesquecível Julinho de Adelaide, que teve todas as suas canções aprovadas.

Tornou-se clássico um show de Chico Buarque e Gilberto Gil, em que o ponto alto foi a execução pelos dois de “Cálice”, trocadilho com “Cale-se”, que tematizava a existência da censura (“Afasta de mim esse Cale-se”). Os dois trauteavam um vocalize sem palavras, que o público supria, cantando em seu lugar. O filme, preservado, é de arrepiar, até hoje.

CÁLICE

VETADO

De.: Gilberto Gil- Francisco Buarque de Hollanda
Grav.: GILBERTO GIL/CHICO BUARQUE

PAI, AFASTA DE MIM ESSE CÁLICE
PAI, AFASTA DE MIM ESSE CÁLICE
PAI, AFASTA DE MIM ESSE CÁLICE
DE VINHO TINTO DE SANGUE

*cali-se
cali-se
cali-se*

Vetadas

COMO BEBER DESSA BEBIDA AMARGA
TRAGAR A DOR, ENGOLIR A LABUTA
MESMO CALADA A BOCA RESTA O PEITO
SILENCIO NA CIDADE NÃO SE ESCUTA
DE QUE ME VALE SER FILHO DA SANTA
MELHOR SERIA SER FILHO DA OUTRA
OUTRA REALIDADE MENOS MORTA
TANTA MENTIRA, TANTA FORÇA BRUTA

*luto
1.10.5.973*

COMO É DIFÍCIL ACORDAR CALADO
SE NA CALADA DA NOITE EU ME DANO
DEIXA EU LANÇAR UM GRITO DESUMANO
QUE É UMA MANEIRA DE SER ESCUTADO
ESSE SILENCIO TODO ME ATORDOA
ATORDOADO EU PERMANEÇO ATENTO
NA ARQUIBANCADA PRA A QUALQUER MOMENTO
VER EMERGIR O MONSTRO DA LAGOA

VETADO

RECEBIDO POR
4 MAI 1973
009189
M-D-E-100/168

DE MUITO GORDA A PORCA JÁ NÃO ANDA
DE MUITO USADA A FACA JÁ NÃO CORTA
COMO É DIFÍCIL, PAI, ABRIR A PORTA
ESSA PORTA PRESA NA GARGANTA
ESSE PILEQUE HOMÉRICO NO MUNDO
DE QUE ADIANTA TER BOA VONTADE
MESMO CALADO O PEITO RESTA A CUCA
DOS BEBADOS DO CENTRO DA CIDADE.

~~VETADO~~

TALVEZ O MUNDO NÃO SEJA PEQUENO
NEM SEJA A VIDA UM FATO CONSUMIDO
QUERO INVENTAR O MEU PRÓPRIO PECADO
QUERO MORRER DO MEU PRÓPRIO VENENO
QUERO PERDER DE VEZ TUA CABEÇA
MINHA CABEÇA PERDER TEU JUIZO
QUERO CHEIRAR FUMAÇA DE OLEO DIESEL
ME EMBRIAGAR ATÉ QUE ALGUÉM ME ESQUEÇA.

*vide originais
de
1973*

VETADO

Foi um período em que a canção e os compositores se armaram em trincheira contra o arbítrio, sofrendo as consequências de sua postura, expressas em censura, perseguição, prisão, exílio. Atente-se para a carreira definitivamente destruída do menestrel popular Geraldo Vandré, que vivia o auge de sua fama. Execrado e caçado pelo exército depois da apresentação de *Para não dizer que não falei de flores* no Maracanãzinho, só salvou a vida escapando para o desterro.

Como à época tudo se politizava, qualquer arena servia. Foi o que aconteceu nesse Festival Internacional da Canção, realizado pela TV Globo, no fim de 1968. Travou-se uma verdadeira guerra, deflagrada pelos 12 mil adversários do regime que lotavam o Maracanãzinho em estado de insurgência. Como se sabe, a censura tinha mandado o recado de que *Pra não dizer...* não poderia ganhar. E o público, em peso, preferia Vandré, recebendo a premiação de *Sabiá* com vaia. A lógica do terror não era ingênua: a canção de Vandré viria a se tornar o hino de todas as manifestações públicas contra o jugo fardado, fosse a campanha pela anistia e pela abertura, fossem cerimônias fúnebres pelos assassinados.

Entretanto, a ingerência da censura levaria os festivais à extinção. Em 1971, os mais influentes autores, incluindo o ordeiro Tom Jobim, retiraram suas inscrições em insubmissão aberta contra a censura, sendo, por isso, todos presos e enquadrados na lei de segurança nacional, de infame memória. Foi dessa maneira inglória que o Festival Internacional da Canção se finou.



▲ Cartaz pela Anistia, com estrofe da música *Cálice*, composta por Chico Buarque e Gilberto Gil. Crédito: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo Deops/SP – Anistia de 1979, Seleção de Documentos.

AS ARTES

O Cinema Novo foi o patamar de maior fastígio já atingido por nossa sétima arte, com a exibição simultânea de *Deus e o diabo na terra do Sol*, de Glauber Rocha, e de *Vidas secas*, de Nelson Pereira dos Santos, no festival de Cannes de 1964. Depois dessa data, o Cinema Novo participaria da discussão de intelectuais e artistas sobre a ditadura e os caminhos para desafiá-la, como se pode ver em *Terra em transe* e em *O dragão da maldade contra o santo guerreiro*, ambos de Glauber Rocha, este último premiado em outro Festival de Cannes.

Retrocede a 1961 a fundação de algo memorável: o Centro Popular de Cultura (CPC), ativo órgão da União Nacional dos Estudantes (UNE). Suas filiais pululam pelo Brasil inteiro, puxadas pelos estudantes, mas se abrem à participação de intelectuais e artistas em geral, montando projetos para levar cultura ao povo. Como se vê, algo extremamente generoso e bem intencionado, bastante iludido também quanto ao alcance de ações desse tipo, mas fecundando a cultura brasileira com realizações notáveis. O pessoal realmente botava equipamento em cima do caminhão e ia encenar peça de teatro em favela, pelo Brasil afora, numa dedicação admirável. Surgia em cena um Tio Sam de cartola e fraque recortado na bandeira americana, castigando um lamentável Brasilino em farrapos.

O Auto da Compadecida, de Ariano Suassuna, foi a mais encenada das peças do período, especialmente pelo CPC e pelos grupos amadores dos grêmios estudantis pelo país todo. Tem tudo do ideário nacional-popular vigente: nordestinos, um Cristo negro, anseios de justiça social e pregação de antirracismo. Outra peça muito encenada foi *Morte e vida severina*, de João Cabral de Mello Neto, auto de Natal que mostrava o destino miserável dos retirantes nordestinos. A montagem do Tuca levaria o primeiro prêmio do festival de Nancy, na França.

Nesse horizonte, o CPC apareceria como responsável pela formação de toda uma geração de artistas, atores, diretores de cinema e teatro, documentaristas, técnicos, dramaturgos, escritores, poetas, compositores, cantores, que continuaria fornecendo quadros até bem mais tarde, quanto se pode notar sua marca de fábrica por exemplo nos noveleiros da TV Globo.

Mas, talvez tenha sido no teatro que se tenha dado a transformação mais notável, inclusive com a afirmação de uma dramaturgia nacional e altamente politizada. Duas companhias paulistas, o Arena fundado em 1953 e o Oficina em 1959, ressaltam nesse percurso.

O Arena, liderado por Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri, partiu para montagens originais, com dramaturgia própria e a invenção de musicais de sucesso, a partir de *Arena conta Zumbi*. Seu primeiro êxito foi *Eles não usam black-tie*, que põe no palco uma greve operária. Viveria seu ápice nos dias finais de 1968 com o canto do cisne da *Primeira feira paulista de opinião*, pesada crítica ao regime. Pondo em cena atores envergando peles de macaco às quais se sobrepunham fardas militares, concretizando a metáfora de gorilas, entrava pelo terreno da farsa e da bufonaria. A censura caiu em cima e proibiu o espetáculo, selando a extinção do Arena.

No Oficina, José Celso Martinez Corrêa dirigiu muitos sucessos, entre eles *O rei da vela*, de Oswald de Andrade, numa encenação que marcou época e que é considerada uma das mais importantes já havidas. Também dirigiu *Roda-viva*, de Chico Buarque, no Teatro Ruth Escobar, alvo de invasão, depredação e agressão armada aos atores por parte do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), em 1968.

Enquanto discutíamos a censura ao teatro e às demais artes, Augusto Boal e José Celso, como que para demonstrar a importância deles e das artes, eram presos e torturados, partindo para o exílio assim que soltos.

Numa forma nova de driblar a censura, surgiram relevantes shows de protesto, como o *Opinião*, obra do grupo homônimo criado no Rio de Janeiro por membros do extinto CPC, e *Liberdade, liberdade, logo amputado pela censura*. *Obtiveram* enorme popularidade, alcançando largo público.

A ação da censura durante o regime militar tem recebido a pesquisa e os trabalhos que tal ignomínia merece, quando a estimativa corrente avança a cifra de 500 textos de dramaturgia previamente impedidos de chegar ao público. Essa é a censura que brande a tesoura não contra trechos mas contra obra toda.

No que concerne a teatro, há que realçar a atuação de alguns artistas plásticos, especialmente de Flávio Império, cujos cenários e figurinos revestiram praticamente todas as peças importantes do período. Ele próprio dirigiria a montagem de *Os fuzis de dona Teresa*, de Brecht, em 1968, pelo Teatro dos Universitários de São Paulo, o Tusp, com sede na Maria Antonia, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras sediada nessa rua.

O golpe de 64 iria exercer sua influência nefasta sobre as artes visuais, as quais, fossem neofigurativas de sobretons pop ou alinhadas ao construtivismo abstrato, engrossariam as fileiras da oposição. Integrariam *Opinião 65*, a exposição coletiva carioca contra a ditadura que marcou época. Outros seguiriam posteriormente esse rumo, como Cildo Meireles erigindo nos anos 1970 um monumento ao prisioneiro político, numa instalação toda em vermelho.

Impõe-se uma temática alusiva à truculência dos novos senhores, como se verá nos Bólides e Parangolés, em sua opção pela favela e pela marginalidade, de Hélio Oiticica.

O ano de 1968 seria assinalado pelo Mês de Arte Pública, realizado ao ar livre no Aterro do Flamengo, no Rio. Em 1969, a censura, num arroubo de obscurantismo, proíbe a mostra dos artistas brasileiros selecionados para a VI Bienal de Paris, a ser realizada no Museu de Arte Moderna do Rio. A Associação Brasileira de Críticos de Arte, presidida por Mário Pedrosa, protesta oficialmente, enquanto se organiza o boicote internacional à próxima Bienal de São Paulo.

O arrocho se acentua: expressando o negror totalitário, uma gravura de Cláudio Tozzi apresentaria um cérebro atravessado por um parafuso e forneceria a capa da revista *Almanaque – Cadernos de literatura e ensaio*, publicação com 14 números que codirigi com Bento Prado Jr. entre 1975 e 1982, em que se entrincheiraram remanescentes da Maria Antonia.

UM MOMENTO HISTÓRICO

Manifesto de quase 3000 jornalistas reclama um basta a todas as formas de cerceamento de imprensa, rádio e TV

O TEXTO não poderia ser datado de São Paulo, onde surgiu e recebeu mais de 1.500 assinaturas: de cidades perdidas no interior do Estado continuam a chegar manifestações de adesão, às vezes partidas de três ou quatro jornalistas — todo o universo profissional de pequenos núcleos onde o exercício do jornalismo é realizado com obstinação e sacrifícios. Nem poderia ser datado do Rio de Janeiro, embora os paulistas tivessem dado a Fradinho de Moraes, neto, Presidente da ABI, por sua preeminência moral, a honra de ser o primeiro signatário da conclamação. Por isso o documento foi datado assim: Brasil, 7 de Junho de 1977. Perfilhado a princípio por 2.574 assinaturas de jornalistas do Distrito Federal e nove Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Espírito Santo, Paraná), o manifesto agora reúne cerca de 3.000 assinaturas de toda parte: é o Brasil inteiro, por seus jornalistas, contra a censura.

O DOCUMENTO — já incorporado à História — constitui a maior manifestação coletiva contra a censura dos 189 anos de existência da imprensa brasileira, iniciada em 1808 em Londres por Hipólito José da Costa, e alcançou repercussão sem precedentes: além de divulgado para o exterior pelas agências internacionais de notícias, foi lido na tribuna do Senado pelo Senador Lázaro Barbosa (MDB-GO) e da Câmara Federal pelo Deputado Alvaro Dias (MDB-PR). Nenhuma autoridade se pronunciou sobre as formulações feitas no manifesto, mas um dos porta-vozes do Governo no Senado, Senador Eurico Resende (ARENA-ES), negou que haja restrições à liberdade de imprensa no Brasil.

A DIVULGAÇÃO do texto do documento foi feita simultaneamente em várias capitais, em atos públicos convocados especialmente para esse fim, dentro das comemora-



mais de 2.500 jornalistas contra a censura a órgãos de imprensa, rádio e TV. Prudente se deteve na análise dos aspectos jurídicos da censura, sustentando que ela é feita com caráter discriminatório e padeco de amparo legal mesmo no quadro de exceção existente no País, porque constitui uma exorbitância em relação ao próprio Ato Institucional nº 5, que não

O manifesto

Nós jornalistas brasileiros, abaixo assinados, conscientes dos deveres e da responsabilidade social de nossa profissão e diante da crise econômica, social e polít-

ica pela ameaça constante que o Ato Institucional nº 5 representa para as publicações sem censura prévia;

pela apreensão arbitrária de edições inteiras;

pelo estímulo que toda esta situação representa às mais variadas formas de autocensura;

pela sonegação sistemática do conhecimento da realidade brasileira a milhões de pessoas que têm como única fonte de informação um rádio e uma televisão sujeitos a uma censura ainda mais rigorosa.

O AI-5, a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional e o Código Brasileiro de Telecomunicações — aos quais se somam o arbítrio e a prepotência da autoridade — fornecem os instrumentos para a manutenção desse quadro sombrio de violação do direito de expressão e do direito à informação.

Consideramos que esse quadro, além de impedir o pleno exercício de nossa profissão, que tem a liberdade como pressuposto básico, só pode contribuir para manter a população brasileira na ignorância dos problemas nacionais e, portanto, impedida de participar conscientemente da busca de soluções.

Temos plena convicção de que só um regime de liberdades democráticas, no qual a imprensa, o rádio e a televisão sejam livres para veicular, refletir e debater opiniões, críticas, divergências e contradições, poderá devolver à população o direito de manifestação.

Da mesma forma, a liberdade de informação contribuirá para garantir o pleno respeito aos direitos humanos.

Pela a essas convicções, nós torna-

▲ Capa do Boletim da ABI, periódico da Associação Brasileira de Imprensa posicionando-se contra a censura aos jornalistas durante à ditadura militar. Crédito: Biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa.

CONSUELO E A CENSURA

A crítica mais contundente veio numa peça de teatro, sem disfarces nem linguagem cifrada. Consuelo de Castro, aluna de Ciências Sociais e ocupante da Maria Antonia, ainda autora inédita, assim iniciou sua brilhante carreira nos palcos e na televisão.

Prova de fogo foi sua peça de estreia - mas não estreou. O tema de Consuelo foi, justamente, o movimento estudantil e a ocupação da Faculdade de Filosofia da USP. O título da peça alude ao bombardeio e incêndio do prédio da rua Maria Antonia pelas forças da repressão. O entrecio se passa dentro da Faculdade e suas personagens são os alunos, com seus problemas, seus conflitos, sua solidariedade, vivendo uma utopia.

O destino da peça de Consuelo de Castro é exemplar. Foi, é claro, imediatamente proibida pela censura, em 1969, quando já se ensaiava no Teatro Oficina, sob a direção de José Celso Martinez Correia. Apesar disso e enquanto continuava proibida, ganhou o prêmio de melhor peça de teatro do país, atribuído pelo Serviço Nacional de Teatro, um prêmio oficial portanto, no ano de 1974. Só seria liberada e encenada um quarto de século após os eventos, em 1993, estreando no próprio Grêmio da Faculdade de Filosofia da rua Maria Antonia onde se passa o enredo. E foi no mínimo uma curiosa experiência, difícil de ser enquadrada nas teorias estéticas: uma peça encenada no próprio local em que se deram os acontecimentos que relata, assistida por uma plateia que fazia parte da trama — quem assina estas linhas, inclusive.

NA LITERATURA

A súbita politização é um acento novo e uma consequência imediata do golpe de 1964. Contra os escritores encarniçou-se a censura, bem como contra tudo que fosse ligado à arte e ao pensamento. O livro tornou-se um inimigo, como é habitual em épocas de obscurantismo ou totalitarismo.

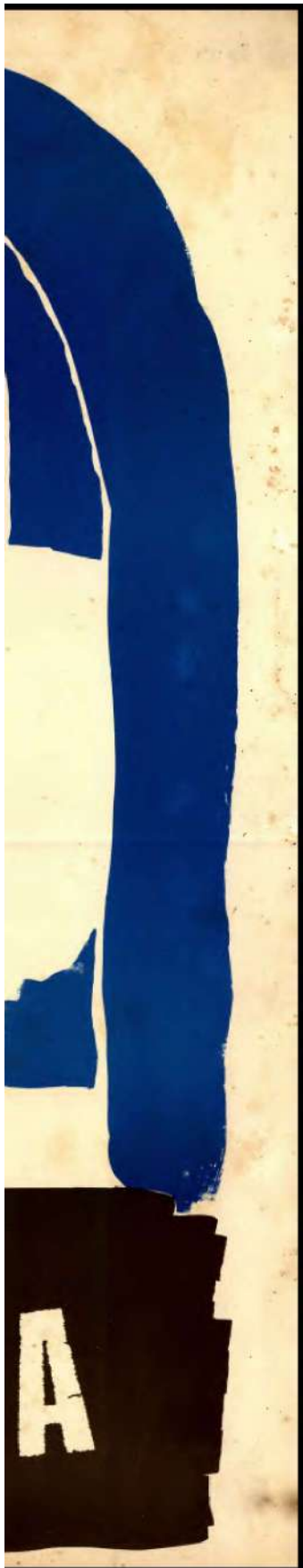
No romance, a reação vem dos veteranos. Tarimbados e prestigiosos romancistas, de reputação assentada, são os primeiros a manifestar-se. Escrevem obras de protesto, alegorizado ou não, Érico Veríssimo, Josué Guimarães, J.J. Veiga, Antonio Callado, Carlos Heitor Cony, Lígia Fagundes Telles.

Callado ocupa um lugar especial: *Quarup*. *Bar Don Juan*, *Reflexos do baile* e *Sempre viva* formam uma saga da esquerda, que devemos àquele que se tornaria seu cronista no período. Algo raro na ficção brasileira de então e mesmo depois por sua envergadura, *Quarup* propõe um projeto para o Brasil. O projeto inclui os indígenas, realça as Ligas Camponesas e investiga o papel então revolucionário da igreja católica, que desembocaria na Teologia da Libertação e nas comunidades eclesiais de base.

Mas o progressivo arrocho da censura decretaria um adeus ao realismo. Já rezando pela cartilha alegórica, na craveira do Realismo Mágico, então em voga na América Hispânica, outros veteranos procederiam a seu ajuste de contas. E surgiriam os novos, bem como todo um memorialismo juvenil de guerrilheiros, cujo carro-chefe foi *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira.

Rejeitado por vários editores, *Zero*, de Ignacio de Loyola Brandão, acabaria saindo na Itália em 1974 e só um ano depois no Brasil, para ser censurado e apreendido em todo o território nacional. Cacos de prosa experimental compõem um imenso mural em forma de mosaico, com paródias e pastiches que denunciam as violações dos direitos civis, o amordaçamento das opiniões, a mídia enganando a todos, um país onde não se respirava. Composto por fragmentos heteróclitos, tudo se passa como se o romance fosse atingido por um raio, o raio da censura, que o estilhaçou.





▲ Cartaz sobre Anistia. Crédito: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo Deops/SP – Anistia de 1979, Seleção de Documentos.

E A POESIA?

Enquanto isso se passava na prosa, por onde andava a poesia? No início dos anos 1970 nasce a Poesia Marginal ou da Geração Mimeógrafo, com berço no Rio de Janeiro, mas espraiando-se pelo restante do país. Com o fito de driblar a censura, grupos de jovens editavam e divulgavam informalmente suas obras, passando-as de mão em mão em reuniões, em bares, na rua, nas escolas. Essa poesia expressava o estado de ânimo que se convencionou chamar de “exílio interno”.

Outro tipo de poesia, habitualmente ausente de nosso panorama, a poesia militante, logo floresceria com D. Pedro Casaldáliga e outros poetas, nas masmorras da ditadura, mas teria que esperar tempos mais benignos para ver a luz do dia. A lira política de produção clandestina se contrabandeava para fora da prisão, só vindo a ser publicada bem mais tarde. É o caso de Hamilton Pereira/Pedro Tierra, Alex Polari de Alverga (condenado a duas penas de prisão perpétua e recordista de encarceramento por quase dez anos) e Alípio Freire, entre outros; ainda mais tarde este último filmaria um documentário intitulado *1964*. Nessa jornada aos infernos da dor, do luto, da agonia, do desespero, a “voz do cárcere” fala pelos que foram amordaçados: os presos, os perseguidos, os torturados, os desaparecidos.

Nos quadros da poesia, destaca-se um poema sobre o clima político de maio de 1968, escrito por ninguém menos que nosso maior poeta, Carlos Drummond de Andrade.

“Relatório de maio” foi publicado no jornal carioca *Correio da Manhã* no dia 26 de maio de 1968, portanto, no auge do movimento estudantil tomando as ruas e ocupando as escolas, aqui e no mundo. O poeta alude à repressão onipresente e ao temor do caos – mas com muita simpatia. O poema termina por uma bela metáfora da esperança:

“e mesmo assim na treva uma ave tonta riscava o céu naquele maio.”

Em *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio*, decidimos republicar o poema para comemorar os dez anos de 1968 (n. 6, 1978). Consultado, o poeta concordou. Mas este poema só em 1985 receberia a honra de ser recolhido em livro seu.

* * *

Enquanto o teatro se desmantelava, o cinema perdia rumo e a literatura ia para a gaveta, a música popular conheceu o apogeu, até ser derrotada pela censura da ditadura. E só depois da restauração da democracia em 1985 os artistas respirariam desafogados. •

Walnice Nogueira Galvão é professora emérita de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH-USP. Foi professora visitante nas Universidades de Austin, Iowa City, Columbia, Paris VIII, Freie Universität Berlin, Poitiers, Colônia, École Normale Supérieure, Oxford, Berlin 2. Tem 40 livros publicados, sobre Guimarães Rosa, Euclides da Cunha, crítica da literatura e da cultura. Membro do Conselho Editorial da revista Teoria e Debate

O GOLPE DE 1964 E OS PARTIDOS POLÍTICOS

RAUL PONT



▲ Fundação do Partido dos Trabalhadores no Colégio Sion em São Paulo/SP, 10/02/1980. Crédito: Juca Martins. Acervo: CSBH/FPA.

O golpe cívico-militar de 1964 que derrubou o governo João Goulart (PTB) encerrou um processo buscado e articulado pela direita no Brasil desde 1954. O suicídio de Getúlio Vargas e a vitória eleitoral de Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB) na vice, em 1955, retardaram o movimento golpista. Em 1961, com a renúncia do presidente Jânio Quadros (PDC/UDN), novamente os ministros militares tentaram impedir o rito constitucional questionando a posse do vice-presidente João Goulart (PTB), o Jango, que havia sido eleito vice na chapa oponente a Jânio Quadros, situação prevista na lei eleitoral.

A ação do governador do Rio Grande do Sul (RS), Leonel Brizola (PTB) e a formação do Movimento pela Legalidade frustraram a saída golpista. O governador Brizola liderou uma rede de rádios e o forte apoio popular na capital gaúcha, na Brigada Militar (PM) e no movimento dos sargentos influenciaram decisivamente para a adesão do III Exército (hoje, Comando Militar do Sul), a legalidade forçando a manutenção do processo sucessório e o recuo parcial da maioria golpista nas

Forças Armadas e no Congresso Nacional.

João Goulart assumiu o governo aceitando uma Reforma Constitucional que transformava o presidencialismo em um regime político parlamentarista de forma casuística, sem prever as mudanças que isso acarretaria na vida institucional do país. Após um ano de disputas e radicalizações crescentes, em 1963, um plebiscito nacional restabeleceu o presidencialismo.

Em 1964, ampliou-se o leque de forças golpistas. No plano externo, o imperialismo norte-americano praticava a Guerra Fria e não aceitava nenhum outro risco, como ocorrera com a Revolução Cubana (1959) e a crise dos mísseis soviéticos na Ilha em 1962. O anticomunismo era a tônica da grande mídia nos noticiários e na luta político-ideológica por meio das federações empresariais e dos institutos financiados pelos Estados Unidos (EUA) para travar a disputa na mídia, nas universidades e escolas do país. As publicações do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisas Econômicas

e Sociais (IPES) eram distribuídas nas universidades, escolas e sindicatos fazendo a pregação anticomunista.

A igreja católica assumiu, também, uma postura anticomunista e contra o programa das Reformas de Base do governo trabalhista e é quem garantiu mobilizações massivas de oposição através das marchas com Deus, Pátria e Família. Em várias capitais formaram-se grupos religiosos profundamente conservadores e militantes, como a Tradição, Família e Propriedade (TFP), que formava quadros e militância contra as Reformas.

No campo partidário e congressual, a UDN, PDC, PL, PRP e grande parte do PSD formavam um campo majoritário nos legislativos, com forte implantação social nos pequenos e médios municípios. Mais uma vez, as Forças Armadas servem de vanguarda da classe dominante, por sua organização, disciplina, armamento e pela influência, crescente desde a Segunda Guerra Mundial, dos EUA na política de “alinhamento do país com o Ocidente”.

A novidade do golpe de 1964 é que a expectativa de parte da classe dominante foi frustrada. A derrota das “Reformas” estatizantes e de cunho social não foi seguida da retomada dos processos eleitorais previstos e o poder devolvido aos “civis”. Ao contrário, o núcleo duro do golpe formado no pensamento autoritário do Estado Novo (1937-1945), na ideia de eleições indiretas, Estado Forte e pouco apreço liberal tem uma visão de projeto próprio de país, que passava mais pelos quartéis do que pelas urnas.

Os expurgos nas Forças armadas, a dura repressão e intervenção nos sindicatos, as arbitrarias cassações de mandatos e a proscrição de entidades estudantis tornaram evidente o autoritarismo e o desprezo pela democracia que logo atingiu os partidos políticos.

O discurso pseudoliberal pró-imperialista e de manutenção aparente do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas funcionando, não ultrapassou o ano de 1965. O novo regime não aceita

alguns resultados eleitorais nas eleições regionais previstas para aquele ano, em especial Minas Gerais (MG) e Rio de Janeiro (RJ), e a resistência que se esboçava (apesar das centenas de cassações) nas Assembleias estaduais e Câmaras municipais. O governo golpista edita o Ato Institucional nº 2 que extinguiu os partidos políticos e obrigou os eleitos a aderir a um dos partidos permitidos: Arena e MDB.

Este novo golpe autoritário e antidemocrático dava uma estabilidade mínima pelo adesismo e temor ao regime, mas constituiu-se num prejuízo histórico para a construção da democracia brasileira. Já éramos vítimas do absolutismo colonial. No século do Império vivemos quase cem anos de escravidão e de domínio oligárquico que tornou o país um simulacro de liberalismo político. O mesmo podemos afirmar das primeiras décadas da República, onde a ausência de liberdade de organização partidária e de representação proporcional tornava as eleições um mero ritual de

nomeação de oligarquias, sem nenhuma expressão democrática.

Em 1964, o povo brasileiro vivia há apenas duas décadas uma experiência pluripartidária limitada, pois os partidos comunistas continuavam excluídos como alternativa política. Esse tempo mínimo de aprendizado político, de reconhecimento e identificação programática pelos cidadãos e cidadãs com seus interesses sociais e coletivos revela como essa prática é importante e insubstituível.

O quadro abaixo, reproduzindo os resultados eleitorais de 1945 a 1962, demonstra tendências de comportamento mas também revela uma das razões do golpe, do ataque ao processo constitucional legal, o caráter histórico e permanente da classe dominante brasileira contra a democracia e as conquistas históricas para alcançá-la: plena liberdade de organização político-partidária, direito de voto às mulheres, direito de voto aos analfabetos, ampliação do voto jovem etc.

Eleições 1945 a 1962 Eleitos para a Câmara dos Deputados

Eleição	1945	1947	1950	1954	1958	1962
PSD	151	161	112	119	115	118
UDN	82	83	81	73	70	91
PTB	22	24	51	58	66	116
PCB	14	14	-	-	-	-
PR	8	11	11	16	17	9
PPS	4	4	-	-	-	-
PSP	-	3	24	29	25	22
PDC	2	2	2	4	7	19
PRP	2	2	2	3	3	4
PL	1	1	5	8	3	3
PST	-	-	9	3	2	7
PTN	-	-	5	6	7	10
PSB	-	-	1	4	9	5
MTR	-	-	-	2	-	3
PRT	-	-	1	1	2	3
Total	286	305	304	326	326	409

▲ Inclui eleitos na Eleição Suplementar de 1947, somados aos eleitos de 1945.
Fonte: TSE

Os números são reveladores de que os programas políticos partidários, as práticas governamentais, a construção orgânica partidária e a relação com os sindicatos e os movimentos sociais começavam a identificar os partidos com os vários setores da sociedade.

O Partido Social Democrático (PSD), herdeiro da máquina governamental (sem eleições) do Estado Novo e sua relação personalista e populista com Vargas, elegeu em 1945 maioria absoluta na Câmara. Em 1962, representava apenas 30% da Câmara Federal e um partido marcado pela flexibilidade programática e tendência conservadora.

A União Democrática Nacional (UDN) nasceu e firmou-se como um partido liberal, defensor do alinhamento com o capital internacional e principal opositor a qualquer tipo de reforma popular e/ou estatizante, mantém-se em torno de 25% do eleitorado no período, com forte tendência de radicalização política antidemocrática e antinacional.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) é o que teve o crescimento mais acentuado no período, indo de menos de 10% em 1945 para mais de 25% em 1962, sendo o partido mais identificado com as Reformas de Base antes do Golpe. O trabalhismo apresentava mais quatro siglas dessa tendência em partidos regionais como o PTN, MTR e o PST. O Partido Comunista do Brasil (PCB) chama atenção no gráfico pois alcançou, em 1945, 14 deputados, sendo o quarto partido mais votado e que vai ter suas bancadas na Câmara Federal e nos estados cassadas em um processo antidemocrático e inconstitucional pelo Congresso e Judiciário, em típica ação vigente na Guerra Fria.

Mesmo mitigado, sem plena liberdade de organização partidária, foi período de grande aprendizado político do povo brasileiro e de maior incorporação de massas urbanas na vida política do país, apesar de terem sido apenas duas décadas do século XX.

A interrupção dessa experiência foi um dos maiores retrocessos políticos causados pelo regime golpista de 1964. Significou negar a vivência democrática, impedir a formação organizada da vontade de milhões em torno de objetivos comuns, sem o qual é impossível a construção de uma sociedade democrática.

Esse enorme prejuízo à sociedade brasileira nem sempre é ressaltado na dimensão exata do que causou às gerações que viveram as duas décadas seguintes ao golpe. Foram as gerações do silêncio, do medo à delação, do temor e do preconceito de ter opinião e do direito à expressão, da aversão ao debate e ao contraditório predominantes na ideologia das elites do país. Esses elementos não atingem apenas as classes oprimidas, mas se refletem também na indigência programática dos partidos da classe dominante pós-crise de representação social nos anos 1980.

A transição “lenta, gradual e segura” da ditadura foi garantida pelo grande acordo de conciliação entre o PDS e o PMDB e suas principais cisões, através do PFL e PSDB, no impedimento das “Eleições Diretas” e da “Anistia Ampla e Irrestrita” que abrigou golpistas e torturadores e que culminou no “Congresso Constituinte” de deputados e senadores e não em uma “Assembleia Constituinte exclusiva, livre e soberana”. Vivemos ainda este déficit democrático nas quatro décadas de democracia de baixa intensidade e que continua sendo um dos principais obstáculos às transformações profundas que o país precisa para romper a persistente desigualdade social.

A principal lição dessa experiência vivida é reconhecer a dívida democrática e institucional da Constituição Federal de 1988: a democratização efetiva dos meios de comunicação; uma reforma política que fortaleça os partidos, e não o personalismo e o individualismo do voto nominal; uma proporcionalidade idêntica para todo o país na representação da cidadania; a paridade de gênero nas representações legislativas; o caráter nacional e a coerência programática dos partidos; o fim dos privilégios e das aposentadorias especiais nos parlamentos e nas instituições do Judiciário.

Manter viva a memória histórica das lutas e impedir as saídas autoritárias, nos mostram como a estrada da democracia é longa e como devemos trilhá-la no futuro. •

Raul Pont é professor, ex-prefeito de Porto Alegre (RS) e membro do Diretório Nacional do PT.

1964. SIM, HAVIA UM ESQUEMA MILITAR CAPAZ DE EVITAR O GOLPE

MILTON TEMER

No debate sobre o golpe que derrubou o governo popular-democrático de João Goulart (Jango), o tema sobre a correlação de forças e a forma como se comportaram os militares no episódio trágico são, provavelmente, questões que abrem mais espaço para polêmicas interpretativas. As correntes golpistas eram imbatíveis? E quanto ao governo? Havia, ou não, um esquema militar capaz de garantir a legalidade constitucional?

Como oficial de Marinha cassado devido à militância em defesa do governo Jango e de suas Reformas de Base, pelo que vi e ouvi, na curta experiência de membro, já nos últimos dias do gabinete do almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, ministro legalista, e pelo que depois aprendi em tudo o que vinha à luz por diversas fontes, não hesito em afirmar: Sim, o golpe poderia ser evitado.

Do ponto de vista estritamente militar, os sediciosos, apesar de todo o apoio externo de uma campanha da grande mídia, mobilizando amplos setores das classes médias, numa incessante lavagem cerebral contra uma suposta República Sindical-Comunista que Jango ameaçava implantar, eram numerosos. Mas estavam dispersos. Não controlavam comandos de tropas decisivas. Seu núcleo dirigente, clandestino, em torno do general Castelo Branco, tinha como data de ação um ainda distante 21 de abril.

Fato hoje indiscutível é que Mourão Filho – o “Vaca fardada” segundo codinome para ele, cunhado por seus próprios colegas de farda – deslançou o movimento de forma absolutamente estabana.

Não era contabilizado entre os protagonistas, até porque comandava uma região de um dos mais débeis destacamentos do Exército. Quem relata o que preliminarmente provocou com a intempestiva iniciativa é o jornalista Elio Gaspari – autor de quatro volumes de uma polpuda história do regime ditatorial – em sua crônica no Globo, de 11 de fevereiro de 2024, em que fazia comparações com o “golpinho” bolsonarista: “[...] o de 1964 teve um espoleta: o general Mourão Filho, que comandava as mesas de uma Região Militar em Juiz de Fora. (Na manhã de 31 de março, o general Humberto Castello Branco tentou pará-lo e, no meio da tarde, o general Costa e Silva deixou o Ministério da Guerra temendo ser preso)”.

E foi mais longe, Gaspari, na coluna de 18: “Se existissem redes sociais em março de 1964, o general Humberto Castello Branco estaria frito. Nas primeiras horas da manhã de 31 de março, ele telefonou para o banqueiro José Luiz de Magalhães Lins. Pediu-lhe que falasse com seu tio, o governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, para segurar a aventura do general Mourão Filho, que se rebelara contra o governo de João Goulart”.

No campo governista, era outro o cenário: os comandos estavam em mãos de oficiais superiores, para além de legalistas, alinhados com as propostas de transformações estruturais que o governo propunha. No Exército, suas unidades mais potentes, sediadas no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, estavam mobilizadas contra os sediciosos. Na FAB, sua unidade mais importante – a Base de Santa Cruz, comandada pelo coronel Moreira Lima, cuja posição inequívoca na oposição ao golpe demonstraremos adiante – esquentava motores.

Na Marinha, a despeito de uma oficialidade embarcada amplamente influenciada pelo lacerdismo, a única força utilizável num golpe, os fuzileiros navais, tinha o almirante Aragão, janguista reconhecido, no comando.

Podemos concluir este balanço da correlação de forças, portanto, com, no mínimo, um viés (para utilizar categorias do famigerado “livre mercado”) de vantagem para os defensores da Constituição e da legalidade dela emanada.

Mas vamos acolher o legítimo argumento dos que previnem que um golpe não se decide apenas no âmbito dos confrontos de caserna. Vamos para a sociedade civil, suas instituições e seus protagonistas.

Quase todos os mais importantes jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, formadores de opinião decisivos em plano nacional, chegavam ao final de março, na sequência do célebre discurso do dia 13, das rebeliões dos sargentos, em Brasília, e dos marinheiros ocupando o Sindicato dos Metalúrgicos no Rio, desandando com o governo, propondo, com tons distintos – alguns, até mesmo se dizendo favoráveis às Reformas de Base, “desde que nos limites da Lei” – a destituição do presidente João Goulart.

Ficou célebre o editorial “Basta” do *Correio da Manhã*, que abrigava a elite dos grandes colunistas da esquerda moderada – Márcio Moreira Alves, Hermano Alves, Carlos Heitor Cony, Edmundo Moniz, para além do então jovem talento Artur Poerner, que logo depois viria a se consagrar com a produção do best-seller *O poder jovem*. O jornal optou pelo golpe, embora já no dia seguinte, diante do Primeiro Ato Institucional, passasse a ser oposição implacável ao regime autoritário que se implantava.

Mas a lavagem cerebral não se limitava à mídia impressa, com peso expressivo naquela conjuntura. Havia a cúpula da igreja católica onde pontificava o cardeal Jaime Câmara, avalizando a linha golpista de padres que ocupavam cadeiras no Congresso. Havia “institutos” organizadores de uma alienada classe média, que financiavam eficientes documentários propagandísticos dirigidos por Herbert Richers. Era um verdadeiro tsunami de anticomunismo terrorista. Sem pausa. Sem limites no financiamento de campanhas eleitorais de nomes da direita.

Essa turba, todavia, não navegava de braçada na conjuntura. Do lado legalista, uma outra grande parte expressiva da sociedade civil aplaudia as Reformas de Base e apoiava o governo. A começar pela Última Hora, de Samuel Wainer, jornal de expressão nacional que abrigava uma também importante plêiade de excelentes colunistas. Organizações sindicais, sob coordenação de um potente CGT, organizavam os trabalhadores em suas lutas contra o capital. No então importante movimento estudantil, a UNE agia na mobilização politizada de suas bases. No campo, Francisco Julião, com suas Ligas Camponesas e Gregório Bezerra, com o PCB, dirigiam e davam caráter orgânico às lutas rurais.

Na área cultural, o Centro Popular de Cultura (CPC), onde pontificavam Ferreira Gullar, Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho, com um brilhante Cinema Novo se iniciando, produziam uma arte engajada, exitosa na audiência popular. Institucionalmente, no contraponto aos “institutos” sem mestres financiados pela embaixada dos Estados Unidos, havia um Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), onde debatiam, entre desenvolvimentistas e marxistas, Álvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, Inácio Rangel, tendo, em linha paralela, o grupo do História Nova, coordenado pelo general Nelson Werneck Sodré.

E mais, sem poder ser esquecido como medida de apoio, Jango havia vencido um plebiscito pelo restabelecimento do presidencialismo, por maioria incontestável, dois anos antes.

Não estava dado, portanto, que a empreitada de Minas Gerais, com o governador Magalhães Pinto à frente, e pretendendo formar um governo paralelo a ser prontamente reconhecido pelo governo Lindon Johnson, lograria vencer, mesmo que operado dentro dos planos da cúpula. Afinal, que reação produziria na população, e entre os próprios militares, uma intervenção militar externa, norte-americana, sobre a qual muito já se falou, numa época em que soberania nacional era categoria em alta?

Nesse cenário, onde conjecturar sobre um equilíbrio de forças é até ser leniente e generoso com os golpistas, como se entende a derrocada de João Goulart sem, praticamente, nenhuma resistência?

Ouso especular que a resposta está no próprio João Goulart, em sua omissão de comando nos primeiros momentos do golpe. Por que dessa hesitação, após a força demonstrada na mobilização do 13 de março, em que seu discurso apresentando as Reformas de Base foi o ponto alto?

Iniciando pelo que se conhece de sua personalidade, a Jango não faltou coragem. Nunca vacilou nos embates anteriores com a direita, desde o golpe contra Getúlio em 1954. Mas não era líder para um confronto que assumiria caráter de guerra, com mortes de civis, para onde poderia desembocar o processo caso não fosse barrado em seus primeiros movimentos. Esta seria a razão de não ter aceitado nenhuma das propostas de ação direta preventiva, que desmontariam a sedição em sua patuscada inicial? E não foram de pouca monta, como demonstra sua biografia da autoria de Jorge Ferreira. Está lá, na página 473:

[...] O brigadeiro Francisco Teixeira, comandante da III Zona Aérea [...] falou de maneira enfática com Abelardo Jurema (ministro da Justiça, em recado a Jango): ‘Jurema, esta é uma situação em que o governo precisa tomar uma decisão; e se tomar uma decisão, como uma ação militar aqui no Rio de Janeiro, ele ganha esta parada, porque está todo mundo indeciso’. O comandante do II Exército, Amaury Kruel, ainda não havia aderido. Sua sugestão foi a seguinte: ‘Pegue um pelotão de fuzileiros ou a Polícia do Exército, não precisa de tropa, apenas um pelotão, uma companhia, e prenda o Lacerda. Ataque o Palácio Guanabara e nem precisa prender o Lacerda. Ele foge e fica tudo resolvido porque desmoraliza e mostra uma decisão do governo.

E vai mais longe o autor da biografia, ainda na mesma página:

“Em iniciativa individual, o comandante da Base Aérea de Santa Cruz e herói do Grupo de Caças que lutou na Itália, coronel-aviador Rui Moreira Lima, por conta própria decolou em um jato de caça. Com o tempo fechado por grossas nuvens, ele voou por instrumentos por longo tempo. Em dado momento, por uma nesga clara de nuvens, mergulhou e observou a tropa em marcha. Os voos rasantes assustaram os recrutas de Mourão. Muitos deles, apavorados, embrenharam-se nas matas ao largo da estrada, abandonando os caminhões repletos de armamentos. Sem mais nada que fazer, sem ordens para atirar, retornou para a Base Aérea.”

Aos risos, com aquele ar simpático que o caracterizava, em caminhada pelo Calçadão de Copacabana, me lembro de palavras que eu mesmo ouvi do já brigadeiro Moreira Lima, muitos anos depois: “não ia atirar na tropa. Queria apenas fazer fogo na frente da coluna. Mas negaram a autorização”.

Retomo, então. Por que Jango teria tido tais hesitações quase inexplicáveis? Alguns afirmam que ele estaria notificado de que uma frota naval americana já estaria em nossa costa. Pode ser, embora eu considere que também não seria fácil para os marines desembarcarem em Santos para apoiar o movimento de Minas.

Um mergulho em algo que não apareceu até aqui, me parece fundamental para explicar essa hesitação sequencial.

A campanha ideológica, avultando a ameaça comunista e República Sindicalista, tinha como mote prático dissimulado, mas fundamental para a formação de uma frente ampla do centro à direita do espectro político: destituir Jango era via única para garantir a realização da eleição presidencial em 1965.

Não teria sido outra a razão, evidentemente, para que Juscelino Kubitschek levasse a bancada do PSD, partido da base de Jango, a votar em Castelo Branco, na transformação de Congresso no primeiro dos vários Colégios Eleitorais que se seguiram durante as duas décadas seguintes (o único que se recusou a votar em Castelo foi Tancredo Neves).

E a confirmação dessa concessão de JK está no discurso de posse do marechal. Castelo declara de forma peremptória que seu mandato se instalava exatamente para garantir essas eleições. Seu mandato, declarou ele, em alto e bom som, teria fim em 1965, com a passagem da missão ao presidente que viesse então a ser eleito. O discurso está em vídeo no youtube. JK sabia do discurso de antemão.

Não seria absurdo, portanto, considerar que Jango, sem nunca se referir a tal possibilidade, também avaliasse, para sua opção de renúncia à resistência, que, em 1965, a normalidade estaria restabelecida e ele poderia concorrer. E isso pode ter sido o fator determinante; o erro histórico de avaliação, em que a força hegemônica terminou sendo derrotada, sem ter sido vencida.

Mas é importante ressaltar. Até aquele momento, não ocorria a ninguém que a quartelada viria para fazer algo distinto das várias quarteladas anteriores, em que se alternavam na hegemonia, por curtos espaços, desde o fim da II Guerra Mundial, os dois grupos do Exército, referenciados nos egressos da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Dois grupos definidos ideologicamente, uma parte, a que se concentrou na Escola Superior de Guerra, se alinhava com os Estados Unidos, e já via a URSS, antiga aliada, como inimiga a barrar, no clima da Guerra Fria que então se instalava. Juracy Magalhães os definiu: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”.

A outra, pelo contrário, creditava à URSS e seu Exército Vermelho, a derrota total do nazifascismo, onde vieram a se aglutinar os nacionalistas e os simpatizantes, e mesmo militantes orgânicos, do PCB que renascia com imenso prestígio, elegendo expressiva bancada para a Constituinte de 1946.

Mas, como premonitoriamente, Tancredo Neves, anunciara ao recusar o voto a Castelo, dessa vez, a ruptura viera para valer. E, pessoalmente, ainda lembro de encontro fortuito que tive com meu amigo de juventude em Vila Isabel, o cineasta Leon Hirzman. Com a sensibilidade que só premia os grandes artistas, não hesitava em afirmar, mesmo antes do AI-2: “essa veio para ficar por muito tempo”.

Era verdade. Duas décadas que deram início a uma série de golpes em todo o continente, onde as classes dominantes e seus exércitos viam no fim dos regimes democráticos a forma de não ver repetido em seus territórios o exemplo revolucionário de Cuba. Exemplo que aterrorizava a Casa Branca de um tosco e reacionário Lindon Johnson, mas que, no contraponto, empolgava multidões, e até luta armada, em vários países importantes do continente.

Para nós, no Brasil, lamentavelmente, por conta da transição “por cima” da ditadura civil-militar ao regime mais aberto, de uma “Nova República”, com a posse de Sarney, em que grande parte dos protagonistas dos anos anteriores se mantiveram em seus postos de comando civil e militar, a dita “democracia” que nos foi concedida não mudou em quase nada o caráter reacionário, conservador, e mantenedor da ordem subalterna aos privilégios do grande capital que marcou a formação acadêmica de nossos militares durante os anos de chumbo. E isso ficou claro após o impeachment de Dilma, com a intervenção do general Villas Boas, determinando decisão do Supremo que tirou Lula da disputa presidencial, para entregar a cadeira ao Inominável.

Sair dessa esparrela não se dará nos limites da ordem hierárquica interna das casernas, mas da consolidação de reformas estruturais, socialmente democratizantes, que influenciem e mudem, qualitativamente, a consciência dos militares a partir dos resultados positivos que venham a apresentar nas lutas contra a desigualdade social. Reformas que produzam um cenário onde o condicionamento à hierarquia e à disciplina, que constituem os princípios básicos da ação militar, quando transferidos para a vida civil, não levem a considerar a ordem capitalista vigente como o “regulamento a seguir”, nem assumam os maganos do grande capital, como os “comandantes” naturais. Que tais princípios se voltem para a defesa de um regime onde o “regulamento”, expresso numa Constituição, venha a estabelecer a hierarquia e a disciplina visando à defesa dos direitos do cidadão comum. Do “qualquer do povo”. •

Milton Temer é oficial da Marinha cassado pelo golpe de 1964, jornalista de profissão, ex-deputado federal pelo PT e fundador do PSOL.

CRÔNICA DE DUAS MORTES ANUNCIADAS, DOIS CARLOS: MARIGHELLA E LAMARCA

EMILIANO JOSÉ

Marighella tombou na noite de 4 de novembro de 1969. Assassinado por Sérgio Paranhos Fleury, um dos mais conhecidos policiais do aparelho repressivo de então. O inimigo número 1 da ditadura militar. Assim era conhecido o mulato baiano, nascido na Baixa dos Sapateiros, em Salvador, em 5 de dezembro de 1911.

Lamarca tombou em Pintada, município de Ipujiara, sertão da Bahia, ao lado de Brotas de Macaúbas, no dia 17 de setembro de 1971. Crivado de balas pelo major Nilton Cerqueira. O inimigo número um da ditadura militar. Assim era conhecido o capitão nascido no Estácio, zona norte do Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1937.

Dois inimigos número um da ditadura. Um, por veterano comunista, a incomodar as classes dominantes desde os anos 1930, e um cabra marcado para morrer nos primeiros dias após o golpe de 1964. A palavra de ordem: matá-lo.

E o mataram.

O outro, não fosse a disposição de combater a ditadura, por capitão do Exército: rasga a farda e sai Brasil afora na luta. Isso, para a ditadura era imperdoável. A palavra de ordem: matá-lo. E o mataram.

Conjuntura política no andar de cima

Tais assassinatos, feitos à queima-roupa, de maneira covarde, ocorrem numa conjuntura explosiva. O regime militar vivia um momento de radicalização. Viera o AI-5, como resposta ao amplo movimento de massas de 1968,

sobretudo das camadas médias, representadas pelos estudantes. O primeiro passo da radicalização dos militares.

Costa e Silva, o então ditador, ensaia abertura em 1969. Prepara emenda constitucional para extinguir o AI-5 e garantir vigência à Constituição de 1967. Adoece uma semana antes da assinatura da emenda constitucional, 31 de agosto daquele ano.

Assume uma Junta Militar. Nem pensar mais em qualquer abertura. Se a situação era difícil, plena de arbítrio e autoritarismo, torna-se ainda mais sombria. Não se permite a posse do vice Pedro Aleixo, e logo depois, em 30 de outubro, assume o general Emílio Garrastazu Médici. Nesse meio tempo, início de setembro, há o sequestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, a dar asas à terrível imaginação dos mais duros do regime, só contida pela força dos Estados Unidos junto aos generais brasileiros.

A Junta Militar, entre tantas medidas discricionárias, estabelece a figura da prisão perpétua e da pena de morte “em caso de guerra revolucionária e subversiva”. Era o terror. Médici será o mais terrível dos ditadores. O governo dele será o período em que mais se matará adversários políticos da ditadura. As burguesias, brasileira e internacional, deliravam de satisfação com aquele regime. Dizer isso de modo a evitar se acredite na existência de militares operando no vácuo ou se creia também tais burguesias quaisquer compromissos com a democracia.

BRAN. 353. ATO. 24.1, P. 1/363



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CÓDIGO - 08000

1 SET 1997 000000

SP/DC/MJ
INCLUSO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SIAPRO
DC/CGSG/MJ
08000.021944/97-65

INTERESSADO:

María Pavam Lamarca (cônjuge)

ASSUNTO:

Carlos Lamarca (MOR)

CÓDIGO:

OUTROS DADOS:

Deferido

conf. 21/10/97

NE 289 / 06 278

MOVIMENTAÇÕES

Seq	SIGLA	CÓDIGO	DATA	Seq	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01			/ /	15			/ /
02			/ /	16			/ /
03			/ /	17			/ /
04			/ /	18			/ /
05			/ /	19			/ /
06			/ /	20			/ /
07			/ /	21			/ /
08			/ /	22			/ /
09			/ /	23			/ /
10			/ /	24			/ /
11			/ /	25			/ /
12			/ /	26			/ /
13			/ /	27			/ /
14			/ /	28			/ /

VERIFICADO
CONTABILMENTE
105/11/97
Responsável

Gracinda Ferreira Lima de Araújo
Téc. de Finanças e Controle
Mat. 3.013.846-8

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:

ARQUIVE-SE

▲ Dossiê com foto, documentos, requerimentos (do Greenhalgh) sobre Lamarca
Crédito: Memórias Reveladas, Arquivo Nacional. Dossiê Arquivo BR_DFANBSB_AT0_0_0_0168_d0001de0001

SEDAP/PR - IMPRESSO Nº 47

Conjuntura política no andar de baixo

O ano de 1968 nos entusiasmou. E nos encheu de ilusões. Era tempo de voluntarismos. A vontade no posto de comando. Tempo de Vietnã. De glorificação de Guevara. De afirmação do pensamento foquista, ou debraysta, revolução na revolução. O inimigo está nos cercando, não deixemos que ele escape. Acreditava-se na disposição de uns poucos homens e mulheres, na coragem deles, para tomar das armas, poucas fossem, e derrotar a ditadura. Marighella, o velho comunista, formado na escola do PCB, único partido a não enveredar pelos caminhos do pensamento foquista, não passou ileso por esse espírito do tempo. Sai do PCB, e já no ano de 1967 está dando providências para a formação da Ação Libertadora Nacional (ALN), ao tempo do início das primeiras ações de expropriação de bancos.

Foi tomado inteiramente pelo pensamento voluntarista: fomentava a ação revolucionária, viesse do modo que viesse, sem necessidade de pedir licença a ninguém, não queria mais a existência de um partido a dirigir a Revolução. Cuido sempre de lembrar: é um grave equívoco celebrar apenas o Marighella guerrilheiro. A maior parte da existência comunista dele se deu dentro do PCB. Lamarca, muito mais novo, mesmo no Exército, vai se convencendo da necessidade da luta armada, tomado, de uma forma ou de outra, pelo pensamento debraysta. Quando foge com uma Kombi entupida de armas do 4º Regimento de Infantaria, em janeiro de 1969, está disposto ao confronto aberto com o regime militar.

Integra naquele momento a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Mais tarde, Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Depois, outra vez VPR refundada por ele. E no fim, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Várias organizações, diferentemente de Marighella, cuja militância restringiu-se a dois agrupamentos.

Nesse clima, e estamos falando do clima pós-AI-5, a vitória revolucionária estaria na ponta do fuzil e as discussões se concentravam na forma de luta, sempre luta armada, acentuando-se a perspectiva militarista. Salvo sempre o PCB, a acreditar no processo de acumulação de forças, na luta de massas, na opinião do partido era o único caminho para derrotar a ditadura, e isso veio a se revelar verdadeiro.

Com tal ideologia dominante na esquerda favorável à luta armada, praticamente impossível qualquer análise profunda da correlação de forças. Diria: marxismo abandonado. O inimigo estava na ofensiva: olhando hoje parece óbvio. Para o pensamento dominante na esquerda, não.

E ela resolve partir pra cima. E nesse caso, partir pra cima significava, como significou,

e para todas as forças, inclusive o PCB, o massacre, o uso do martelo-pilão contra a formiga, como disse impiedosamente Adyr Fiúza de Castro, um dos mais violentos generais da ditadura.

Marighella e a noção da morte próxima

Marighella, depois de mais de três décadas no PCB, revolucionário impaciente, considera o partido apático, e vai para o confronto aberto. Junta centenas de militantes na ALN, sobretudo jovens, e parte para a luta armada.

Há o sequestro do embaixador americano, Charles Burke Elbrick, sobre o qual ele não foi informado, embora a ALN participasse. No episódio, embora se solidarize com os revolucionários, compreende: a esquerda não ia aguentar o tranco. Repressão viria com gosto de gás. E a vida dele, por um fio: teve consciência disso.

E o mataram.
Não podiam deixá-lo vivo.

Matá-lo significava não permitir a existência de um herói vivo.
Não permitir a palavra dele, de tanto alcance.
Dar o exemplo: quem se colocasse na linha de tiro da ditadura, seria morto.
Não havia contemplação.
Revolucionários simbólicos, capazes de estimular a esquerda, deviam ser sumariamente executados.
O inimigo número um não podia permanecer vivo.
E o mataram.

O assassinato de Lamarca

Nem dois anos se passam, e no dia 17 de setembro de 1971 Lamarca é assassinado sob o sol dos sertões da Bahia.

Ele provocava, como é fácil prever, uma raiva incontida nos militares. Fora um deles. Não podia viver. Um sujeito capaz de levar 63 fuzis FAL para a luta armada? Não. E ele ainda carregava nas costas o fato de ter escapado a um cerco de milhares de homens das Forças Armadas durante a chamada Guerrilha do Vale do Ribeira. Permanecer vivo um exemplo desses? De modo nenhum.

Não. Tinha de morrer. E morreu fuzilado pelo então major Nilton Cerqueira e pelo cabo Dalmar Caribé. Ambos mataram na mesma ocasião o inseparável companheiro do capitão, José Campos Barreto, Zequinha.

Era agora o inimigo número um da ditadura. Porque um forte símbolo para a esquerda armada.
E porque um traidor, na linguagem castrense de então.
E o mataram.

Trágicas escolhas

Ao lembrar os dois inimigos número um da ditadura, presta-se homenagem às centenas de homens e mulheres mortos, destroçados por ela. Os dois são lembrados pelo simbolismo deles, pela coragem, pelo fervor revolucionário.

E a lembrança é feita tentando situá-los nas circunstâncias históricas vividas por eles, e discutindo as escolhas feitas pelos dois, no calor da hora, em meio ao que acreditavam urgência da revolução.

Dois heróis trágicos.

Os dois recusaram-se a sair do País, e tal opção hoje poderia ser vista como a mais correta.

Marighella fazia de tudo para ajudar na saída de companheiros, como o fez com Joaquim Câmara Ferreira, principal companheiro de ALN. Mas, recusava-se terminantemente a ir para o exílio.

Lamarca negou-se a qualquer medida nesse sentido quando João Lopes Salgado foi a Brotas de Macaúbas para tentar convencê-lo a um recuo, quando já se mostrava próximo o cerco a levá-lo à morte.

Atitudes semelhantes.

De alguma forma, reféns da coragem e do idealismo revolucionário. Sentiam-se mal, os dois, em deixar companheiros combatendo enquanto seguiam para o exílio.

Ao dizer isso, ao discutir tais escolhas, não se pretende esconder a única responsável pela morte deles: a ditadura. Na esquerda, estamos acostumados a rever, a discutir nossos erros. Como disse Jacob Gorender, a luta armada foi um erro. Até porque levou à perda de revolucionários essenciais à nossa luta de então.

Nada disso, no entanto, nos leva a esquecer o papel de homens e mulheres cujo sangue é testemunho de um tempo de horror. Tempo de heróis. Heróis trágicos, como Marighella e Lamarca.

É possível e necessário discutir os caminhos, e o fizemos neste texto, mas não é possível desconhecer que tenham deixado como legado a todos nós a coragem, o ânimo revolucionário, a atitude corajosa de pensar na libertação do Brasil.

Para não nos referirmos apenas a marxistas, vale lembrar Hannah Arendt, para quem a principal virtude de quem faz política é a coragem. Tal virtude nunca faltou a Lamarca e a Marighella. Continuamos precisando de muita coragem para enfrentar os desafios do Brasil e do mundo.

Evidente, e pensamos ter deixado nítido esse pensamento: a coragem solitariamente não é suficiente para a política.

O fazer político, e mais ainda a política revolucionária, reclama reflexão, capacidade de entender o mundo, analisar correlação de forças, compreender o tático e o estratégico, sempre ligados a um horizonte.

E este horizonte, ontem como hoje, é a superação do mundo produtor de mercadorias, a ultrapassagem do neoliberalismo e do capitalismo, com toda a miséria representada por eles.

Viva Marighella!
Viva Lamarca!
Viva todos os que tombaram na luta contra a ditadura! •

▼ Carlos Marighella: Créditos: Reprodução



▲ Carlos Lamarca: Créditos: Arquivo Publico

Emiliano José é jornalista e escritor, autor de Lamarca: O Capitão da Guerrilha com Oldack de Miranda, Carlos Marighella: O Inimigo Número Um da Ditadura Militar, Waldir Pires – Biografia (2 vol.), entre outros

Referências:

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: inimigo número um da ditadura militar* – São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004.

JOSÉ, Emiliano; Oldack de Miranda. *Lamarca: O capitão da Guerrilha* – São Paulo: Global, 2015.

FRENTE DEMOCRÁTICA CONTRA O GOLPE

ALBERTO CANTALICE

O desafio de fazer um artigo falando da participação de brasileiros não vinculados às esquerdas orgânicas, na luta pela derrota da ditadura instaurada em 1964, pode levar a algumas interpretações controversas. Muitos dos citados optaram por caminhos diversos pós-redemocratização. Suas alternativas posteriores, porém, em nada invalidam suas participações como protagonistas e, que juntos (nem sempre na mesma trilha) com as forças de esquerda, se empenharam e assumiram riscos políticos e pessoais pela derrota do regime civil-militar, de triste memória.

Unindo Forças

A derrota sofrida pelas forças populares e democráticas no 1º de abril de 1964, foi um balde de água fria nas aspirações daqueles que acreditavam ser possível construir uma nação mais justa e independente. O sonho das Reformas de Base e do aprofundamento da democracia se esfumaram. O papel preponderante das Forças Armadas, apoiadas pelos EUA, em plena Guerra Fria; pelos setores empresariais, da imprensa, da Igreja e das classes médias, deu pistas desde seu nascedouro do que se tratava: uma ação antipovo e de reversão de suas parcas conquistas advindas desde a chamada Era Vargas.

Visto por parte dos apoiadores do golpe como uma espécie de “freio de arrumação”. Foi se percebendo ao longo dos anos que os militares dificilmente “largariam o osso”, pois sem, praticamente, nenhuma resistência ou disputa, conquistaram aquilo que há muito ansiavam: o poder político do Estado.

Alguns setores políticos que embarcaram na aventura golpista, e “ingenuamente” a acreditavam breve, foram se descolando e assumindo posições oposicionistas. Estão nessa categoria: Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda, Ulisses Guimarães e, posteriormente, Teotônio Vilela.

Mesmo na imprensa, articulistas como Carlos Heitor Coni, Antônio Callado, Otto Maria Carpeaux e Edmundo Moniz, do antigo *Correio da Manhã* e do *Jornal do Brasil* “iludiram-se” inicialmente com o “restabelecimento da ordem”, pós derrubada de João Goulart. O que depois da mudança de posição, acarretou pesadas sanções aos veículos de imprensa.

O primeiro grande ensaio oposicionista ao regime foi a tentativa de montagem da chamada Frente Ampla, composta por velhos adversários: Juscelino, Goulart e Lacerda. A iniciativa pela amplitude aumentou a ferocidade do regime que impôs as cassações de Kubitschek e Lacerda por dez anos.

Nascia aí a mobilização da sociedade civil na resistência.

As passeatas e a agregação dos estudantes e dos intelectuais nas ruas foram os primeiros movimentos de massa, que por sua amplitude e número de participantes afrontaram o regime. A presença da contestação e o início da mobilização das classes médias, aliadas as greves de Osasco (SP) e Contagem (MG), levaram ao endurecimento da ditadura com a decretação do Ato Institucional nº 5. O famigerado AI-5.

Organizados no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), parte dos descontentes com os rumos da ditadura, com o apoio dos comunistas e dos trabalhistas resolveram disputar as eleições e tentar impor derrotas no Congresso ao partido do sistema, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e aos generais.

Enfrentando toda a sorte de boicotes, garrotes financeiros, perseguições dos coronéis da politicagem no interior do país e o medo da repressão, em 1974 o MDB conseguiu vencer as eleições e estabelecer uma grande bancada na Câmara e no Senado. Foi a partir desse pleito eleitoral que a ditadura voltou suas baterias contra o proscrito PCB e empreendeu uma série de cassações de mandatos dos eleitos pelo MDB.

Nesse período também se deu as mortes até hoje mal explicadas de Juscelino, Jango e Carlos Lacerda. Inicialmente, anotadas como fatalidades há, até os dias atuais, uma certa suspeita de ação da chamada Operação Condor propugnada pelas ditaduras do Cone Sul¹.

Nesse período nasce o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) que congregando atores importantes da sociedade civil deu empuxo ao movimento para isolar o regime. Há que se destacar entre tantos, o papel desempenhado por Therezinha Zerbini, esposa do general cassado Euríale de Jesus Zerbini. Dona Therezinha como era chamada, juntou-se aos familiares e amigos dos exilados, presos e cassados em um movimento de ampla representatividade que galvanizou o país.

Em todos os estados brasileiros e até em municípios foram organizados núcleos do CBA.

Outro fato relevante foi a “anticandidatura” de Ulisses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, em 1976, que percorreu o país denunciando o jogo de cartas marcadas que foi a eleição de Ernesto Geisel, no Colégio Eleitoral.

Barbosa Lima Sobrinho que veio presidir a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Ulisses Guimarães na presidência do MDB, foram um dos polos da resistência enquanto a tortura e as mortes se sucediam nos porões da ditadura.

O rompimento do senador Teotônio Vilela, da Arena de Alagoas, com a ditadura, mostrou que havia fissuras na armadura do regime capaz de enfraquecê-lo. A derrota do republicano Gerald Ford e a ascensão do democrata Jimmi Carter na presidência dos Estados Unidos, foi mais um elemento de problema para a ditadura, pela insistente pregação em defesa dos direitos humanos feita pelo presidente norte americano em visita ao Brasil, estrangendo o então ditador de plantão.

A volta à cena do movimento sindical, que no ABC paulista sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, mobilizara multidões contra o arrocho salarial; a emergência dos movimentos contra a carestia e a participação dos estudantes na retomada de suas lutas, impulsionaram o componente popular da oposição ocasionando o emparedamento dos golpistas de 1964.

Outro dado de relevância significativa foi a volta dos exilados: Luiz Carlos Prestes, Leonel Brizola, Miguel Arraes, João Amazonas, Giocondo Dias, Darcy Ribeiro, Waldir Pires, Herbert de Souza (o Betinho), Wladimir Palmeira, Luís Travassos, Apolônio de Carvalho, entre outros, com suas vastas experiências reforçaram a luta pelo fim do regime.

Foi a conjugação de esforços das forças de esquerda e dos setores democráticos que possibilitaram a derrota do regime em 1985. Um período de 21 anos de trevas, cujo a mácula ainda permanece. Vide o golpismo tentado no dia 8 de janeiro de 2023.

A frente democrática

Na impossibilidade de nominar os milhares de democratas e progressistas, não necessariamente militantes ou quadros da esquerda brasileira, corro o risco de omissão ao citar alguns que tiveram papel destacado na derrota do regime no campo do parlamento: Fernando Henrique Cardoso, Roberto Requião, Marcos Freire, Almino Afonso, Tancredo Neves, Pedroso Horta, Franco Montoro, Paulo Brossard, Orestes Quêrcia, Itamar Franco, Pedro Simon, Alencar Furtado, Francisco Pinto, Mário Covas, Fernando Lyra, Severo Gomes, Fernando Gasparian, Alceu Colares, Eduardo Suplicy, Alberto Goldman, Marcelo Gato, Lysâneas Maciel, Marcelo Cerqueira, Modesto da Silveira, Henrique Santillo, J.G. de Araújo Jorge, Délio dos Santos, Airton Soares, Freitas Nobre, Fernando Sant’Ana, Edson Khair e muitos outros. •

¹Operação Condor (Plan Cóndor) foi estabelecido oficialmente em 25 de novembro de 1975 em uma reunião realizada em Santiago do Chile entre Manuel Contreras, chefe da DINA (polícia secreta chilena) e os líderes dos serviços de inteligência militar da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. Foi uma campanha de repressão política e terror de Estado levada a cabo pelas ditaduras de direita, com apoio dos Estados Unidos, contra opositores.

Alberto Cantalice é diretor de comunicação da Fundação Perseu Abramo e membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.





▲ Assembleia dos Professores Estaduais e Municipais do Rio de Janeiro no Sindicato de Operários Navais, em Niterói/RJ, no dia 11 março de 1979. Crédito: Autoria desconhecida. Acervo CSBH/FPA.

AS LUTAS DO MOVIMENTO LGBTQIA+ E A DITADURA MILITAR

JAMES GREEN

O surgimento do movimento LGBTQIA+ brasileiro, em 1978, está intimamente ligado à história da ditadura militar brasileira e às novas ideias que circularam internacionalmente nas décadas de 1960/70 sobre gênero, sexualidade e cultura.

Embora a sodomia fosse considerada uma ofensa grave “contra a natureza” no império português, o novo código de 1830 descriminalizou a prática. No entanto, o Estado controlou a visibilidade das sexualidades e performances de gênero não normativas por meio de leis que puniam as pessoas envolvidas em atos considerados contra o moral e os bons costumes, ou por meio de leis contra a vadiagem para prender pessoas que se encontrassem com outras em espaços públicos.

Ao longo do século 20, “frescos”, “viados”, “bichas” e “sapatonas”, termos usados para marginalizar homens e mulheres que tinham desejos sexuais ou identidades de gênero não normativas, reforçavam as ideologias conservadoras da igreja católica, os discursos de médicos e juristas e a moralidade das classes médias. Apesar disso, essas pessoas marginalizadas criaram espaços sociais seguros numa sociedade hostil, usando o Carnaval como um momento do ano em que eram livres para expressar as suas próprias ideias de gênero e sexualidade.

Até a década de 1950, festas privadas ou parques públicos eram alguns dos poucos lugares onde homens ou mulheres podiam interagir livremente, longe dos estigmas sociais. Neste sentido, as capitais dos estados tornaram-se destinos para aqueles que fugiam do controle conservador de pequenas cidades e comunidades fechadas, onde podiam viver relativamente com mais liberdade no anonimato dos grandes centros urbanos, longe dos olhares das suas famílias.

Esse processo também ocorreu em outras partes da América Latina. Mesmo antes da famosa Rebelião de Stonewall, em Nova Iorque (1969), contra a invasão policial de um bar gay, que marcou o início de uma nova onda de organização política por parte das pessoas LGBT nos Estados Unidos, articulações semelhantes aconteciam na América Latina.

Em 1967, na grande Buenos Aires um grupo de operários, migrantes do interior do país e sindicalista de telecomunicações organizaram o primeiro grupo do país, o Nuestro Mundo, para oferecer apoio e solidariedade aos gays, lésbicas e pessoas trans no contexto da luta por direitos e reconhecimento. Ele foi o primeiro grupo de ativíssimo político homossexual latino-americano.

Em agosto de 1971, vários grupos formaram a Frente de Libertação Homossexual de Argentina (FLH-A) e levaram a cabo uma ofensiva política para desafiar tanto as ideologias conservadoras da sociedade tradicional e dos peronistas, quanto os preconceitos das esquerdas, que consideravam a homossexualidade uma depravação moral e um produto da “decadência burguesa”, que desapareceria durante o processo de uma reorganização radical da sociedade argentina. Infelizmente, a crescente repressão de todas as forças progressistas na Argentina e o golpe de 1976 levaram à liquidação da FLH-A logo após a tomada do poder pelos militares.

Durante o mesmo período, no Brasil houve uma visibilidade significativa e crescente de gays, lésbicas e pessoas trans, que criavam identidades comuns e múltiplos espaços de sociabilidade. No Rio de Janeiro, em São Paulo, Salvador e Recife estavam presentes todas as condições para formar grupos que contribuíram com a politização geral e a transformação cultural ocorridas mundialmente nos anos 1960.

Neste contexto, não devemos esquecer que uma força política importante mobilizada contra o governo de João Goulart foram movimentos da direita, como a Tradição, Família e Propriedade (TFP) e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A defesa da família brasileira, vista como instituição fundamental para proteger a sociedade de supostas ameaças de que o país se tornaria uma nação comunista, motivou milhões de pessoas a saírem às ruas para pedir a queda do governo Goulart e depois do 1º de abril de 1964, celebrar a tomada de poder pelas Forças Armadas.

A eliminação de direitos democráticos e de liberdades públicas desencadeada pelo golpe adiou as possibilidades da formação de um movimento de dissidentes sexuais para pautar esses temas na cena pública. Paralelamente, a ditadura reforçou o poder da polícia para vigiar as ruas das cidades, expandiu a censura sobre diversas esferas da vida e utilizou o poder do

Estado para cometer graves violações aos direitos humanos de pessoas LGBTQIA+.

Além disso, a ideologia que justificava o golpe, o regime autoritário, a cassação de direitos democráticos e outras violências, a partir de uma razão de Estado e em nome de valores conservadores ligados à doutrina da segurança nacional, continha claramente uma perspectiva homofóbica, que relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão.

Assumida agora como visão de Estado, a representação do homossexual como nocivo, perigoso e contrário à família, à moral prevalente e aos “bons costumes” legitimava a violência direta contra as pessoas LGBTQIA+, as violações de seu direito ao trabalho, seu modo de viver e de socializar, a censura de ideias e das artes que

ofereciam uma percepção mais aberta sobre a homossexualidade e a proibição de qualquer organização política desses setores.

Apesar da virada conservadora do regime político, a sociedade brasileira estava em processo de vivenciar mudanças culturais significativas. Mais mulheres de classe média frequentavam universidades e ingressavam na força de trabalho. Os costumes sexuais mudaram e a virgindade era cada vez menos um pré-requisito de casamento para as mulheres da classe média. A Tropicália como movimento musical e cultural, um dos muitos exemplos das mudanças socioculturais que ocorriam neste período, especialmente no centro urbano, criou espaços para novas conversas sobre gênero e sexualidade. Porém, em 1969, o AI-5 e a repressão eliminaram qualquer possibilidade de formação de grupos políticos de pessoas LGBTQIA+.



▼ Faixa do Grupo Somos durante a Greve dos Metalúrgicos do ABC Paulista, em 1980. Crédito: Autoria desconhecida. Reprodução.

Infelizmente, mesmo os setores progressistas no Brasil demoraram para compreender a relação entre a repressão direta da ditadura e os seus efeitos gerais na cultura política e nas instituições da sociedade brasileira. Isso está *amplamente documentado em meu livro Revolucionário e Gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel*, que detalha como grandes setores da esquerda revolucionária viam ironicamente a homossexualidade da mesma forma que as instituições conservadoras que operam no Brasil: a igreja católica, as Forças Armadas, as escolas e a mídia. Além de todas as noções tradicionais sobre a homossexualidade e as identidades de gênero não normativas como sendo imorais, uma perversão, uma doença ou uma afronta aos papéis sexuais tradicionais, a esquerda revolucionária apropriou-se de ideias da União Soviética, da China e de Cuba. Baseado nestas perspectivas, as relações eróticas entre pessoas do mesmo sexo ou com diferentes construções de identidade de gênero eram considerados como produtos da decadência burguesa, que seriam eliminadas após uma revolução socialista. Isto fez com que muitos jovens LGBTQIA+ com certa simpatia pela esquerda, se sentissem indesejáveis na oposição ao regime militar.

Para outras pessoas, como Herbert Daniel, que queria desesperadamente fazer parte da resistência radical ao regime, as ideias hegemônicas sobre a (homo)sexualidade criaram um clima no qual ele entendia que os homossexuais ou os homens excessivamente afeminados não podiam fazer parte do projeto revolucionário. No caso de Daniel, para ingressar na luta armada ele se sentia na obrigação de reprimir sua sexualidade, o que fez entre 1968 e 1971, enquanto vivia na clandestinidade, participava de assaltos a bancos, treinamento guerrilheiro na Vale da Ribeira e sequestros dos embaixadores da Alemanha e da Suíça para a liberar 110 presos políticos.

O intenso crescimento econômico entre 1968 e 1973, embora tenha favorecido certas classes sociais e deixado os pobres e a classe trabalhadora numa situação socioeconômica pior, ajudou a fortalecer o regime. A expansão da economia teve um efeito indireto na sociabilidade de gays, lésbicas e trans, pois o aumento da circulação de dinheiro e de bons empregos para setores das classes médias criaram as condições para uma expansão dos espaços urbanos para pessoas LGBTQIA+. A abertura de novas discotecas e locais de encontro fortaleceu o sentido de uma identidade comum para muitos. Essas mudanças socioeconômicas criaram as condições para estabelecer uma base social que fez algumas pessoas, mais tarde, aderirem ao movimento.

Em 1968 e 1969, a ideia de se assumir era inconcebível para as pessoas LGBTQIA+ envolvidas na oposição à ditadura, porém, o processo da distensão prometido por Geisel em 1974 e as mudanças culturais ocorridas após AI-5 criaram um clima propício para a fundação de um movimento. No começo de 1978, o editorial inicial do jornal *Lampião da Esquina*, a primeira publicação política LGBTQIA+ no Brasil, deu ensejo ao que podemos considerar uma breve análise sobre a conjuntura política do país: “Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral a imprensa noticia promessa de um Executivo menos rígido, fala-se da criação de novos partidos políticos, de anistia, de uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma ‘abertura’ do discurso brasileiro.” O título do editorial, *Saindo do gueto*, é um epítome da importante postura de romper com o espaço urbano de proteção que gays, lésbicas e trans haviam criado para si nos anos 1950/60/70, sobretudo para garantir um pouco de sociabilidade longe dos estigmas sociais que marginalizavam as pessoas, dos conceitos médicos que tratavam a homoafetividade como doença e da moral católica que considerava a homossexualidade um pecado.

Dessa forma, o editorial representou um apelo à interação com a sociedade brasileira cujo objetivo era suscitar outras atitudes a respeito do tópico de amor (e sexo) entre pessoas do mesmo sexo e as maneiras diversas que as pessoas entendiam a identidade de gênero. Contudo, se essa abertura do discurso brasileiro, que o editorial festejou, oferecia justamente a possibilidade de se questionar coletivamente e publicamente esses velhos preconceitos sobre a homossexualidade, ela também facultava um espaço de divergências sobre as propostas, os rumos e os objetivos do incipiente movimento no Brasil.

Ainda persistiam tensões significativas entre aqueles que se opunham ao regime militar. Isso foi claramente exemplificado no debate de fevereiro de 1979, organizado pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). Anunciado como debates sobre “minorias” e realizado durante quatro noites sucessivas, representantes dos movimentos feministas, negros, indígenas e LGBTQIA+ apresentaram as ideias e objetivos de seus novos movimentos a estudantes e professores da USP.

Durante as discussões que se seguiram, eclodiu um debate entre os estudantes militantes de diferentes organizações

das esquerdas e membros do movimento emergente sobre a melhor estratégia para derrotar a ditadura. Estudantes filiados ao PCB, ao PCdoB e ao reorganizado MR-8 argumentaram que questões como racismo, sexismo e homo/lesbo/transfobia (embora não usassem esses termos na época) dividiam a ampla frente única contra a ditadura e eram questões a serem resolvidas após uma transformação radical da sociedade brasileira. Os membros do movimento LGBTQIA+ refutaram esses argumentos apelando à total independência e autonomia do movimento em relação às organizações políticas de esquerda, que na sua imaginação, contraditoriamente, eram contra o movimento, mas também tentariam cooptar e dominar a sua potência política.

A fundação em maio de 1978 do Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, a primeira organização política brasileira LGBTQIA+, criou as possibilidades de uma intervenção no processo de abertura. A ala esquerda do Somos levou o grupo a várias atividades importantes, visando criar ligações com outros movimentos sociais e processos políticos em curso. Por exemplo, o Grupo Somos participou no ato do Dia do Zumbi, em 20 novembro de 1979, em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, com uma faixa que proclamava *Contra a discriminação racial*, assinando como *Somos – Grupo de Afirmação Homossexual*.

Já no I Encontro de Grupos de Homossexuais Organizados, realizado na Semana Santa de 1980, em São Paulo (SP) com a presença de mais de 200 militantes de pelo menos 15 grupos espalhados pelo país, houve uma moção aprovada pela assembleia de apoio à greve geral dos metalúrgicos do ABC. Quando outra moção foi introduzida no Encontro, propondo a participação do movimento no 1º de Maio durante a greve geral para oferecer solidariedade aos trabalhadores, a proposta perdeu na assembleia por um voto. Como resultado, a maioria dos membros do grupo Somos resolveu participar com um nome alternativo, Comissão de Homossexuais pró-1º de Maio, para evitar uma racha dentro do grupo.

Com São Bernardo cercada pelo II Exército, que bloqueou o trânsito em volta da cidade para diminuir a participação no evento, 50 lésbicas e gays resolveram engrossar as atividades em solidariedade aos trabalhadores em greve, levaram duas faixas enormes, de seis metros de extensão cada uma. A primeira faixa declarava com letras grandes *Contra a intervenção nos sindicatos do ABC* e foi assinada pela *Comissão de Homossexuais Pró-1º de Maio*. A outra dizia *Contra a discriminação do/a trabalhador/a homossexual*.

Eram duas demandas aparentemente simples. A primeira refletia o espírito do momento contra as arbitrariedades do regime militar e a favor das liberdades democráticas. A segunda foi mais audaz na sua postura politicamente correta de inclusão do gênero feminino na linguagem escrita na faixa, bem como na inclusão de uma reivindicação até então nunca levantada em praça pública. Não se tratava de demandas pela união civil ou pelo casamento de pessoas do mesmo sexo, embora tais direitos fossem tão inimagináveis naquele momento quanto as reivindicações pela igualdade democrática de gays e lésbicas dentro da classe operária.

A participação destas 50 pessoas no 1º de Maio de 1980 marcou um dia histórico para o movimento LGBTQIA+ brasileiro, revelando como um setor do movimento esteve engajado nas mobilizações contra a ditadura e procurando aliados nas conquistas dos seus direitos contra a discriminação e marginalização.

No início da década de 1980 houve um declínio do movimento LGBTQIA+ devido a vários fatores, entre eles um certo esgotamento por parte de muitos líderes, a vulnerabilidade financeira de organizações que não recebiam recursos externos, uma recessão econômica e uma noção de que com o retorno à democracia as principais questões do movimento seriam abordadas.

No entanto, os grupos que conseguiram sobreviver ao declínio do ativismo realizaram várias campanhas importantes. Entre elas estava a luta durante a Assembleia Constituinte para incluir na Constituição uma disposição que proibisse a discriminação com base na orientação sexual. Embora a moção tenha recebido o apoio de apenas 25% da Assembleia Constituinte, todas as pessoas que se identificaram com as esquerdas votaram a favor da proposta. Muitos setores das esquerdas, incluindo a maioria dos militantes e líderes do Partido dos Trabalhadores (PT), apoiaram formalmente a emenda e foi um sinal de que, gostando ou não, a agenda do movimento LGBTQIA+ havia se associado à esquerda, pelo menos aos olhos da direita, católicos conservadores e cristãos evangélicos.

Desde o fim da ditadura militar, o movimento LGBTQIA+ cresceu em tamanho e importância, sendo hoje uma força política no país. As experiências forjadas na luta contra ditadura serviram de base para os avanços significativos do movimento nas últimas quatro décadas. •

James Green é professor de História do Brasil na Brown University e presidente do conselho diretivo da Washington Brazil Office.



Esta noite, proclamamos nossa mensagem:

Sim, somos irmãs, filhas e mães, mas antes de tudo mulheres e companheiras da luta dos brasileiros de hoje e amanhã.

Não queremos ser a memória de compassivas testemunhas de uma ordem que não escolhemos.

Queremos construir o novo dia, defendendo o direito mais simples.

Da alegria das manhãs de pão sobre a mesa

trabalho assegurado e retorno ao fim do dia

O direito mais simples

Da noite sem emboscada

Nosso tempo é de nação dividida, pela desigualdade e injustiça.

Porque sonharam o que sonhamos, muitos dos nossos

estão na distância do exílio.

na solidão do confinamento

nas sólidas prisões do obscurantismo, do temor e do medo.

Ousamos lutar por um lugar,

que seja esta mesma terra nossa, Onde a igualdade se estabeleça

e perdure;

Que haja trabalho e justiça, e não desemprego e humilhados;

Que haja voz e unidade, e não silêncio e ressentimento.

Esta é uma noite que se sonha às noites anteriores de nossa existência

É mais uma noite em claro.

Uma noite de plenos pulmões pelo sagrado

direito de viver e trabalhar, e agir em todos

os momentos de nossa história como cidadãos inteiros e conscientes.

Não é exclusivamente uma noite da mulher

pela anistia,

E uma noite do ser,

da humana condição de sofrer e ser consciente.

**NOITE DA
LIBERDADE.**

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA, NÚCLEO DA BAHIA,
OUTUBRO 77.

▲ Cartaz do Movimento Feminino pela Anistia, do Núcleo da Bahia, com o poema Noite da Liberdade, datado de outubro de 1977.
Crédito: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo Deops/SP – Anistia de 1979, Seleção de Documentos.

1964: OS ESTADOS UNIDOS E O GOLPISMO

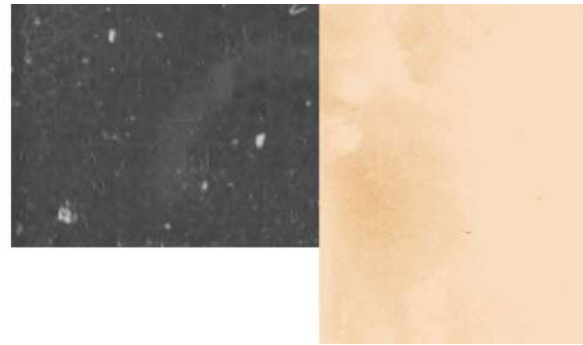
VALTER POMAR

Há efemérides e “efemérides”, as que comemoramos e as que amaldiçoamos. O sexagésimo aniversário do golpe militar de 1º de abril de 1964 faz parte do segundo tipo. Aquele golpe não apenas deu início a uma ditadura militar, que estrangulou as liberdades democráticas por 21 anos, mas também bloqueou o caminho do país para o bem-estar social, para o desenvolvimento e para a soberania. Os efeitos do golpe não morreram com o fim da ditadura: as sequelas seguem presentes até hoje, em todos os terrenos da vida nacional. Uma dessas sequelas é o comportamento, presente em boa parte das elites políticas e culturais, de subalternidade frente aos Estados Unidos.

Desde 1823 até hoje, os Estados Unidos afirmam que “a América é para os americanos”. Ou, em bom português, que o conjunto do continente americano deve estar submetido aos estadunidenses. Esta crença foi acompanhada, ao longo dos últimos duzentos anos, de um conjunto de medidas práticas – de natureza diplomática, econômica, cultura política e militar – que efetivamente submeteram a maior parte da região aos Estados Unidos.

Os efeitos disso, sobre os diferentes países americanos, não foram homogêneos. No caso específico do Brasil, os Estados Unidos contribuíram decisivamente para que a classe dominante brasileira bloqueasse diversas tentativas de ampliar qualitativamente nosso desenvolvimento, bem-estar social, liberdades democráticas e soberania nacional. Evidentemente, o principal obstáculo para mudanças estruturais pró-povo em nosso país é a classe dominante brasileira. Mas é óbvio que, sem o apoio dos Estados Unidos, aumentariam muito as chances da “nossa” classe dominante ser derrotada.

A ingerência gringa se fez presente, notadamente, nos golpes contra Vargas (1945 e 1954), Goulart (1964), Dilma (2016) e Lula (2018). Os responsáveis institucionais por cada um desses golpes foram os presidentes Truman, Eisenhower, Lyndon Johnson, Obama e Trump, respectivamente. Valendo lembrar que o vice de Obama, durante o golpe contra Dilma, era o atual presidente dos Estados Unidos, Joe Biden.



Desses vários golpes, o mais profundo e negativo – historicamente falando – foi o de 1964. O Vargas deposto em 1945 vinha de uma ditadura; o suicídio de Vargas, em 1954, adiou o golpe por uma década. Seis anos depois do golpe contra Dilma e quatro anos depois do golpe contra Lula, o PT venceu novamente as eleições presidenciais. Já o golpe de 1964 desembocou numa ditadura que durou 21 anos, sem contar os quatro anos de transição conservadora e, depois disso, mais quatro décadas de impunidade para os crimes dos golpistas e da ditadura.

A participação dos Estados Unidos no golpe de 1964 teve várias camadas, envolvendo orientação política privada e pública, financiamento legal e ilegal, conspiração e suporte militar, que chegou a ponto de haver uma frota trazendo tropas, aviões e suprimentos, à disposição, para ajudar, caso houvesse resistência ao golpe. Lamentavelmente, para nossa eterna vergonha, especialmente para quem acreditava no “dispositivo militar” do governo Jango, não foi necessária a intervenção direta dos gringos e de sua Operação Brother Sam.

O suporte dos Estados Unidos às nossas forças armadas prosseguiu durante a ditadura, inclusive no apoio à repressão, tortura incluída. Aliás, desde a Segunda Guerra (1939-1945), as forças armadas brasileiras vieram sendo convertidas em força auxiliar dos Estados Unidos. A submissão inclui doutrina, inteligência, treinamento e equipamentos. E, claro, um pouco de turismo pago pelos cofres brasileiros, sem falar na expertise, contatos e contratos resultantes de certas concorrências e compras. Mas para que chegássemos à desejada submissão, foi preciso que ocorresse o golpe de 1964.

A ditadura, como se sabe, perseguiu os partidários do governo João Goulart, em particular brizolistas, comunistas, sindicalistas e que tais. Mas basta comparar o que aconteceu no Itamaray, na Petrobras e nas Forças Armadas, para perceber que foi nos quartéis que a ditadura pegou proporcionalmente mais pesado, no sentido de extirpar todos os oficiais e soldados que tivessem algum compromisso com a democracia e a soberania efetivas. A direita e a

extrema direita não bobeiam, quando se trata de controlar quem controla o arsenal.

Isso não eliminou todas as contradições entre a cúpula militar e os Estados Unidos, como se viu, por exemplo, durante o governo Geisel, em episódios como o reconhecimento das independências de ex-colônias portuguesas, o acordo nuclear com a Alemanha e a tortura de presos políticos. Mas, à medida que as novas gerações eram promovidas, o vínculo subalterno com os Estados Unidos se aprofundou. E isso não incluiu apenas adesão à doutrina de defesa hemisférica e a de segurança nacional, mas também adesão à política neoliberal. A esse respeito, aliás, uma grande economista petista disse uma vez, em tom de blague, que os milicos nacionalistas eram fascistas e os milicos “democráticos” eram entreguistas.



▲ Fundo PT/DN. Acervo CSBH/EPA.

A atitude geral dos EUA para com a América Latina e Caribe, em geral, e para com o Brasil, em particular, não depende deste ou daquele governo que ocupe a Casa Branca. Embora existam diferenças entre as gestões de fulano ou de beltrano, às vezes com relevantes implicações políticas de ordem tática, como vimos em 2022, a doutrina Monroe foi e segue sendo uma política de Estado, ou seja, uma política permanente, sustentada por aquilo que alguns chamam de “Estado profundo”. O que nos tempos que

correm tem a seguinte tradução: não pode haver desalinhamento do Brasil com os objetivos definidos na estratégia de segurança nacional dos EUA. Cujas edições mais recentes, de 2022, estabelece China e Rússia como inimigos em maior e menor grau. Sendo assim, se queremos extrair alguma utilidade de nossos conhecimentos acerca do que os EUA fizeram em 1964 e durante a ditadura, devemos nos perguntar o que fazer, agora, para os gringos perderem, em todo ou em parte, sua capacidade de influenciar os acontecimentos.

CONFIDENCIAL

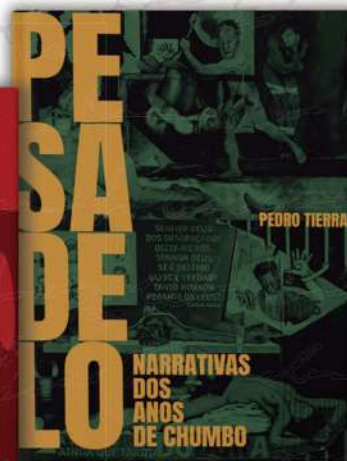
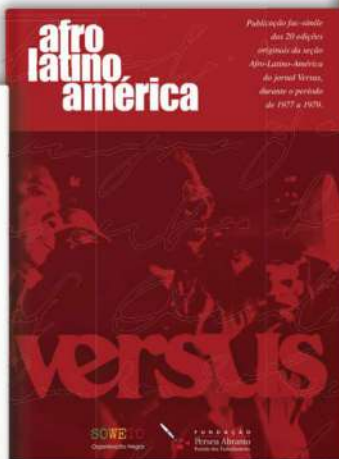
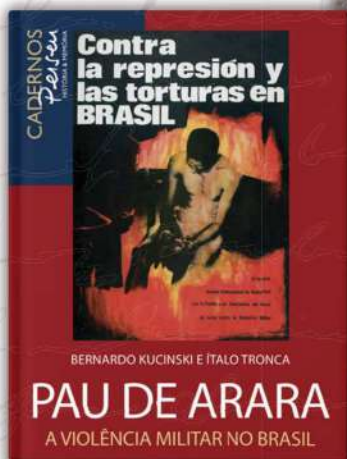
Valter Pomar é professor de relações internacionais na UFABC e diretor da Fundação Perseu Abramo.

▼ Assembleia dos professores em greve, realizada em Belo Horizonte-MG, no dia 22 de junho de 1979. Crédito: Autoria desconhecida. Acervo CSBH/FPA.



60 ANOS DO GOLPE MILITAR

**BAIXE GRATUITAMENTE OS LIVROS
DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO!**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

disponíveis para
DOWNLOAD!



fpabramo.org.br/publicacoes/estante

TEMPO NOITE

E sobreveio um Tempo sem entranhas.
Anos de pedra espessa,
dias de muro e medo:

a morte invadiu
com seus exércitos
o espaço aberto das ruas

e o silêncio das armas
sepultou com seus ferros
e o manto verde-oliva
os ossos dos meninos trucidados.

E os coveiros do Continente
estenderam seu império
de delatores,

carrascos,

elegantes assassinos
de farda impecável
e coturnos reluzentes,

até o porão das fábricas,
a marcha dos retirantes,
os barracos das favelas,
os bancos das escolas,
os sonhos dos saqueados,

até a última fresta
onde a boca dos humanos
passasse ao humano ouvido
palavras de rebeldia.

E a Noite pensou de si mesma
que era um Tempo sem prazo,
sem passado, sem futuro,
um Tempo que se bastava,
da própria dor se nutria.

Os olhos da Noite cega
não viram fagulhas saltando
na alma das oficinas,
não viram tochas ardendo
na marcha dos retirantes,

não viram os favelados
recriando o fogo vivo
nas estações depredadas,

e os olhos dos estudantes
clareando de esperança
as ruas submetidas.

Os olhos da Noite cega,
não viram o sonho do Povo
reacendendo fogueiras
no ventre da escuridão
enquanto busca romper
as turvas cadeias do sol
e AMANHECER!

Pedro Tierra
Presídio Político de São Paulo (Barro Branco), maio/1975

